



Instituto Politécnico de Tomar

Escola Superior de Tecnologia de Tomar

**CARTA ARQUEOLÓGICA DIGITAL SOBRE O
MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO,
ESTADO DE ALAGOAS - BRASIL.**

Dissertação de Mestrado

Ana Cláudia de Arthur Jucá

Mestrado em Técnicas de Arqueologia

Gestão do Património Cultural

São Paulo, Brasil / 31 Outubro / 2019



Instituto Politécnico de Tomar

Escola Superior de Tecnologia de Tomar

Ana Cláudia de Arthur Jucá

**CARTA ARQUEOLÓGICA DIGITAL SOBRE O
MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO,
ESTADO DE ALAGOAS - BRASIL.**

Dissertação de Mestrado

Orientada por:

Prof.^a Doutora Rita Ferreira Anástacio

Dissertação apresentada ao Instituto
Politécnico de Tomar para cumprimento
dos requisitos necessários à obtenção do
grau de Mestre em Técnicas de
Arqueologia.

Dedico este trabalho ...

*À minha família, em especial
minha mãe Ana Lúcia, minha tia
Ana Célia e minha querida avó
Ercília.*

RESUMO

JUCÁ, A. C. A. 2019. **Carta Arqueológica Digital do município de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas - Brasil**. Mestrado em Técnicas de Arqueologia. Instituto Politécnico de Tomar, Portugal.

O presente estudo apresenta a proposta de elaboração de uma Carta Arqueológica Digital para o município de Marechal Deodoro, localizado no estado de Alagoas/Brasil. Sendo um trabalho pioneiro no Estado de Alagoas, a carta possibilita a apresentação de um modelo regional de gestão do património identificado e cadastrado pelo Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional e por pesquisas desenvolvidas no município. O trabalho justifica-se pela importância de elaboração desse tipo de inventário de bens culturais, visto que possibilita novas ferramentas para a preservação e gerenciamento do património arqueológico. São explanados à priori o conceito de património e as modificações da legislação que ocorreram durante as últimas décadas, visando a preservação, salvaguarda e gestão do património. Apresenta-se também a aplicabilidade do Sistema de Informação Geográfica em trabalhos de arqueologia, o qual nos possibilita a criação de um base de dados georreferenciados com os sítios arqueológicos e áreas de interesse histórico. Neste viés, a Carta Arqueológica torna-se uma grande aliada da preservação e gestão do património do município de Marechal Deodoro, caso de estudo deste trabalho. O resultado é apresentado recorrendo a mapas temáticos e informativos, como forma de divulgação do património arqueológico e de interesse histórico. Essa divulgação contribui para a autoestima das comunidades, assim como para o autoconhecimento de sua história, podendo contribuir para o desenvolvimento económico e social das comunidades, principalmente ligado ao turismo. De salientar que a Carta Arqueológica é um documento que se faz necessária a sua atualização constantemente, com novos dados recolhidos em trabalhos de campo e em análise de laboratório, realizados pelos mais diversos pesquisadores.

Palavras chave: Carta Arqueológica; Património Arqueológico; Sistema de Informação Geográfica; Gestão do Património; Marechal Deodoro/AL.

ABSTRACT

JUCÁ, A. C. A. 2019. **Digital Archaeological Chart of Marechal Deodoro municipality, state of Alagoas - Brazil**. Master in Archeology Techniques. Polytechnic of Tomar, Portugal.

The present study presents the proposal of making a Digital Archaeological Maps of the municipality of Marechal Deodoro, located in the state of Alagoas, Brazil. Being a pioneer work in the state of Alagoas. The Archaeological Maps enables us to present a regional model of heritage management identified and registered by Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional and by research carried out in the municipality. The work is justified by the importance of preparing this kind of inventory of cultural goods, as it enables new tools for the preservation and management of archaeological heritage. Primarily, explain about the concepts of heritage and the changes in legislation that have occurred during the last decades, aiming at the preservation, safeguarding and management of heritage. Next, I present the applicability of the Geographic Information System in archaeological works, which allows us to create a georeferenced database with archaeological sites and areas of historical interest. In this regard, the Archaeological Maps becomes a great ally to the preservation and management of the heritage of the municipality of Marechal Deodoro. The result is presented at the end of the work, with thematic and informative maps, as a way to disseminate the archaeological heritage and historical interest. This dissemination contributes to the self-esteem of the communities, as well as the self-knowledge of their history, and may contribute to the economic and social development of the communities, especially related to tourism. It should be noted that the Archaeological Maps is a document that needs to be updated constantly, with new data collected in field work and laboratory analysis, performed by the most diverse researchers.

Keywords: Archaeological Maps; Archaeological Heritage; Geographic Information System; Wealth management; Marechal Deodoro / AL.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha querida família, em especial minha mãe Ana Lúcia, tios Ana Célia e Márcio, avós Ercília e Domingos, meu irmão Gabriel e meu pai de coração Wilson, que apesar da distância, sempre me ampararam e me propiciaram diversas oportunidades, que me ajudaram a atingir mais uma etapa de crescimento e conhecimento acadêmico. À Bárbara Acioly agradeço o companheirismo nesses anos e pelos incentivos, sempre acreditando em meu potencial.

À Professora Rita Ferreira Anastácio que me auxiliou e orientou durante a pesquisa, tornando possível a elaboração desta dissertação.

Ao Professor *PhD*. Emílio Fogaça – *in memoriam* - pelas oportunidades que me proporcionou durante a graduação e grandes experiências que levo comigo até os dias de hoje.

À Dra. Karina Miranda Pinto pelo auxílio na pesquisa, disposição e possibilidades de experiências e aprendizados proporcionados nos últimos anos, principalmente ligados à arqueologia alagoana e urbana.

Aos meus amigos de curso, em especial à Regiane Barreto e Vanessa Antunes pelo crescimento conjunto e experiências compartilhadas.

Aos meus colegas de trabalho pela compreensão nas horas que precisei me ausentar para me dedicar à dissertação, e em especial Jennifer Miranda pelo auxílio na elaboração da carta arqueológica e mapas temáticos.

As amigas da vida acadêmica e pessoal Lorena Veras, Aline Rios e Ariane Rios, pela força nas horas que necessitei.

“O que está em jogo são os remanescentes do nosso passado, de caráter finito e não-renovável, desaparecendo com rapidez vertiginosa, de tal forma que é inaceitável que aqueles encarregados de identificá-los, protegê-los e valorizá-los prossigam impávidos com seu histórico de omissão em relação a esse patrimônio. A causa da sua preservação é a nossa bandeira e a insensibilidade dos órgãos responsáveis não empalidecerá suas cores nem impedirá que continuemos a agitá-la cada vez mais alto. Não há mais tempo a perder” (LIMA, 2001, p. 78).

INDICE

RESUMO.....	I
ABSTRACT	II
AGRADECIMENTOS	III
INDICE	V
LISTA DE IMAGENS.....	VI
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	X
INTRODUÇÃO.....	1
1. CONCEITOS.....	3
1.1 PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO.....	3
1.2 GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO.....	14
1.3 OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA NA GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO	21
2. CARTAS ARQUEOLÓGICAS.....	29
2.1 FORMATOS: DO PAPEL AO DIGITAL.....	30
2.2 CARTAS ARQUEOLÓGICAS: CASOS DE ESTUDOS	32
3. CASO DE ESTUDO: PROPOSTAS DE CARTA ARQUEOLÓGICA PARA O MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO, ESTADO DE ALAGOAS - BRASIL.....	50
3.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO E ETNO-HISTÓRICO	50
3.1.1 Os Primeiros Registros	51
3.1.2 Alagoas do Sul, atual Marechal Deodoro	55
3.1.3 Ocupação Pré-Colonial da margem sul do Estado de Alagoas	62
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO DE MARECHAL DEODORO-AL	65
3.2.1 Património Histórico	65
3.2.2 Património Arqueológico do Município de Marechal Deodoro.....	78
3.2.3 Património Natural	89
3.3 PROPOSTA DE CARTA ARQUEOLÓGICA E SUA GESTÃO	90
3.3.1 Sistemas de Informação Geográfica Aplicado à Elaboração da Carta Arqueológica	91
3.4 RESULTADOS.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
ANEXOS.....	123
ANEXO I – FICHAS CNSA.....	123
ANEXO II – MAPAS DA CARTA ARQUEOLÓGICA.....	148

LISTA DE IMAGENS

FIGURA 1: ESQUEMA DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO.....	17
FIGURA 2: EXEMPLO DE MAPAS TEMÁTICOS SEPARADOS EM <i>LAYERS</i>	31
FIGURA 3: ELEMENTOS UTILIZADOS NA COMPOSIÇÃO DA CARTA DE POTENCIAL ARQUEOLÓGICO DO CENTRO HISTÓTICO DE PORTO ALEGRE-RS.	32
FIGURA 4: ÁREA DE PESQUISA DA CARTA DE POTENCIAL ARQUEOLÓGICO DO CENTRO HISTÓTICO DE PORTO ALEGRE-RS COM A DELIMITAÇÃO DAS ZONAS.	33
FIGURA 5: MAPA DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS POR MUNICÍPIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.	34
FIGURA 6: MAPA DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM GEORREFENCIAÇÃO EM MINAS GERAIS.	35
FIGURA 7: MAPA DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA REGIÃO DO BACIA DO RIO DOCE EM MINAS GERAIS.	36
FIGURA 8: QUADRO COM FONTES UTILIZADAS NO INVENTÁRIO SOBRE OS NAUFRÁGIOS NA COSTA SERGIPANA.	37
FIGURA 9: MAPA DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS POR MUNICÍPIO, NO ESTADO DE SERGIPE.	38
FIGURA 10: GRÁFICO COM SÍTIOS IDENTIFICADOS.....	39
FIGURA 11: MAPA FINAL DA DISTRIBUIÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS.....	40
FIGURA 12: MAPA COM A DISTRIBUIÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS POR TIPO.	41
FIGURA 13: MAPA COM SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS NA CHAMUSCA, POR CRONOLOGIA.....	42
FIGURA 14: MAPA COM SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS NO CONCELHO DE GOLEGÃ.....	43
FIGURA 15: MAPA COM LOCALIZAÇÃO DAS PROSPECÇÕES REALIZADAS EM 2016, NO CONCELHO DE GOLEGÃ.	44
FIGURA 16: REGISTO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS POR CONCELHO DA REGIÃO DO MÉDIO TEJO.....	45
FIGURA 17: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE INTERESSE CULTURAL.....	46

FIGURA 18: MAPA DE NÍVEL DE INTERESSE CULTURAL DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO MÉDIO TEJO.....	47
FIGURA 19: CARTA ARQUEOLÓGICA DO CONCELHO DE VILA NOVA DA BARQUINHA.....	48
FIGURA 20: MAPA DE LUÍS TEIXEIRA, 1574, COM A DIVISÃO DA AMÉRICA PORTUGUESA EM CAPITANIAS.	52
FIGURA 21: PINTURA DE FRANS POST RETRATANDO O INÍCIO DO NÚCLEO POPULACIONAL DE MARECHAL DEODORO. AO FUNDO A IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.....	58
FIGURA 22: PLANTA BAIXA DO NÚCLEO CENTRAL DA CIDADE DE MARECHAL DEODORO, ATUAL LARGO DA MATRIZ.	59
FIGURA 23: MAPA DE ALAGOAS DO SUL, COM A REGIÃO DAS LAGOAS MUNDAÚ E MANGUABA.	60
FIGURA 24: ESCRAVOS NO OFÍCIO DA PESCA, EM ALAGOA DO SUL.....	61
FIGURA 25: ÁREAS COM TOMBAMENTO FEDERAL EM MARECHAL DEODORO.....	65
FIGURA 26: IGREJA DO SENHOR DO BONFIM, LARGO DE TAPERAGUÁ.....	68
FIGURA 27: DETALHE DA FACHADA DA IGREJA DO SENHOR DO BONFIM, LARGO DE TAPERAGUÁ.....	68
FIGURA 28: CONVENTO E IGREJAS DA ORDEM DE SÃO FRANCISCO EM MARECHAL DEODORO.....	69
FIGURA 29: IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.....	70
FIGURA 30: IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS.....	71
FIGURA 31: IGREJA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO DOS HOMENS PARDOS.	72
FIGURA 32: LARGO DO CARMO, IGREJAS DA TERCEIRA E PRIMEIRA ORDEM DO CARMO.....	73
FIGURA 33: CASA DE CÂMARA E CADEIA.	74
FIGURA 34: MERCADO DAS RENDAS, CENTRO HISTÓRICO DE MARECHAL DEODORO.	75
FIGURA 35: TEAR DE FILÉ ALAGOANO.....	75
FIGURA 36: RENDA SINGELEZA.	75
FIGURA 37: PALÁCIO PROVINCIAL.....	76

FIGURA 38: FACHADA DA CASA ONDE NASCEU MARECHAL DEODORO DA FONSECA, ATUAL MUSEU DA CIDADE.....	77
FIGURA 39: SÍTIO SACO DA PEDRA.....	79
FIGURA 40: SÍTIO ARQUEOLÓGICO LAZARETO, ANTIGO LEPROSÁRIO NA PRAIA DO FRANCÊS.	80
FIGURA 41: FACHADA DAS RUÍNAS DO SÍTIO VILA EPONINA.	81
FIGURA 42: ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA NO SÍTIO HORIZONTE.....	82
FIGURA 43: ÁREA INTERNA DO CONVENTO FRANCISCANO SANTA MARIA MADALENA, DURANTE O TRABALHO DE AVALIAÇÃO ARQUEOLÓGICA EM 2008.....	83
FIGURA 44: ESCAVAÇÃO NO LARGO DE TAPERAGUÁ EM 2017.	84
FIGURA 45: ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA LARGO DO CARMO, EXUMAÇÃO DE OSSADAS ATRÁS DA IGREJA DA PRIMEIRA ORDEM.	85
FIGURA 46: DIVERSIDADE DE MATERIAL ARQUEOLÓGICO ENCONTRADO NO SÍTIO DO LARGO DO CARMO.	86
FIGURA 47: CRÂNIOS APRESENTANDO MANIPULAÇÃO DENTÁRIA, ESCAVADOS NO ADRO DA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.	87
FIGURA 48: FRAGMENTO DE URNA FUNERÁRIA ENCONTRA ABAIXO DE UM ENTERRAMENTO E PARTE DE ESTRUTURA ANTIGA DA IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS.....	88
FIGURA 49: APA DE SANTA RITA.....	89
FIGURA 50: LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: MARECHAL DEODORO/AL.....	96
FIGURA 51: CARTA ARQUEOLÓGICA DE MARECHAL DEODORO/AL.	97
FIGURA 52: SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE MARECHAL DEODORO/AL.....	98
FIGURA 53: PATRIMÓNIO HISTÓRICO DE MARECHAL DEODORO/AL.....	99
FIGURA 54: PATRIMÓNIO HISTÓRICO DETALHADO, DE MARECHAL DEODORO/AL.	100
FIGURA 55: PATRIMÓNIO NATURAL DE MARECHAL DEODORO/AL.	101
FIGURA 56: CLASSIFICAÇÃO DE SÍTIO ARQUEOLÓGICO, POR TIPOLOGIA, DE MARECHAL DEODORO/AL.	102
FIGURA 57: SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM VESTÍGIOS LÍTICOS, DE MARECHAL DEODORO/AL.	103

FIGURA 58: SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM VESTÍGIOS CERÂMICOS, DE MARECHAL DEODORO/AL.	104
FIGURA 59: SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM VESTÍGIOS DE LOUÇA.....	105
FIGURA 60: SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM VESTÍGIOS ÓSSEOS, DE MARECHAL DEODORO/AL.	106
FIGURA 61: SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM VESTÍGIOS DE EDIFICAÇÕES, DE MARECHAL DEODORO/AL.	107
FIGURA 62: PATRIMÓNIO HISTÓRICO POR TIPO DE EDIFICAÇÃO, DE MARECHAL DEODORO/AL.	108
FIGURA 63: DETALHE DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO POR TIPO DE EDIFICAÇÃO, DE MARECHAL DEODORO/AL.	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art. - Artigo

AL - Alagoas

APA - Área de Preservação Ambiental

CIAAR - Centro de Interpretação da Arqueologia do Alto Ribatejo

CNA - Centro Nacional de Arqueologia

CNSA - Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

CPGP - Centro Português de Geo-História e Pre-História

CPH - Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar

DAS - Grupo-Direção e Assessoramento Superiores

DEPAM - Departamento de Património Material e Fiscalização

ESRI - Environmental Systems Research Institute

FCA - Ficha de Caracterização da Atividade

FCPE - Funções Comissionadas do Poder Executivo

ICAHM - Comitê de Arqueologia e Gestão do Património

ICOMOS - *International Council on Monuments and Sites* (Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios)

IPHAN - Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional

LPA-PUCRS - Laboratório de Pesquisas Arqueológicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

NPA-UFS - Núcleo de Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Sergipe

SGPA - Sistema de Gestão do Património Arqueológico

SIG – Sistema de Informação Geográfica

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultural

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende contribuir para a gestão do património cultural alagoano, em especial o património arqueológico do município de Marechal Deodoro, localizado no estado de Alagoas, Brasil, assim como contribuir para estabelecer medidas de proteção dos mesmos, novas investigações arqueológicas e difusão de conhecimento para a comunidade.

O principal objetivo é a elaboração de uma Carta Arqueológica digital para o município de Marechal Deodoro, assim como apresentar ferramentas para um modelo regional de programa de gestão sobre o património já cadastrado, seja ele em base de dados oficiais existentes ou por pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas. Esse modelo regional pode vir futuramente a ser expandido a outros municípios e Estado.

A justificação deste estudo assenta na possibilidade de por meio desta carta, futuramente tais sítios arqueológicos e áreas de interesse histórico poderem ter a sua cultura material estudada e permitir uma maior conscientização da importância da preservação do património arqueológico alagoano.

Em 1972, durante a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), é estabelecida a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, também conhecida como Recomendação de Paris. Este documento é de suma importância para a Arqueologia, uma vez que torna obrigatório que os Estados membros da UNESCO assegurem a identificação, proteção, conservação e valorização do património cultural e natural, ou seja, a partir desse momento serão criadas políticas de proteção e gestão do património, mais eficientes, assim como incentivos às pesquisas científicas.

A Recomendação de Paris, no Art. 11º, ainda chama a atenção para a importância da elaboração de um inventário de bens do património cultural e natural, por meio de documentos e mapas (RAMBELLI, 2003). Nas últimas quatro décadas foram criadas ferramentas para a gestão do património brasileiro, mas nenhuma delas teve, efetivamente, sucesso em angariar informações sobre todos os bens culturais

existentes, uma vez que o Brasil é um país de dimensões territoriais extensivas, assim como falta de recursos e políticas públicas, que não são eficazmente aplicadas.

Nos dois primeiros capítulos apresenta-se a base teórica para a elaboração da Carta Arqueológica digital do município de Marechal Deodoro. No Capítulo 1 será abordada a temática introdutória ao patrimônio, dissertando sobre sua conceituação, definições, assim como sobre a importância das Cartas, Declarações e Recomendações Patrimoniais, sejam elas nacionais ou internacionais, para a elaboração de políticas para a Gestão do Patrimônio no Brasil. Durante o capítulo também será abordado o conceito de Sistema de Informações Geográficas (SIG) e sua aplicabilidade na arqueologia e gestão patrimonial.

A fim de se aprofundar no contexto e objeto de estudo da presente dissertação, o Capítulo 2 irá aprofundar a temática Cartas Arqueológicas, sendo apresentadas as suas definições, formatos, aplicabilidades e produtos.

O Capítulo 3 introduzirá um breve contexto histórico e etnohistórico sobre o município de Marechal Deodoro e consequentemente do sul do estado de Alagoas, tal abordagem justifica-se para o entendimento do cenário alvo desse estudo, assim como uma apresentação do contexto em que estão inseridos os patrimônios que serão incluídos na Carta Arqueológica. Posteriormente serão apresentados os bens arqueológicos e históricos do município e dados recolhidos sobre os mesmos. Será também apresentada a metodologia escolhida para a elaboração da Carta Arqueológica, assim como os dados que farão parte da mesma. No final do capítulo serão apresentados os resultados, assim como sua proposta de aplicabilidade.

1. CONCEITOS

1.1 PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

Originalmente, a palavra Património encontrava-se ligada ao bem ou herança que eram passados dos pais aos filhos (CHOAY, 2014). Com o passar do tempo esse conceito de património foi sendo utilizado no seu mesmo sentido, no entanto, passou a abranger a herança de um povo, uma sociedade ligada a bens e expressões que propiciam a unificação e reconhecimento de diversos indivíduos em atributos semelhantes ou compartilhados. É nesse sentimento de identidade que o termo passa a alcançar maior complexidade no seu entendimento. A partir desse momento o conceito de Património começa a ser mais abrangente, incluindo diversas definições acerca de sua denominação, desde o património cultural, histórico ou até mesmo o natural. A partir dessa compreensão mais intrínseca e comum a grupos sociais, sua definição se torna importante pauta de debates que permeiam o cenário mundial, resultando em refinados dispositivos legais responsáveis pela proteção e salvaguarda do património cultural. Tal trajetória será aprofundada, demonstrando a evolução do conceito.

Percebendo a necessidade e urgência da proteção do património cultural frente ao crescimento das grandes cidades, modernização das forças de trabalho em atendimento ao novo sistema económico, houve uma discussão e debate acerca deste conceito, ocasionando, conseqüentemente, o seu aprimoramento ao longo dos anos.

Em 1931, ocorre a primeira reunião internacional a fim de debater sobre o Património Cultural. Como resultado, foi elaborado o primeiro documento oriundo das convenções internacionais, a Carta de Atenas, resultante das discussões durante a Conferência do Escritório Internacional de Museus, a qual teve como direcionamento principal a proteção do Património Cultural de cunho histórico, artístico e científico, obrigando aos Estados participantes a assumirem um compromisso oficial de respeitar as decisões internacionais em momentos de conflitos armados (COELHO, 2005; FRONER, 2001).

É importante frisar que neste período histórico, o Brasil passava por grandes mudanças em seu contexto político. Foi nesse momento que se estabeleceu no governo as políticas públicas de Getúlio Vargas. Fundamentado no nacionalismo e na urgência do desenvolvimento do país, foi este o primeiro governo presidencialista preocupado com a preservação do patrimônio cultural e natural, uma vez que era somente através das nossas raízes que o Brasil cresceria frente às principais potências mundiais.

Concatenados a esta ideia, bem como alinhados aos ditames desta Carta, as autoridades governamentais brasileiras passam a ter uma preocupação sobre a necessidade de criação de leis que viessem a proteger os monumentos históricos (SANTOS, 2004/2005). A primeira delas se mostra através do texto constitucional de 1934, conforme disposto no Artigo 148º:

Cabe á União, aos Estados e aos Municipios favorecer e animar o desenvolvimento das sciencias, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objectos de interesse historico e o patrimonio artistico do paiz, bem como prestar assistencia ao trabalhador intellectual.

Em consonância com a Constituição vigente, é promulgado em 1937 o Decreto-Lei nº 25, o qual organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, introduzindo no seu primeiro artigo a definição de patrimônio histórico e artístico, englobando ainda a proteção do patrimônio arqueológico. No Art. 1º do Decreto-Lei nº 25/1937:

Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

De ressaltar que nesse mesmo Decreto-Lei é apresentada a normatização do Tombamento e instituídos os Livros do Tombo, sendo eles Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

O Ministério de Educação e Cultura, em 1970, realiza o 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área de Cultura, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes das Instituições Culturais, o qual resultou no denominado Compromisso de Brasília. Neste documento, todos os presentes se comprometem a cuidar do patrimônio cultural brasileiro, assim como é recomendado a criação de órgãos estaduais e municipais vinculados aos Conselhos Estaduais de Cultura e ao Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), criada em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, realiza em 1972 a conferência Geral da UNESCO, o qual resulta na Recomendação Paris – Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, e que no Art. 1º define patrimônio cultural como:

- Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura, ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; e
- Os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

O conceito de acima, definido pela UNESCO em 1972, abrangia apenas o patrimônio cultural material, ou seja, as pinturas, construções, lugares, paisagens, esculturas, entre outros, relevantes para a história, para a arte e para a ciência; enquanto o patrimônio de caráter imaterial seria alvo de debates somente em 2003, através da realização da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003 *apud* IPHAN, 2004, p. 373).

É nesta convenção onde se apresenta pela primeira vez a definição de património cultural imaterial. Segundo a Convenção:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Neste viés, é importante destacar a definição apresentada pela UNESCO de património natural, (1972 *apud* IPHAN, 2005, p. 179) a qual ressalta que constituem o património natural:

- Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- As formações geológicas e fisiográficas e as zonas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; e
- Os sítios naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

Considerando toda a bagagem normativa expressa inicialmente, a ideia de património compreende: património cultural (material e imaterial) e património natural. No que lhe concerne, o património cultural é constituído pelas expressões imateriais da sociedade, como a música, canto, religião, cultos, folclore, entre outros; e pelas manifestações materiais, como pintura, escultura, edificações históricas, centros/bairros históricos, entre outros; os quais não são somente representativos para a ciência, a história, a arte, mas também fundamentais para a continuidade e fortalecimento da identidade e autonomia cultural de um povo.

Em consonância com o refinamento de debates e do estabelecimento de normativas voltadas à preservação e gestão do patrimônio, o Brasil dá continuidade às políticas de proteção do bem cultural em todas as suas esferas e demonstra a sua preocupação quando se promulga uma nova Constituição Federal. Nela, além do estabelecimento do conceito de patrimônio cultural, constante no Art. 216º, dispõe sobre as obrigações e atribuições da União, Estados, Municípios e Distrito Federal frente ao patrimônio, bem como delibera a elaboração de normativas específicas responsáveis pelo cumprimento do estabelecido em lei. De acordo com o Art. 216º, da Constituição Federal de Brasil de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II- os modos de criar, fazer e viver;

III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Nota-se uma clara mudança nas atribuições e abrangência do conceito de patrimônio cultural, diferentemente da CF de 1934, a Constituinte de 1988 preocupou-se em pautar com maior detalhe os bens que constituem o patrimônio cultural nacional, a sua natureza e relevância para os indivíduos formadores da sociedade brasileira. Informa ainda que o disposto no seu texto deverá ser considerado não somente lei, mas a premissa de nortear a criação de normativas mais especializadas para cada tipo de bem cultural, a fim de aperfeiçoar sua aplicabilidade em decorrência da importância de preservação e valorização do patrimônio cultural nacional.

A atual Constituição Federal estabelece no Art. 23º, Inciso III, que compete à União, Estados, Distrito Federal e Municípios: *“proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos”*. No Art. 216º, o Estado reconhece como patrimônio cultural brasileiro todos os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Inclui, através do Inciso V, *“os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”*.

Dentre os mais diversos bens culturais protegidos por lei, o patrimônio arqueológico apresenta-se constituído por todos os vestígios e indicativos resultantes da ação do homem no meio ambiente em determinado período, seja ele histórico ou pré-colonial. Esses vestígios nos permitem traçar a história da humanidade, assim como suas variações e relação com o ambiente que habitaram, uma vez que a Arqueologia estuda:

(...) os sistemas socioculturais, sua estrutura, funcionamento e transformações com o decorrer do tempo, a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade (...) tem como objetivo a compreensão das sociedades humanas e, como objeto de pesquisa imediato, objetos concretos (FUNARI, 1988, p.3).

Assim como a criação da Carta de Atenas, de 1931, que foi instituída como documento norteador para a elaboração de dispositivos legais voltados à proteção do patrimônio cultural, a Carta de Lausanne, em 1990, imprime a mesma proposta, buscando normatizar as intervenções em bens arqueológicos, onde as suas especificações formalizam os princípios básicos da pesquisa arqueológica.

A partir de meados do século XX, os protocolos internacionais apresentam novos parâmetros referentes ao patrimônio, na medida em que ampliam o conceito de monumento, estabelecendo recomendações de preservação para obras e conjuntos urbanos modestos que tenham adquirido significado cultural e histórico para as comunidades.

Ferreira (2011) salienta que as preocupações existentes na década de 1930 apresentadas na Carta de Atenas, era limitada às diretrizes técnicas apenas das práticas conservacionistas, até mesmo aquelas direcionadas à arqueologia, principalmente pelo fato de terem sido elaboradas por um grupo de específico de especialistas em restauração, além de serem volvidas para a preservação de monumentos puramente isolados.

Três décadas depois, mais especificamente na década de 1960, as orientações alusivas à arqueologia eram exclusivamente específicas para os procedimentos relacionados com a pesquisa. Este cenário mudou na década de 1970, com as discussões internacionais sobre os protocolos que abrangeriam questões como a degradação de sítios arqueológicos vinculadas ao crescimento urbano sem planejamento, que neste caso devemos citar o atestado pelas Normas de Quito, o qual continha orientações que se baseavam na conservação integrada.

O conceito de sítio arqueológico modifica-se a partir da Convenção de Paris e da Convenção sobre Património Arqueológico, passando a ser visto como sendo resultante das ações humanas, ou seja, historicamente construídos. Posteriormente, as normativas e protocolados elaborados apenas reafirmam o que já se tem nos documentos anteriores, mas também os complementa com novas diretrizes.

A primeira promulgação normativa instituída no Brasil e voltada à definição de sítio arqueológico é apresentada pela Lei nº 3.924 de 1961, a qual define no Art. 2º como testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, conforme os exemplos citados, sambaquis, tesos ou montes artificiais, poços sepulcrais, lapas e abrigos que contenham vestígios positivos da ocupação humana, aldeamentos, sítios cemitérios, sepulturas, além das inscrições rupestres e locais com sulcos de polimentos de utensílios.

Fundamentando a Lei Nacional e baseando-se também nas Cartas Patrimoniais internacionais, como a Carta de Lausanne, que define em seu Art. 1º:

O "patrimônio arqueológico" compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados.

Partindo dessa concepção, para o gerenciamento desse patrimônio, no Art. 6º da Carta de Lausanne, garante-se que todos os sítios e monumentos devem ser preservados, independentemente de seu prestígio ou vislumbre que causa as pessoas, destacando-se que:

(...) a preservação de sítios e monumentos se dará necessariamente de forma seletiva, uma vez que os recursos financeiros são inevitavelmente limitados. A seleção de sítios e monumentos deverá fundamentar-se em critérios científicos de significância e representatividade, e não se limitar apenas aos monumentos de maior prestígio ou visualmente sedutores.

No mesmo documento, sobre as políticas integradas, ressalta no Art. 2º:

O patrimônio arqueológico é um recurso cultural frágil e não renovável. Os planos de ocupação de solo decorrentes de projetos desenvolvimentistas devem, em consequência, ser regulamentados, a fim de minimizar, o mais possível, a destruição desse patrimônio.

Todos os princípios norteadores constantes na Carta de Lausanne apresentam-se genéricos, os quais, novamente, funcionam como pressupostos básicos a serem aplicados de maneira mais especializada de acordo com as necessidades de cada país. É dessa forma que as Cartas, Convenções e demais documentos auxiliam no direcionamento pela preservação do patrimônio cultural mundial.

Dentro desse pressuposto, os dispositivos legais criados a partir da perspectiva mundial de preservação patrimonial permitiram que no Brasil, a pesquisa do patrimônio arqueológico fosse formalizada dentro da legalidade com a Lei 3924/61, inicialmente. Posteriormente, outras normativas foram elaboradas, a fim de refinar as pesquisas arqueológicas, tanto no âmbito acadêmico como no licenciamento (Portaria IPHAN nº 07/88).

É inegável a interface que a arqueologia estabelece com muitos outros campos científicos, dentre eles Antropologia, História, as Ciências Naturais e mais recentemente, também, com o Meio Ambiente, considerando-se a perspectiva do licenciamento ambiental. Pensando nesta última, que se encontra em crescimento no Brasil desde o início da década de 1990, a Constituição Federal de 1988 no seu Art. 245º, estabelece parâmetros que disciplinam o meio ambiente humano. A Resolução CONAMA nº 01/86, disserta sobre a necessidade de levantamentos arqueológicos nos estudos prévios sobre impacto ambiental, prevendo penalidades para os possíveis danos cometidos contra o patrimônio cultural dentro do cenário da lei de crimes ambientais, a qual dispõe sobre as sanções penais e administrativas das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências. A Lei nº 9.605/98, na Seção IV, dispõe:

Dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural

Art. 62. Destruir, inutilizar ou deteriorar:

I - bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial;

II - arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena é de seis meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa.

Art. 63. Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Art. 64. Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

O Código Penal Brasileiro no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, prevê sobre Dano em coisa de valor artística, arqueológico ou histórico, diz:

Art. 165. Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa, de um conto a vinte contos de réis.

A obrigatoriedade estudo arqueológico no licenciamento ambiental ocasionou um destaque ao património arqueológico nunca antes visto. Devido, especialmente, à implantação de grandes obras de infraestrutura, proveniente do crescimento urbano, assim como na implantação de empreendimentos extrativistas que geram grande impacto. Por outro viés, devemos salientar que se coloca o património arqueológico em risco, uma vez que a legislação específica admite que os sítios arqueológicos podem ser detruídos, desde que sejam previamente estudados.

Boa parte da população brasileira desconhece os valores patrimoniais devidamente, principalmente por não associar este património com sua vivência cotidiana, o que pode vir a ocasionar a depredação e a falta de conservação de vestígios que poderiam resgatar informações referentes a uma parte da história do Brasil, ainda desconhecida (FERREIRA, 2011).

Somado a essa dissociação, podemos incluir os bens arqueológicos identificados e colocados em risco diariamente pelo avanço de empreendimentos em todo país, haja visto que muitas obras não podem deixar de existir em virtude de "alguns potes de índios", uma vez que o progresso é visto como mais importante.

Migliacio (2010) afirma que a atuação da comunidade científica se estreita com a área da proteção do património arqueológico, uma vez que o modelo de gestão praticado em nosso país é caracterizado pela outorga do Estado aos pesquisadores, da atividade de pesquisa e da proposição de medidas mitigadoras de impactos negativos aos sítios arqueológicos.

Diferentemente do que se aplica no México,

(...) onde a pesquisa arqueológica é atividade de Estado, e da França, onde o Estado realiza pesquisas prévias para estabelecer que medidas deverão ser realizadas pelos arqueólogos, no Brasil o Estado age somente de forma suplementar, acompanhando, fiscalizando e estabelecendo medidas de proteção complementares. Pode-se considerar que no Brasil os arqueólogos são co-gestores do património arqueológico (MIGLIACIO, 2010, s/p).

No entanto, a falta de aplicabilidade das leis dificultam o trabalho do arqueólogo preocupado com a salvaguarda do património arqueológico. A deficiência na fiscalização e no controle dos órgãos públicos responsáveis pela preservação do património arqueológico, também contribuem para a precariedade da preservação deste.

Deve-se salientar a ausência de uma política de gestão interativa entre os poderes públicos municipais, estadual e federal. Se esses poderes se juntassem na busca por diretrizes voltadas para a educação patrimonial de comunidades locais, com o intuito de despertar o interesse pelo património arqueológico e sua preservação, poderia transformar-os em defensores dos bens existentes no seu território.

1.2 GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

O termo Gestão é uma palavra francesa de origem latina, que pode ser considerada uma especialização da administração e do gerenciamento, sendo um termo comumente empregado no meio dos negócios e da administração pública e privada.

Para Alecian & Foucher (2001), o termo gestão pode ser utilizado para

(...) designar a atividade que consiste em conduzir, dirigir um serviço, uma instituição, uma empresa, ou seja, é uma atividade que necessita de um conjunto de habilidades técnicas e relacionais, para que se atinja as metas de acordo com o objetivo da organização, mesmo que as pessoas e coisas a serem administradas tenham perspectivas e objetivos pessoais divergentes.

A institucionalização da gestão do património tem os seus primeiros relatos na Suécia, em 1666, que através de um decreto real declarou todos os objetos genericamente antigos, como de propriedade da coroa. Sendo utilizado até o século XIX, como forma de justificar o poder das dinastias reais (CLEERE, 1989; KRISTIANSEN, 1989).

Especificamente no caso da arqueologia, somente em 1972 é desenvolvido de forma sistemática e disciplinar a Gestão do Património Arqueológico, que vem contrapor a arqueologia praticada na academia, que se voltava apenas a investigação por si só (LITTLE, 2007).

Trazendo o conceito geral de gestão para o meio cultural, de acordo com a carta internacional do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) / Comitê de Arqueológica e Gestão do Património (ICAHM), também conhecida como Carta de Lausanne, nela o gerenciamento deve ser através da proteção e administração do património arqueológico *in loco*, ou seja, em seu meio natural, interagindo com a história e a sociedade contemporânea. A gestão pode ser aplicada de diversas formas, como uma arqueologia de salvamento, que tem papel importantíssimo para a proteção e interpretação do património, também podemos incluir outros procedimentos, como inventário, pesquisas, proteção, apresentação, educação patrimonial, entre outros.

Neste viés, a gestão pode estar incluída na administração de todas as etapas necessárias para a preservação do património arqueológico.

Segundo Pardi (2002), a Gestão do Património Arqueológico é uma área de especialidade da arqueologia, que inclui desde os conhecimentos tradicionais do setor, até mesmo as noções de legislação, administração pública, orçamento e finanças, relações públicas, políticas, organização e método. Essa especialidade pode ser desempenhada por profissionais de outras áreas, mas que devem ter ações e decisões definidas em relação ao nível de interferência da conservação física dos sítios arqueológicos, acervos e documentos. No Art. 8º da Carta de Lausanne:

A gestão do património arqueológico exige o domínio de numerosas disciplinas em elevado nível científico. A formação de um número suficiente de profissionais nos setores de competência interessados deve, por conseguinte, ser um objetivo importante da política educacional de cada país. A necessidade de formar peritos em setores altamente especializados exige cooperação internacional.

No Brasil, os instrumentos técnicos adotados para a proteção e preservação dos bens arqueológicos e patrimonializados referem-se ao Sistema de Gestão do Património Arqueológico (SGPA). São geridos e cadastrados os sítios arqueológicos, as coleções, o registro e a documentação gerada são incluídas no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), no Inventário Nacional das Coleções Arqueológicas e nos bases de imagens. Todos estes sistemas de registro e cadastro são formalmente exigidos o seu preenchimento correto no momento do envio do relatório de pesquisa arqueológica ao Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autarquia federal responsável pelo gerenciamento e fiscalização dos bens culturais do país.

A responsabilidade delegada ao IPHAN, de gestão do património arqueológico, é apresentada pela Constituição Federal de 1988, no momento em que esta define os vestígios e sítios arqueológicos como bens da União e, consequentemente, são aplicados instrumentos jurídicos e técnicos sobre eles, a fim de garantir sua proteção e preservação.

No Art. 216º, da Constituição, é determinado que:

O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

A Lei nº 3.924/61 do governo federal, além de definir o que é patrimônio arqueológico, prevê também as devidas autorizações para pesquisas arqueológicas, define os indivíduos habilitados para executarem tal atividade, dentre outras ações relevantes à preservação dos bens arqueológicos do país. Se os bens arqueológicos forem reconhecidos, a eles são atribuídos valores patrimoniais e, ainda, for de interesse público a sua preservação, aplica-se o tombamento disposto no Decreto-Lei nº 25/37. No entanto, é de ressaltar que, independentemente do tombamento, a obrigatoriedade de proteção a bens e sítios arqueológicos, uma vez que descobertos em estudos específicos ou ainda de maneira fortuita, estes se tornam automaticamente bens da União, munidos de proteção imediata, ficando passível de penalidades e sanções aquele que, de alguma forma, causar danos ao bem arqueológico, mesmo involuntariamente.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), administrativamente é setorizado de acordo com os aspectos básicos da especialidade de seu objetivo, sendo eles Identificação, Documentação, Proteção e Promoção. Estas ações permeiam todas as atividades desenvolvidas, em processos, ocorrendo de forma linear, alternativa ou concomitante pelas etapas. Dentro do supracitado órgão, o patrimônio arqueológico é gerido de acordo com as etapas retromencionadas pelo Centro Nacional de Arqueologia - CNA, e por meio ainda de suas superintendências, as quais contêm um corpo técnico responsável pela análise de projetos, relatórios e demais estudos de pesquisa arqueológica.

Na Figura 1 é possível verificar esquematicamente o processo da Gestão do Património Arqueológico, desde a identificação dos materiais de carácter arqueológico, aos métodos próprios para documentação de cada material, aos modos de proteção, este de maior responsabilidade IPHAN, e por fim a promoção, momento final do esquema e, para muitos profissionais da área, de suma importância para os estudos arqueológicos. É aqui que o pesquisador devolve à população todo conhecimento da pesquisa, as relações que as comunidades podem e devem ter com o património arqueológico e ainda responsabilizar estes grupos humanos, a gerir o bem cultural.



Figura 1: Esquema de Gestão do Património Arqueológico.

Fonte: PARDI, 2002.

No Decreto nº 9.238/17, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do IPHAN, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE, assim como determina todas as competências dessa autarquia.

No tocante ao patrimônio arqueológico, o retromencionado dispositivo legal, no Art. 3º, inciso V, insere o Centro Nacional de Arqueologia na categoria de órgãos descentralizados - Unidades Especiais.

Diferentemente do revogado Decreto nº 6.844/09, onde, de acordo com o Art. 17º, Incisos VIII e IX, o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), por intermédio do Centro Nacional (CNA), autoriza, acompanha e avalia as pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil, além de cadastrar e registrar os sítios arqueológicos do país.

De acordo com o Decreto em vigência, o Art. 25º § 2º, o Centro Nacional de Arqueologia compete à gestão do patrimônio arqueológico do país, o registro e o cadastro dos sítios arqueológicos, a publicação das autorizações para as pesquisas arqueológicas, e a gestão dos bens móveis arqueológicos. É importante frisar mais uma vez que a competência de gestão do patrimônio arqueológico é de responsabilidade também das Superintendências, no que se refere à análise e elaboração de projetos, fiscalização e o monitoramento dos bens culturais acautelados, autorizar a saída do país e a movimentação de bens culturais, executar as ações de conservação e salvaguarda de bens protegidos, dentre outros deveres que incluem os bens arqueológicos em suas ações. Além de tudo isso, destaca-se que desde 1937, o IPHAN estabelece parcerias que viabilizam a elaboração e implantação de ações de preservação dos bens arqueológicos, destacando-se a cooperação entre a autarquia e o Museu Nacional, sendo inaugurada a primeira cooperação entre União, comunidade arqueológica e instituições de guarda.

Seguindo a premissa dos Macro Processos da Gestão do Patrimônio Arqueológico, é importante discorrer sobre uma questão considerada sensível no que se refere, sobretudo, à proteção do patrimônio arqueológico. Conforme esboçado no transcurso do texto, a década de 1990 foi marcada pelo crescimento de grandes obras de engenharia por todo o país, desde linhas de transmissão de energia, até novas rodovias ou duplicações, ferrovias, usinas hidroelétricas, dentre muitos outros empreendimentos de grande impacto ao meio ambiente.

Dentro do cumprimento da Lei, o licenciamento ambiental deveria ser executado conforme os marcos legais de competência do IBAMA. Incluso no rito do licenciamento encontramos a obrigatoriedade da execução de estudos arqueológicos para obtenção de todas as Licenças Ambientais (Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação, e em alguns casos, Licença de Operação Corretiva), ou seja, é nesse momento que o público amplia seu olhar para essa área de pesquisa que antes se mostrava tão distante da realidade.

Nesse período, o IPHAN já é responsável pelo gerenciamento e fiscalização do cumprimento destes estudos arqueológicos no âmbito do licenciamento ambiental, no entanto, encontravam-se em vigor apenas alguns dispositivos legais norteadores para a execução das atividades arqueológicas. Dentre as principais encontramos a Lei 3924/61, já mencionada anteriormente, e a Portaria IPHAN nº 07/88, a qual estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para as pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos. Até aquele momento não havia nenhuma normativa capaz de compatibilizar os estudos arqueológicos com as etapas de licenciamento ambiental, sendo necessária a sua criação. Dessa necessidade, é promulgada a Portaria IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002, na qual são definidos os tipos de pesquisas que devem ser realizadas para cada uma das licenças ambientais, quais os tipos de projetos que devem ser realizados e os resultados esperados.

Buscando adaptar-se aos novos empreendimentos em processo de instalação, bem como tornar mais claro e preciso os requisitos a serem executados e atendidos, o IPHAN revoga a supracitada Portaria a partir da publicação da Instrução Normativa nº 01/2015, a qual estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo IPHAN nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Este novo marco legal traz uma nova roupagem a esta compatibilização, o qual confere quatro níveis de enquadramento a determinados empreendimentos, conforme os dados constantes na Ficha de Caracterização da Atividade – FCA; além de transformações nos estudos arqueológicos anteriormente regidos pela revogada Portaria IPHAN nº 230/02.

1.3 OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) são sistemas de informação que possibilitam a captura, manipulação, modelagem, armazenamento, simulação, análise e apresentação de dados, referenciados geograficamente (WORBOYS, 1995; SILVA, 2003).

A primeira aplicação de um sistema com características de um SIG foi em 1964, no Canadá, sendo denominado de *Canadian Geographic Information System*. Posteriormente foram desenvolvidos outros sistemas, como os de *New York Landuse and Natural Resources Information Systems* e o *Minnesota Land Management Information System*, respectivamente em 1967 e 1969 (ROSA, 2013).

Segundo a empresa *Environmental Systems Research Institute* (ESRI), um SIG contempla quatro componentes básicas (ESRI, 1995):

- *Hardware* e sistema operacional: o *hardware* é o conjunto de dispositivos físicos e mecânicos de um computador, com capacidade suficiente para o processamento de dados e de armazenamento. O sistema operacional pode ser os comumente encontrados no mercado, como *Windows, Linux, Unix, Solares, etc.*
- *Software* de Aplicação: é um conjunto de operações e procedimentos que podem ser aplicados a determinado problema. São constituídos por programas onde uma sequência de instruções é seguida e redirecionada para um determinado fim ou informação. Esta sequência de instruções é sempre lógica e realizada na linguagem do computador, sendo interpretada e executada pelo dispositivo a quem é dado as instruções. Os dispositivos são circuitos complexos compostos por um processador e destinam-se essencialmente ao processamento de dados.
- Dados geográficos: são informações, designadas por atributos alfanuméricos computadorizados que, ao serem introduzidos, se dispõem

numa superfície referenciada geograficamente, podendo consistir elementos de varias categorias ou formatos.

- Operador humano: é o indivíduo que irá actuar com o programa através do hardware disponível para o efeito. No software, ele inserirá os dados espaciais e os relacionará com os dados descritivos (tabulares), que traduzem as informações descritivas dos primeiros. A associação destes elementos permitirá ao utilizador a resolução ou esclarecimento de determinada questão ou problema.

Os dados provenientes de levantamentos, proporcionam ao administrador uma visão inédita do seu ambiente de trabalho. Deste modo, todas as informações disponibilizadas sobre um determinado assunto estão ao seu alcance, interrelacionadas com base no que lhes é fundamentalmente comum, ou seja, através da localização geográfica.

Uma vez que o SIG é um instrumento de gestão eficiente de informação geográfica, para todas áreas de conhecimento que utilizam o espaço como objeto de estudo, o mesmo permite inserir e intergrar informações espaciais de várias fontes, sejam elas fotografias aéreas, cartografia, imagens de satélite, dados tabulares, fornecendo ferramentas para a sua gestão. É um tipo de tecnologia de informação geográfica que permite o armazenamento, análise e representação tanto de dados espaciais como de dados não espaciais (PARKER, 1988).

Como características dos SIG, destacam-se duas componentes essenciais, sendo a espacial a descritiva. A componente espacial se relaciona com a forma e posição dos elementos geográficos e suas respectivas relações espaciais. Já a componente descritiva, trata das propriedades e atributos alfanuméricos, que são associados aos elementos geográficos (GOODCHILD, 1992; FALCONER & FORESMAN, 2002).

Dessa forma, é possível ter acesso às informações descritivas de um fenómeno geográfico a partir de sua localização e vice-versa. Além disso, é possível fazer conexões entre diferentes fenómenos com base em relacionamentos espaciais (FILHO, 2000).

Os dados geográficos são caracterizados:

- Pela descrição do fenómeno geográfico;
- Pela sua posição/localização geográfica;
- Pelos relacionamentos espaciais com outros fenómenos geográficos; e
- Pelo instante ou intervalo de tempo em que a fenómeno existe ou é válido.

Estes aspectos são classificados em duas categorias de dados, sendo elas dados convencionais e dados espaciais. Os dados convencionais são atributos alfanuméricos usados para armazenar os dados descritivos e temporais. Já os dados espaciais são atributos que descrevem a geometria, a localização geográfica e os relacionamentos espaciais. Além disso, um SIG pode possuir dados pictóricos, que armazenam imagens sobre regiões geográficas (FILHO & IOCHPE, 1996).

De entre as formas de se utilizar um SIG, destacam-se três :

- como ferramenta para produção de mapas;
- como suporte para análise espacial de fenómenos;
- como uma base de dados geográficos, com funções de armazenamento e recuperação de informação espacial.

O que torna este sistema ainda mais eficaz é saber que estas três visões são antes de tudo mais convergentes que conflitantes e refletem a importância relativa do tratamento da informação geográfica dentro de uma organização.

Neste viés, o modelo de desenvolvimento de um SIG pode ser visto como um conjunto de submodelos que se relacionam entre si e são estruturados por etapas, sendo esta a estrutura base para um projeto SIG, aplicado as mais variadas áreas. As etapas são: entrada e armazenamento dos dados, que permitirá de forma organizada o levantamento e aquisição de dados, sua entrada e o armazenamento dos mesmos; acesso aos dados; análise espacial e saída de informação; interface com o utilizador para a interação do utilizador com os restantes submodelos; gestão, com as definições dos procedimentos que darão acesso aos diferentes utilizadores do sistema (COWEN, 1991).

De acordo com as necessidades atuais, novos softwares são desenvolvidos e ficam disponíveis no mercado constantemente, tornando assim os SIG em constante atualização. Atualmente o SIG é considerado como uma poderosa ferramenta que pode ser empregada em uma miríade de finalidades, sendo criadas novas ferramentas constantemente, a qual se adequam as funcionalidades dentro das organizações. Segundo Ramirez (1994), os estudos podem ser subdivididos em cinco grupos de áreas de aplicação de SIG:

- Ocupação Humana - redes de infra-estrutura; planejamento e supervisão de limpeza urbana; cadastramento territorial urbano; mapeamento eleitoral; rede hospitalar; rede de ensino; controle epidemiológico; roteamento de veículos; sistema de informações turísticas; controle de tráfego aéreo; sistemas de cartografia náutica; serviços de atendimentos emergenciais.
- Uso da Terra - planejamento agropecuário; estocagem e escoamento da produção agrícola; classificação de solos; gerenciamento de bacias hidrográficas; planejamento de barragens; cadastramento de propriedades rurais; levantamento topográfico e planimétrico; mapeamento do uso da terra.
- Uso de Recursos Naturais - controle do extrativismo vegetal e mineral; classificação de poços petrolíferos; planejamento de gasodutos e oleodutos; distribuição de energia elétrica; identificação de mananciais; gerenciamento costeiro e marítimo.
- Meio Ambiente - controle de queimadas; estudos de modificações climáticas; acompanhamento de emissão e ação de poluentes; gerenciamento florestal de desmatamento e reflorestamento.
- Atividades Econômicas - planejamento de marketing; pesquisas sócio-econômicas; distribuição de produtos e serviços; transporte de matéria-prima.

Esse desenvolvimento baseia-se nas inovações que ocorreram em diferentes disciplinas, como Geografia, Cartografia, Sensoriamento Remoto, Topografia, Fotogrametria, Geodésia, Estatística, Computação, Inteligência Artificial, entre outros dentro das vertentes das Ciências Naturais, Ciências Sociais e Engenharias.

O SIG tem acendido como uma poderosa tecnologia principalmente pelo fato de que os mais diversos profissionais, que fazem uso do mesmo, integram os seus dados e métodos de variadas maneiras e que amparam as formas tradicionais de análise geográfica, neste caso podemos citar as análises por sobreposição de mapas, novos tipos de análises e modelagem que podem ir além da capacidade dos métodos manuais tradicionais, uma vez que é possível elaborar mapas, modelar, fazer buscas e analisar uma grande quantidade de dados, todos mantidos numa única base de dados (ROSA, 2003).

Com o refinamento dos procedimentos técnicos e metodológicos adquiridos ao longo dos anos nas mais diversas ciências, a arqueologia aproveitou o desenvolvimento tecnológico e trouxe os recursos disponíveis para seu campo de atuação, a fim de aperfeiçoar e otimizar as atividades de campo, laboratoriais e documentais.

No Brasil, os sistemas computacionais trouxeram otimização e modernização no processamento dos dados apreendidos nas atividades de campo; e para além disso, tem proporcionado sistematizar informações acerca de sítios arqueológicos no país através do cruzamento de dados, bem como verificar a potencialidade arqueológica de áreas com poucas pesquisas; são estes alguns dos muitos exemplos dessa contribuição substancial da tecnologia da informação para a Arqueologia.

O uso da cartografia, na Arqueologia, tem início no século XIX, surgindo da necessidade de compreensão a dimensão espacial, resultando em mapas, desenhos de espacialização dos artefatos, distribuição das camadas arqueológicas. Essa cartografia regional de sítios arqueológicos foram realizadas de forma manual, uma vez que não haviam técnicas e tecnologias de informação como os dias de hoje (AGUIAR, 2010).

Nos anos 1960, arqueólogos partidários do histórico-culturalismo fizeram amplo uso da cartografia, devido às formas de interpretações do registro arqueológico vigentes na época. A distribuição geográfica do material estudado era uma forte preocupação para esses profissionais, uma vez que a partir disto poderiam identificar as migrações ou difusões dos traços culturais estudados. (LEITE, 2016).

A ampliação e consolidação da cartografia dentro da Arqueologia foi bastante difundida no período que surge a corrente processualista, a qual considerava os mapas como uma ferramenta aplicável na exploração da espacialidade, representavam este “espaço neutro” existente na concepção processualista. Como forma de auxiliar na obtenção de análises com precisão estatística e matemática relacionadas a dados espaciais, é constituída uma forma de representar os dados ecológicos e a distribuição do material arqueológico no espaço a fim de obter seus resultados (LEITE, 2016). Somente na década de 1980, no contexto da corrente da Nova Arqueologia, é que o SIG começa a ser utilizado pela Arqueologia, sendo instrumentos tecnológicos fundamentais para a modelação geográfica e conseqüentemente para a gestão integrada do território e do património, desde em termos operacionais até mesmo em contexto de investigação (ANASTÁCIO *et al.*, 2015).

Com o surgimento dos estudos da arqueologia espacial, que consideram o espaço e contexto dos vestígios arqueológicos, se estabelece uma área diretamente relacionada com a geografia, história e cultura, com o intuito de compreender a relação de diferentes níveis de interpretações da paisagem humana. Para esta vertente, considera-se que o homem procura locais com melhores condições de vida, incluindo assim a escolha de lugares favoráveis à captação de água, alimentos e de matérias-primas (AGUIAR, 2010), sendo nesse contexto que o SIG entra para apoiar uma análise espacial de cariz mais amplo.

Desde o século XIX que a legislação de diversos países reconhece explicitamente a importância da preservação e salvaguarda do património arqueológico enquanto elemento limitado e não renovável, a assim como de alguns documentos e iniciativas internacionais realçarem o contexto supra-nacional desta gestão patrimonial, o que reflete um claro reconhecimento internacional desta problemática (GARCÍA SANJUÁN & WHEATLEY, 1999).

As transformações antrópicas da paisagem continuam progressivamente, e mais do que nunca, provocando a deterioração do património arqueológico, visto que a sociedade contemporânea têm procurado cada vez mais novos conhecimentos sobre as dimensões materiais e sobre as próprias sociedades do passado (GARCÍA SANJUÁN & WHEATLEY, 1999).

Diversos países, à escala regional e nacional, investiram e desenvolveram sistemas para registar e proteger os vestígios arqueológicos, sobretudo face às contínuas pressões e ameaças das mudanças socioeconômicas ascendentes no início do século XX, as quais abateram de maneira significativa o meio urbano e rural, tornando-se numa ferramenta necessária para a gestão e planificação territorial (LOCK, 2000; 2003).

Nas últimas décadas a utilização do SIG tem-se mostrado como uma prática muito eficiente para a gestão e preservação do património arqueológico, estabelecendo-se como uma plataforma de análise para a monitorização dos recursos culturais, assim como dos indicadores de desenvolvimento sustentável. Devido à associação da tecnologia inovadora com a organizacional, são proporcionados os meios indispensáveis para uma gestão racional dos fatores e processos que colaboram para a deterioração ou conservação do património (FERNANDES *et. al.*, 2014).

Em alguns inventários baseados em SIG, os sítios arqueológicos são representados em geometria de polígonos, e não como meros pontos com um par de coordenadas, algo que é bastante útil para propósitos relacionados com o planeamento e a proteção patrimonial, pois assim, tem-se em consideração a forma e o tamanho dos sítios. No entanto deve-se atender às dificuldades inerentes à delimitação de um sítio arqueológico, sendo possível também acrescentar-se uma área tampão (*buffer*) à volta do perímetro do sítio, de forma a minimizar os possíveis afectações futuras (adaptado de GARCÍA SANJUÁN & WHEATLEY, 1999).

É evidente que as potencialidades dos SIG não se limitam apenas ao planeamento e à gestão patrimonial. Dada a grande capacidade analítica dos mesmos, podem ser aplicados em diversas áreas da arqueologia como em atividades empresarial, através de estudos de mercado, prospecção, acompanhamentos de obras, programação patrimonial; gestão ambiental e patrimonial, através da museografia e cartas

arqueológicas; gestão de áreas de risco, através do acompanhamento; produção cartográfica; programação de infraestruturas; otimização de recursos patrimoniais, através das redes de recursos, análise de bens, percursos culturais; e simulação de dados, podendo ser de naufrágios, rituais, reconstruções de escavações tridimensionais.

Os SIG trazem diversas vantagens estratégicas para o planeamento urbano, gestão do território, gestão dos recursos naturais, uma vez que passagem do conhecimento para um suporte digital representam modificações na representação e comunicação, em particular na sua dimensão espacial, facilitando a mobilidade dos dados, e sua acessibilidade remota à produtos e serviços que viabilizam a promoção de novas economias (NUNES, 2006; FERNANDES *et al.*, 2014).

Sendo componente de um sistema mais amplo de gestão, os SIG podem ajudar na análise e divulgação de informações, utilizadas por todos os colaboradores sempre que a sua linguagem evidencie ser a mais apropriada para analisar, decidir ou comunicar (JULIÃO, 2004). São um importante suporte na medida em que permitem a gestão das interações entre, os espaços físicos, as atividades humanas e o uso sustentado dos recursos existentes nas áreas (ANASTÁCIO, 2016). A sua utilização permite cumprir objetivos fundamentais no exercício da atividade de Gestão, por proporcionar um registro permanente das decisões tomadas, e simultaneamente visão global das políticas e opções implementadas e a sua tradução concreta nas decisões de gestão. É, também, um importante suporte na medida em que permitem a gestão das interações entre, os espaços físicos, as atividades humanas e o uso sustentado dos recursos existentes nas áreas, componentes essenciais no processo de Gestão Integrada do Território (ANASTÁCIO, 2012) instrumentos poderosos e eficazes de apoio à decisão em diferentes níveis de atuação.

2. CARTAS ARQUEOLÓGICAS

As Cartas Aqueológicas têm como objetivo a realização de um inventário de bens patrimoniais com suas localizações, podendo ser utilizada para a gestão do património, entendimento da espacialidade e disposição desses bens, assim como uma ferramenta para o crescimento e planeamento urbano. Funari (1996) disserta que o mapeamento de sítios arqueológicos pode auxiliar em trabalhos arqueológicos futuros, gerando dados para possibilidades de novas pesquisas. Nesse sentido, podemos afirmar que a realização de estudos nessa temática tem:

(...) o intuito de melhor compreender as suas relações com o meio ambiente, e entre os mesmos, através de seus vestígios culturais e sociais, facilitando trabalhos posteriores, como também de contribuir na conscientização da população da região para necessidade da preservação dos sítios arqueológicos. (CERQUEIRA & LOUREIRO, 2003, p.86).

A elaboração de uma carta deve ter ao menos as características de localização, que seria a geolocalização desse bem, sendo representada no mapa; os elementos, que são a representação no mapa de dados das características físicas e culturais do bem; e as relações, ou seja, as possíveis inter-relações entre os elementos representativos no mapa sejam eles, distancia, direção, tamanho, tipo.

O resultado de uma carta pode ser uma ferramenta a ser manuseado por diversas pessoas, desde os relacionados ao património em si, como às empresas de construção civil, turistas e gestores. Devendo ser constantemente atualizada com os novos dados gerados por pesquisas a serem realizadas depois de sua elaboração, principalmente pela dinâmica que abrange o património aqueológico (QUE ROL & DIAZ, 1996).

As cartas arqueológicas podem ser divididas em diversas áreas ou tipos de atuação, como as cartas urbanas, cartas rurais e cartas marítimas, que seriam na área de divisão geográfica, ou mesmo cartas com o intuito de proteção ao património identificado ou de forma preventiva, para um planeamento urbano.

Algumas correntes entendem que as cartas aumentam o atrativo turístico da região, através da difusão do conhecimento sobre os bens que ali estão localizados, auxiliam no planejamento e desenvolvimento sustentável, ampliam os mecanismos de monitoramento e planejamento para a preservação, valorização e gestão do patrimônio (TOTO & GARCIA, 2002).

A elaboração de uma carta arqueológica pressupõe a criação de uma base de dados geográfica que centralize as informações recolhidas que estavam dispersas em distintos relatórios, arquivos, bibliotecas e órgãos.

2.1 FORMATOS: DO PAPEL AO DIGITAL

De entre as ciências humanas, a arqueologia é uma das primeiras a utilizar o Sistema de Informações Geográficas. À priori, a mesma foi utilizada pelas Ciências da Terra a fim de dimensionar elementos geológicos, espacialidades, e também pela área militar (SCHLOBACH, 2000; GONZÁLEZ *et. al.*, 2012).

Na arqueologia, existem duas amplas tendências para a utilização da ferramenta SIG, sendo a primeira relacionada a escalas maiores, nela enquadram as representações de sítio arqueológico e seu contexto interno, como a espacialidade de sua cultura material. Já a segunda tendência compreende o estudo em escalas menores, ou seja, ao se trabalhar com mais de um sítio arqueológico ou mesmo ao considerar aspectos relacionados a um sítio arqueológico e seu entorno e em estudos regionais (LEITE, 2016).

Nazareno (2005) disserta sobre o uso de bases de dados no SIG, afirmando que o mesmo permite o armazenamento de informações, pré-selecionadas, em meio digital de forma compacta, diferentemente das fichas, mapas e croquis de papel. A miríade de informações coletadas nos projetos e estudos de arqueologia geram um grande número de dados em papel, assim como em sistemas análogos de armazenamento, administração e análise de dados. Nestes casos, as informações podem dificultar e retardar os trabalhos, uma vez que seria necessário a triagem de toda essa documentação para aferir os resultados.

Neste viés, a utilização de base de dados georreferenciadas proporciona a integração de todas as fases de pesquisa arqueológica, desde o planejamento de atividades, até ao registro, análise, disseminação e arquivamento das informações (NAZARENO, 2005).

As geotecnologias envolvidas no processo, contribuem sobremaneira para a otimização do trabalho de elaboração da Carta, facilitando atividades de busca, *backup*, compartilhamento e atualização de informações. Assim, o uso destas ferramentas promovem uma maior produtividade e economia de tempo, além de oferecer vantagens em relação aos recursos financeiros com a utilização de *softwares* livres de geoprocessamento e dados espaciais georreferenciados disponibilizados por órgãos públicos. Uma outra vantagem do uso das geotecnologias é a disponibilidade de aplicativos livres de divulgação na web de dados georreferenciados, os quais permitem atualizações, e que também permitem criar produtos gráficos que podem ser facilmente entendidos pelo público leigo.

O uso do SIG, para a elaboração de uma Carta Arqueológica, possibilita a expansão da ideia essencial intrínseca a este objeto, que seria a espacialização dos sítios arqueológicos, e permite a geração de diversos outros produtos, incluindo mapas temáticos tradicionais e mapas temáticos digitais, ao qual temos a vantagem de utilizar vários temas sobrepostos, permitindo uma análise entre os mesmos, de acordo com a Figura 2.

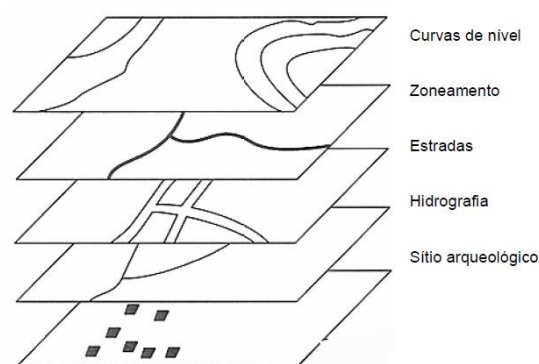


Figura 2: Exemplo de mapas temáticos separados em *layers*.

Fonte: AGUIAR, 2010.

2.2 CARTAS ARQUEOLÓGICAS: CASOS DE ESTUDOS

Neste subcapítulo apresentam-se casos de estudo de Cartas Arqueológicas elaboradas por outros pesquisadores de diversas regiões do Brasil e Portugal, realizando uma breve exposição das mesmas.

Da pesquisa realizada, o primeiro registro de elaboração de uma Carta Arqueológica no Brasil, data do ano de 2005, na dissertação de Alberto Oliveira. O autor sugere a elaboração de uma carta de potencial arqueológico do centro histórico de Porto Alegre, situado no estado do Rio Grande do Sul, através da criação de um inventário das edificações existentes nesse espaço, identificando as suas características construtivas e de uso atual.

Oliveira (2005), optou por não utilizar a nomenclatura usual de avaliação de potencial arqueológico, que seria de baixo, médio ou alto potencial, optando por avaliar pela utilidade e função desenvolvida no local, uma vez que cada local tem as suas diferenças, não tendo um padrão definido para todos os bens, estudando assim individualmente cada um, como demonstra na Figura 3.



Figura 3: Elementos utilizados na composição da Carta de Potencial Arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre-RS.

Fonte: OLIVEIRA, 2005.

Alberto Oliveira (2005) dividiu o centro em Zona Alta e Zona Baixa, sendo inventariadas as edificações consideradas património histórico, os edifícios identificados como remanescentes do século XIX e os sítios arqueológicos existentes, e os locais em ruínas.



Figura 4: Área de pesquisa da Carta de Potencial Arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre-RS com a delimitação das zonas.

Fonte: OLIVEIRA, 2005.

O trabalho teve como resultado final uma planta do centro histórico de Porto Alegre, com a definição do potencial arqueológico de cada área.

André Aguiar (2010) propôs uma carta arqueológica digital da área urbana de Cabo Frio, localizado no estado do Rio de Janeiro. A fim de criar um sistema de gestão integrada do património arqueológico, indicou a normatização da recolha de informações através de formulários e modelagem de informação através de uma base de dados.

As fontes utilizadas foram os dados do IPHAN do Rio de Janeiro e SGPA. Para a elaboração da carta, com base na ficha de cadastro de sítio arqueológico do

IPHAN/CNSA, selecionou dez campos de atributos: Identificação, Data da Informação, CNSA, Localização, Visibilidade, Relevância, Tipo, Categoria, Propriedade da terra e Proprietário. A partir dessa compilação de dados, foi possível especializar os sítios, gerando um inventário e possíveis ferramentas para a gestão do patrimônio arqueológico (AGUIAR, 2010).

Em Minas Gerais, Alexandre Delforge (2010), propõe o gerenciamento do patrimônio arqueológico de todo o Estado, gerando um inventário e a partir dele a Carta Arqueológica de Minas Gerais. Para a elaboração do inventário, criou uma base de dados com informações recolhidas na Superintendência Regional do IPHAN em Minas Gerais, de acordo com a Figura 5.

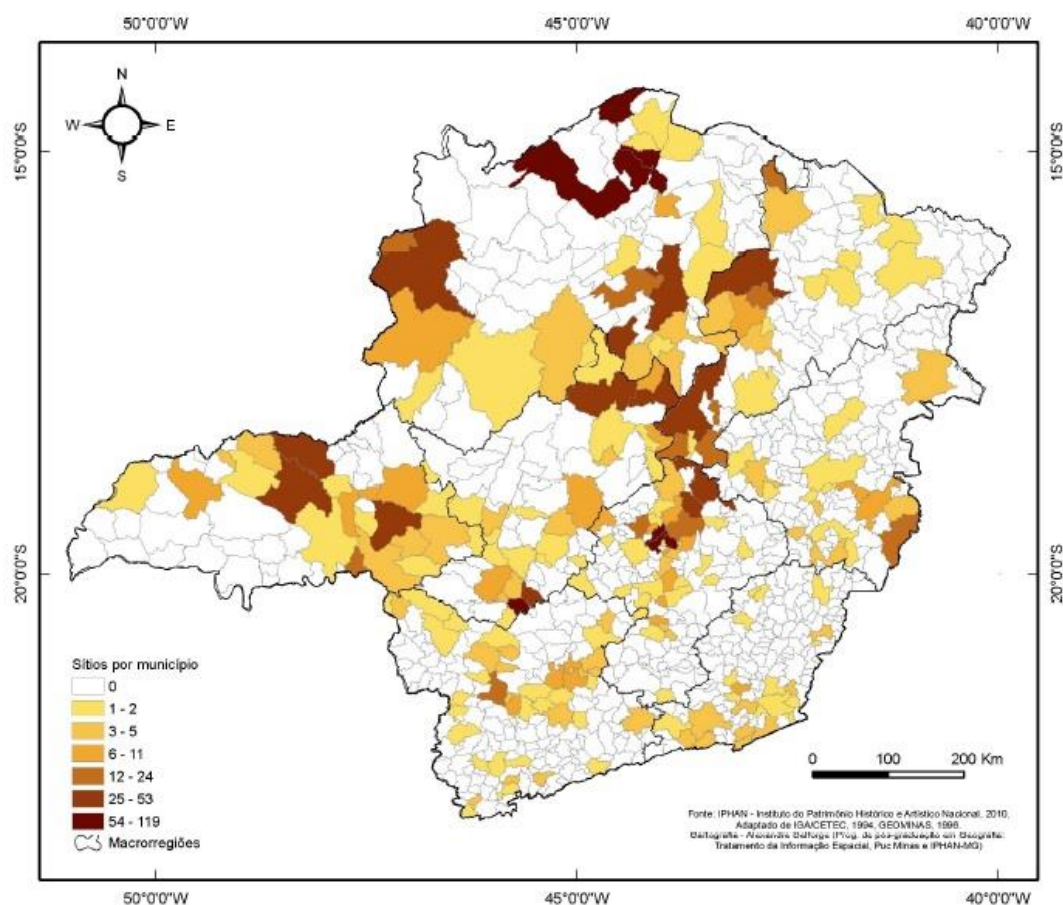


Figura 5: Mapa de Sítios Arqueológicos por município do estado de Minas Gerais.

Fonte: DELFORGE, 2010.

Como resultado, foram inventariados mil seiscentos e noventa e oito (1.698) sítios arqueológicos, dos quais oitocentos e sessenta (860) tinham localização georreferenciada, permitindo o entendimento espacial pela extensão territorial do estado de Minas Gerais.

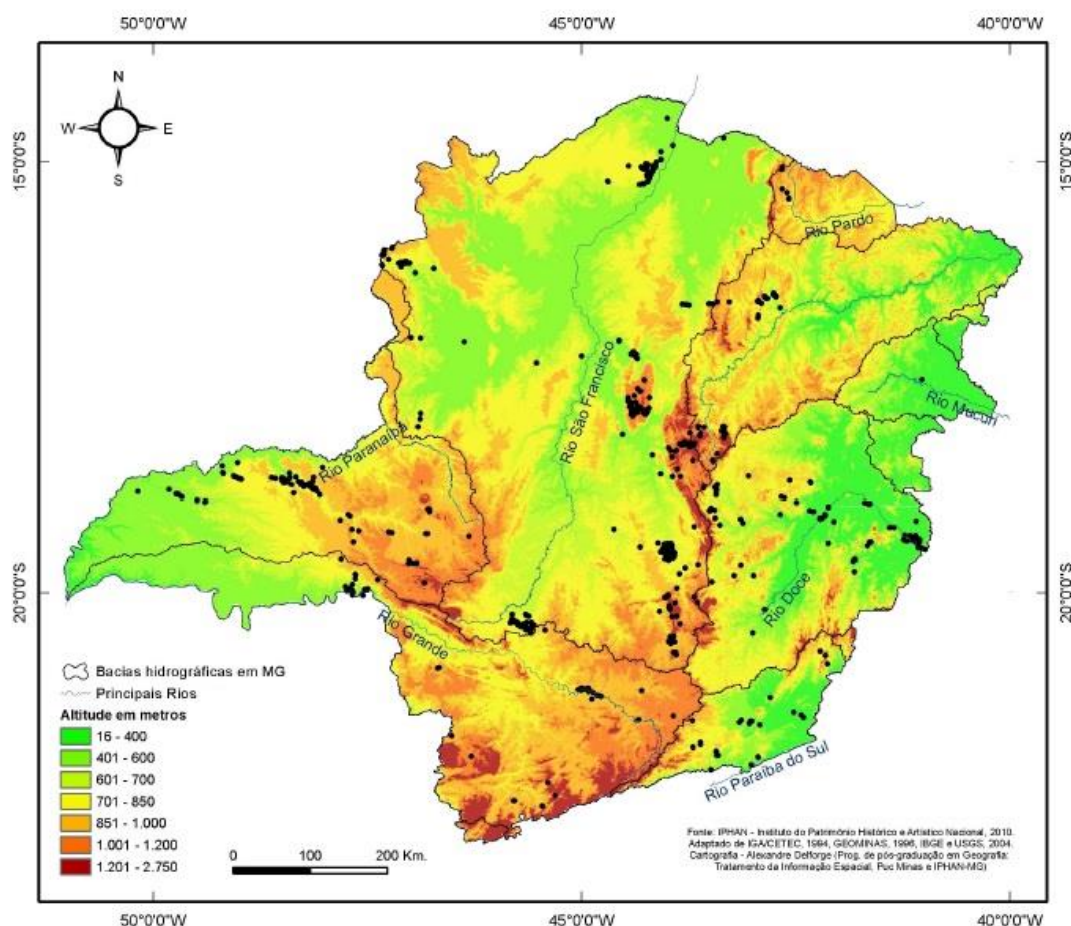


Figura 6: Mapa de Sítios Arqueológicos com georreferenciação em Minas Gerais.

Fonte: DELFORGE, 2010.

Como o estado de Minas Gerais é amplo Delforge dividi-o por regiões, para ampliar a escala de localização dos sítios e também uma melhor visualização da espacialidade e dos padrões regionais. A escolha do autor foi a divisão por regiões correspondentes às bacias hidrográficas. Na Figura 7 podemos apresenta-se um exemplo para a região do bacia do Rio Doce em Minas Gerais.

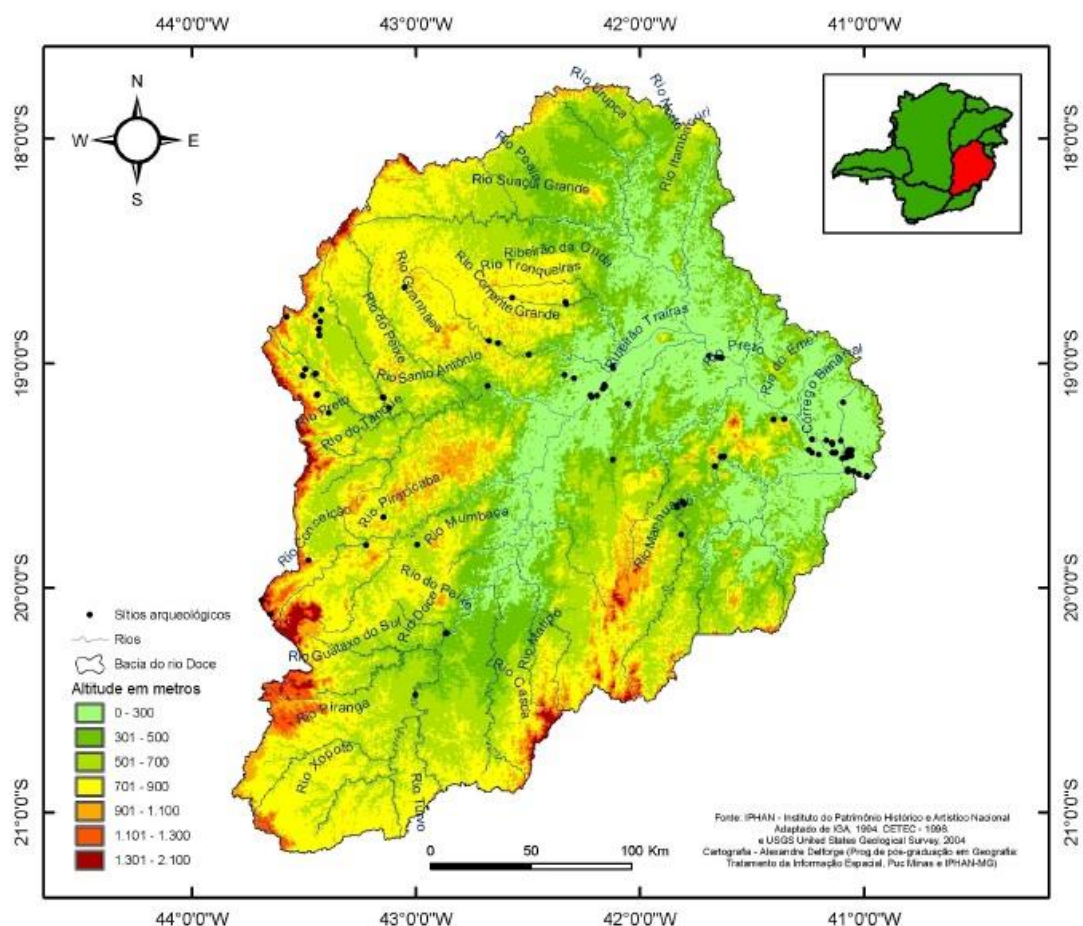


Figura 7: Mapa de Sítios Arqueológicos na região do bacia do Rio Doce em Minas Gerais.

Fonte: DELFORGE, 2010.

Larissa Anjos (2013) elabora uma monografia intitulada “Carta Arqueologia Subaquática de Sergipe”. O principal objetivo era referenciar os naufrágios que ocorreram no litoral do estado de Sergipe, resultando num inventário que poderia ser utilizado em futuros trabalhos de arqueologia subaquática na região, assim como permitir a criação de um programa de gestão sobre este patrimônio cadastrado.

A pesquisa realizada baseou-se na análise de fontes bibliográficas e documentais em diversos órgãos do estado e municípios, de acordo com a Figura8.

CATALOGAÇÃO DOS NAUFRÁGIOS NA COSTA SERGIPANA
Período 1807 à 1969, registrados 150 naufrágios.
Fontes: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha – Departamento de História da divisão Arqueologia Subaquática. Cadastro de Naufrágios da Costa Brasileira – Site Brasil Mergulho. Naufrágios do Brasil: uma cultura submersa. José Carlos Silveiras – Editora Cultura Sub. Sergipe: Fundamentos de uma economia dependente. Maria de Glória Santana de Almeida – Editora Vozes.

Figura 8: Quadro com fontes utilizadas no inventário sobre os naufrágios na costa sergipana.

Fonte: ANJOS, 2013.

O resultado foi um inventário de cento e cinquenta (150) registros de naufrágios, datados entre 1807 e 1969. Importa realçar que não foram elaborados mapas, apenas o inventário em si que é apresentado no Anexo I, assim como tabelas comparativas de análise. Anjos (2013), cita o “Programa Carta Arqueológica Subaquática do Baixo Vale do Ribeira: Inventário Regional do Patrimônio Cultural Náutico e Subaquático”, realizado pelo Gilson Rambelli na sua tese. O programa resultou num inventário com diversos tipos de sítios, dentre eles sambaquis, fortificação, naufrágios, áreas portuárias, áreas de estaleiros, comprovando a existência de ocupação humana na região desde o período pré-colonial.

Jacqueline Leite (2016), na sua dissertação propõe a realização de uma Carta Arqueológica do estado de Sergipe, com o uso de geotecnologias, como o SIG. Para a realização do inventário de sítios arqueológicos, levantou dados constantes da Superintendência do IPHAN em Sergipe e CNSA, além de dados de projetos realizados pelo Núcleo de Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Sergipe (NPA-UFS) e do Museu do Homem Sergipano. Posteriormente à recolha de dados, escolheu doze (12) campos de atributos para caracterizar cada sítio arqueológico, utilizando os *softwares Microsoft Office Excel e QuantumGIS* para produzir os mapas, tendo inventariado quatrocentos e quarenta e dois (442), de acordo com a Figura 9. No seu trabalho são apresentados diversos mapas comparativos com os resultados obtidos, demonstrando a classificação dos mesmos, por tipo de vestígios e cronologia.

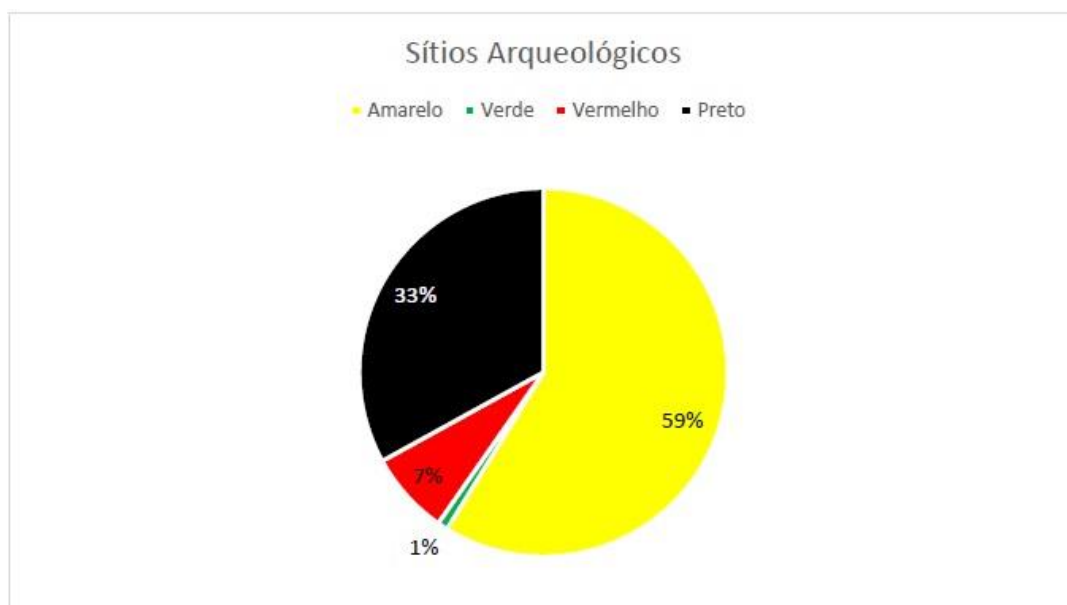


Figura 10: Gráfico com sítios identificados.

Fonte: MELCHIADES, 2017.

No gráfico acima, o amarelo representa os sítios arqueológicos com coordenadas georrefenciadas; o verde representa os sítios arqueológicos com descrição da localização, sendo possível identificar no mapa pelos aspectos descritos; o vermelho são sítios arqueológicos que somente é possível saber a região do mesmo; a preta representa os sítios arqueológicos que não apresentam dados para a identificação de sua localização.

A base de dados foi realizada na Superintendência do IPHAN Rio Grande do Sul e Centro Nacional de Arqueologia (CNA), sendo elaborada uma proposta de uniformidade de dados, além da georeferenciação dos sítios arqueológicos. No total foram catalogados três mil cento e quarenta (3.140) sítios arqueológicos, de acordo com a Figura 11. Porém apenas 33% tinham a localização correta nos mapas e relatórios.

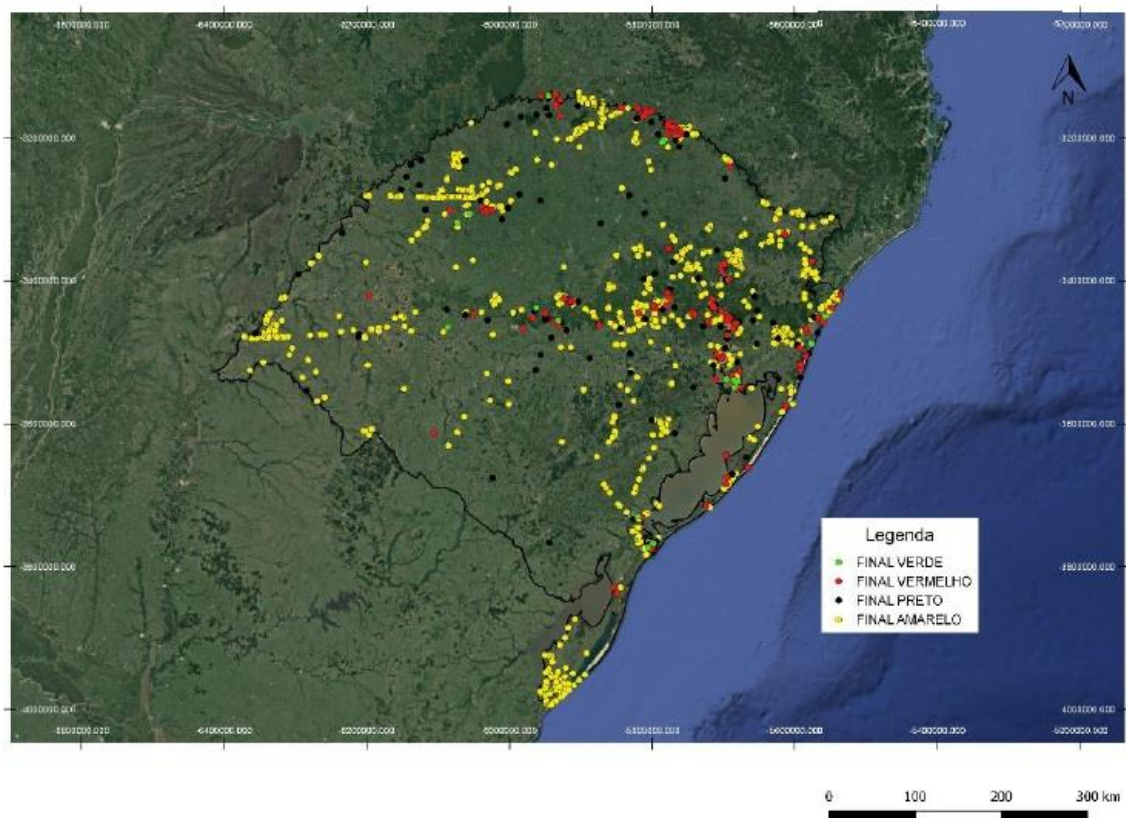


Figura 11: Mapa final da distribuição de sítios arqueológicos.

Fonte: MELCHIADES, 2017.

O autor elaborou diversos mapas interativos, com as temáticas de tipo de sítio (Figura 12), sítios com vestígios líticos, sítios com vestígios cerâmicos, assim como mapas por pesquisador que registrou os sítios.

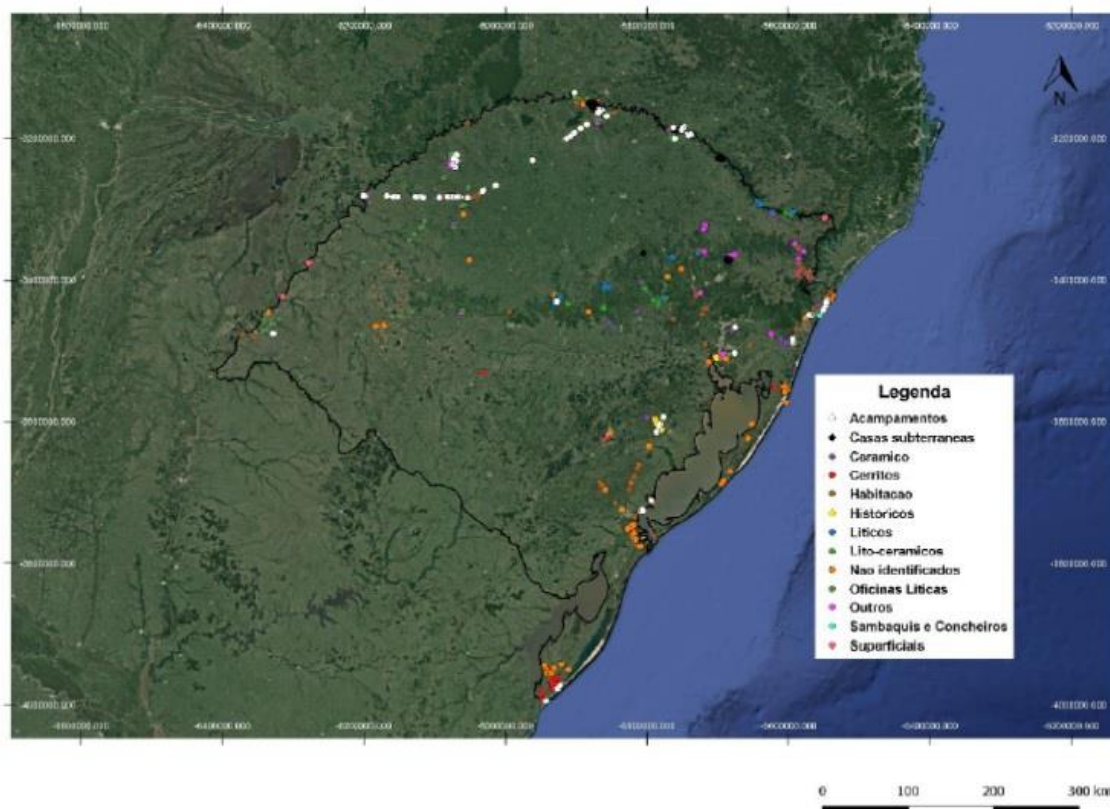


Figura 12: Mapa com a distribuição de sítios arqueológicos por tipo.

Fonte: MELCHIADES, 2017.

Em Portugal há inúmeras cartas arqueológicas já produzidas e em atualização constante, havendo ampla divulgação dos seus resultados, principalmente pelo fato de haver um incentivo por parte dos municípios. A pesquisa efetuada e a análise recaiu sobre as mais recentes, com utilização de SIG no suporte cartográfico.

A Carta Arqueológica do Concelho de Chamusca foi elaborada por (COIMBRA, *et al.*, 2016.) recorreu a um SIG para representação dos sítios arqueológicos inventariados. Os dados foram recolhidos na Base de Dados do Endovélico, Portal do Arqueólogo, fonte oficial da Direcção-Geral do Património Cultural de Portugal.

Foram inventariados sítios dos mais diversos períodos cronológicos, tendo maior número nos do período Paleolítico e o Romano, de acordo com a Figura 13. Os autores basearam-se em atividades de campo de prospecção sistemática e seletiva, a fim de identificar novos sítios arqueológicos, além do levantamento bibliográfico.

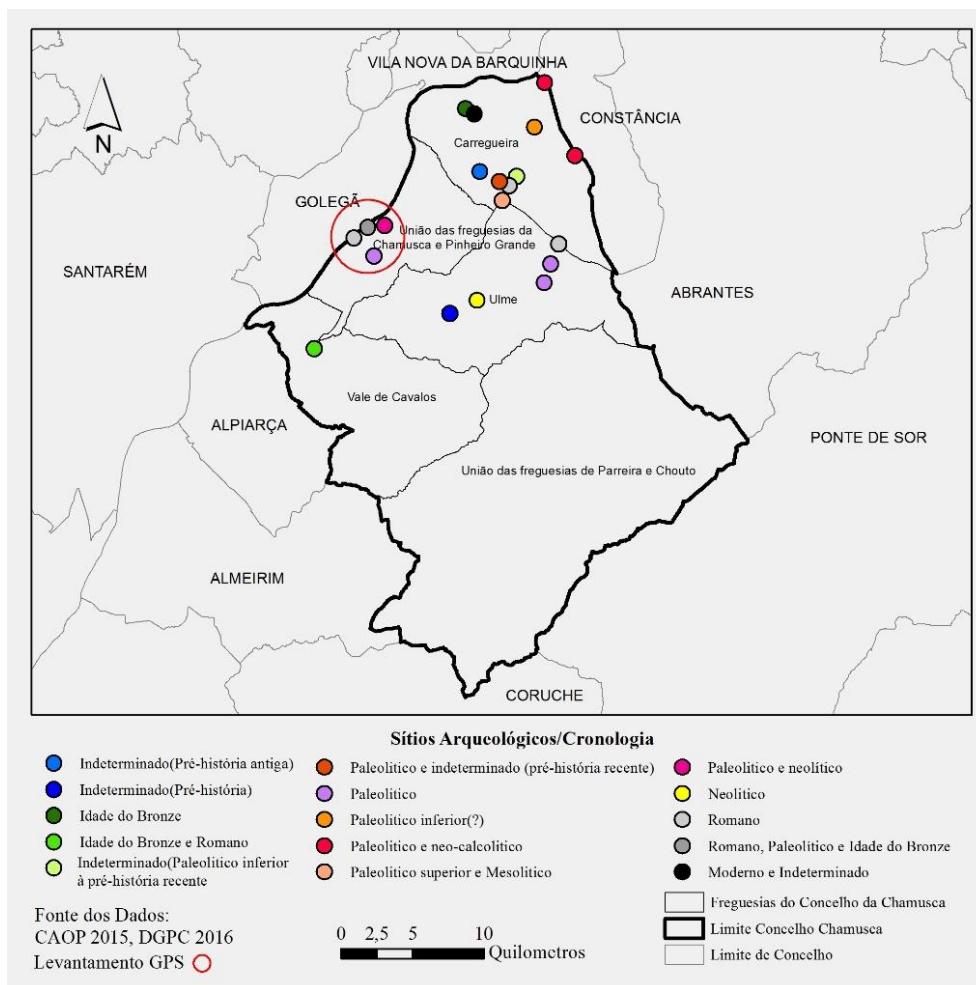


Figura 13: Mapa com sítios arqueológicos identificados na Chamusca, por cronologia.

Fonte: COIMBRA, *et al.*, 2016.

No Concelho da Golegã houve o levantamento dos sítios arqueológicos feita por uma equipa interdisciplinar indicada pelo Centro Português de Geo-História e Pré-História (CPGP). Foram utilizados os dados da Base de Dados do Endovélico, no Portal do Arqueólogo para gerar a localização georreferenciada dos sítios arqueológicos, de acordo com a Figura 14.

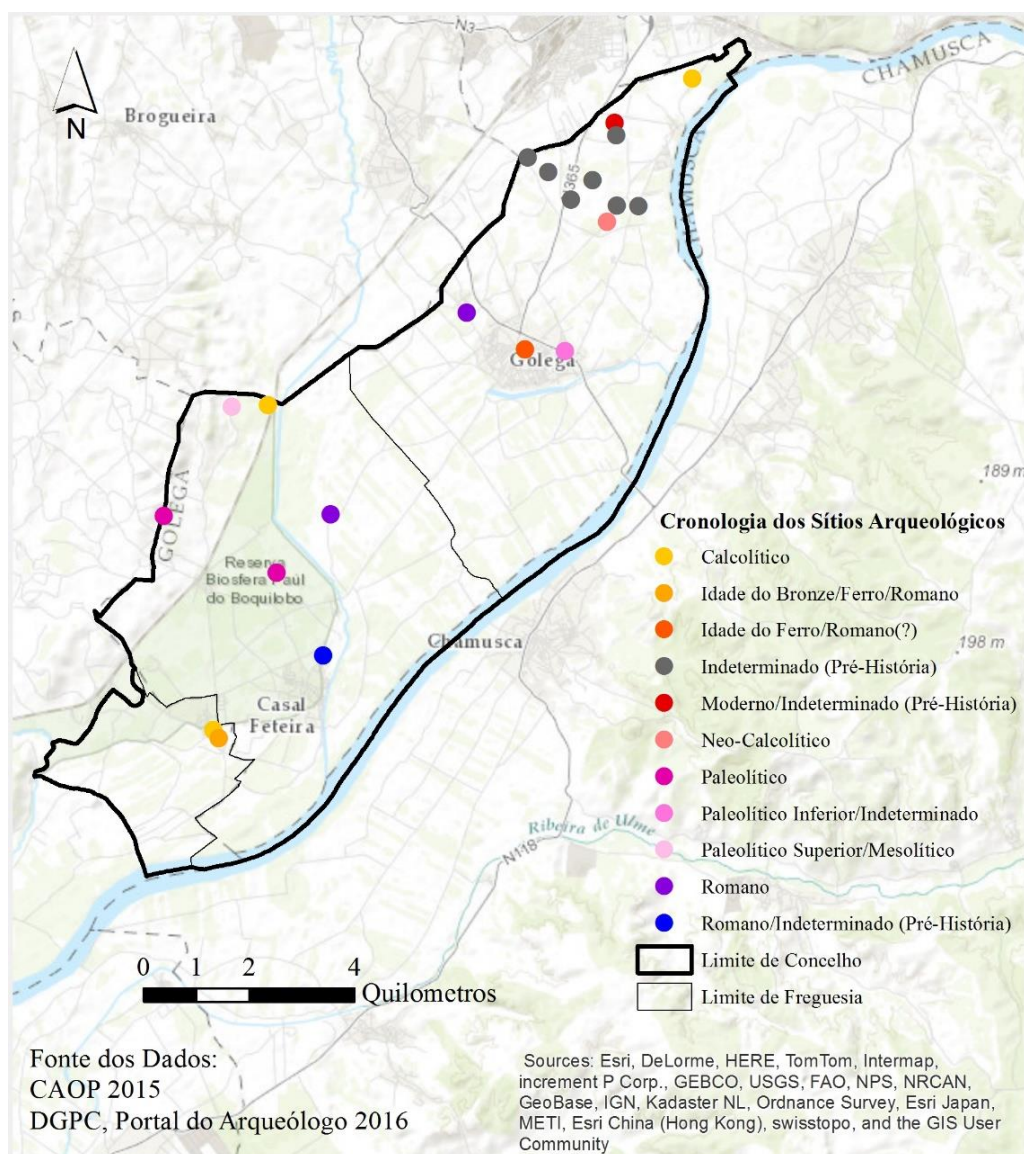


Figura 14: Mapa com sítios arqueológicos identificados no Concelho de Golegã.

Fonte: FIGUEIREDO, *et al.*, 2016.

O intuito foi definir as áreas de potencial arqueológico, divulgação e reconhecimento patrimonial das antigas ocupações da região e também de garantir sua salvaguarda e valorização, que se apresentam na Figura 15.

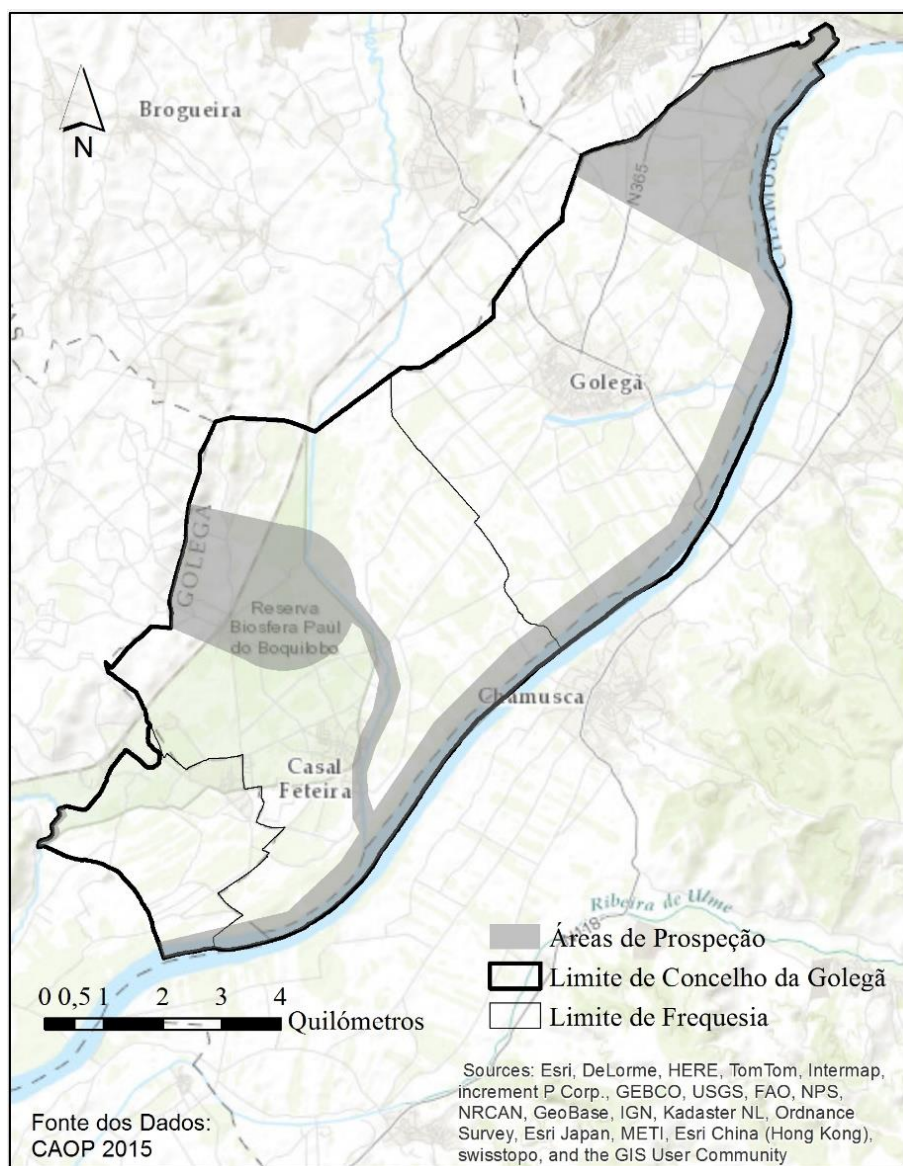


Figura 15: Mapa com localização das prospecções realizadas em 2016, no Concelho de Golegã.

Fonte: FIGUEIREDO, *et al.*, 2016.

À priori foi realizada uma recolha de dados bibliográficos e posteriormente prospecções, que através de fichas pré-determinadas, ao se identificar um sítio, eram preenchidas, sendo registados os vestígios mais significativos e que poderiam inferir uma cronologia ou tipologia do sítio arqueológico. Esses materiais foram recolhidos e analisados em laboratório. A pesquisa resultou no inventário de mais de cinquenta (50) sítios arqueológicos, sendo onze (11) novos sítios arqueológicos e cento e quarenta e seis (146) peças arqueológicas coletadas (FIGUEIREDO *et al*, 2016).

A Carta de Interesse Cultural para a Região do Médio Tejo (ANASTÁCIO, 2016a), teve como base os dados ao Base de Dados Oficial da Direção-Geral do Património Cultural – Endovélico, relatórios técnicos e artigos, monografias e dissertações publicadas. A região do Médio Tejo é composta por treze (13) concelhos, sendo que o levantamento bibliográfico resultou em um mil e vinte e quatro (1024) sítios arqueológicos, distribuídos pelos concelhos, de acordo com a Figura 16.

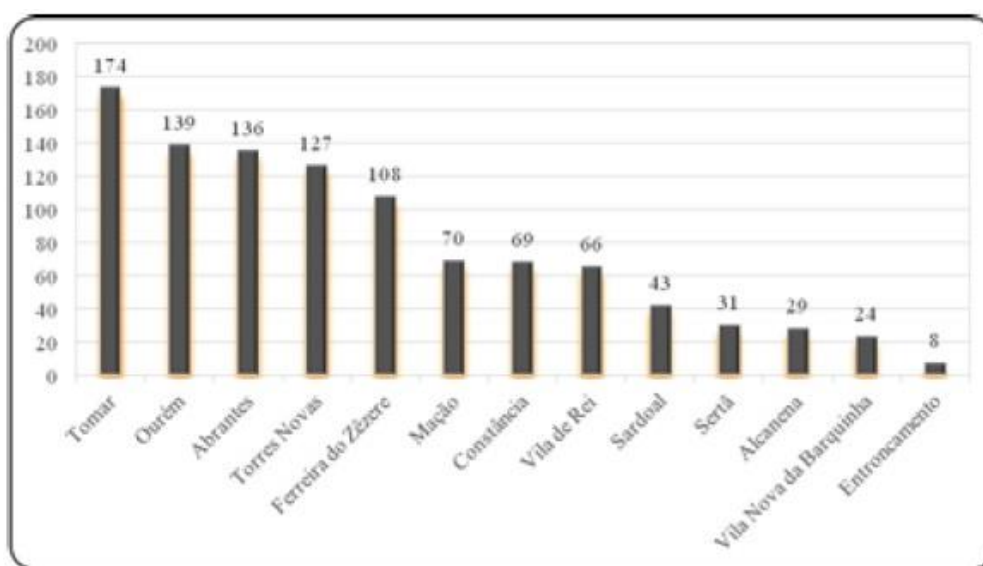


Figura 16: Registo de sítios arqueológicos por concelho da região do Médio Tejo.

Fonte: ANASTÁCIO, 2016a.

Posteriormente ao levantamento dos dados de património arqueológico, arquitetónico e de infraestruturas de conhecimento e promoção cultural identificação e inventariação dos sítios arqueológicos, os mesmos foram georrefenciados no SIG e elaborada a cartografia com a sua distribuição geográfica (ANASTÁCIO & CRUZ, 2015; ANASTÁCIO, 2016a), de acordo com a Figura 17.

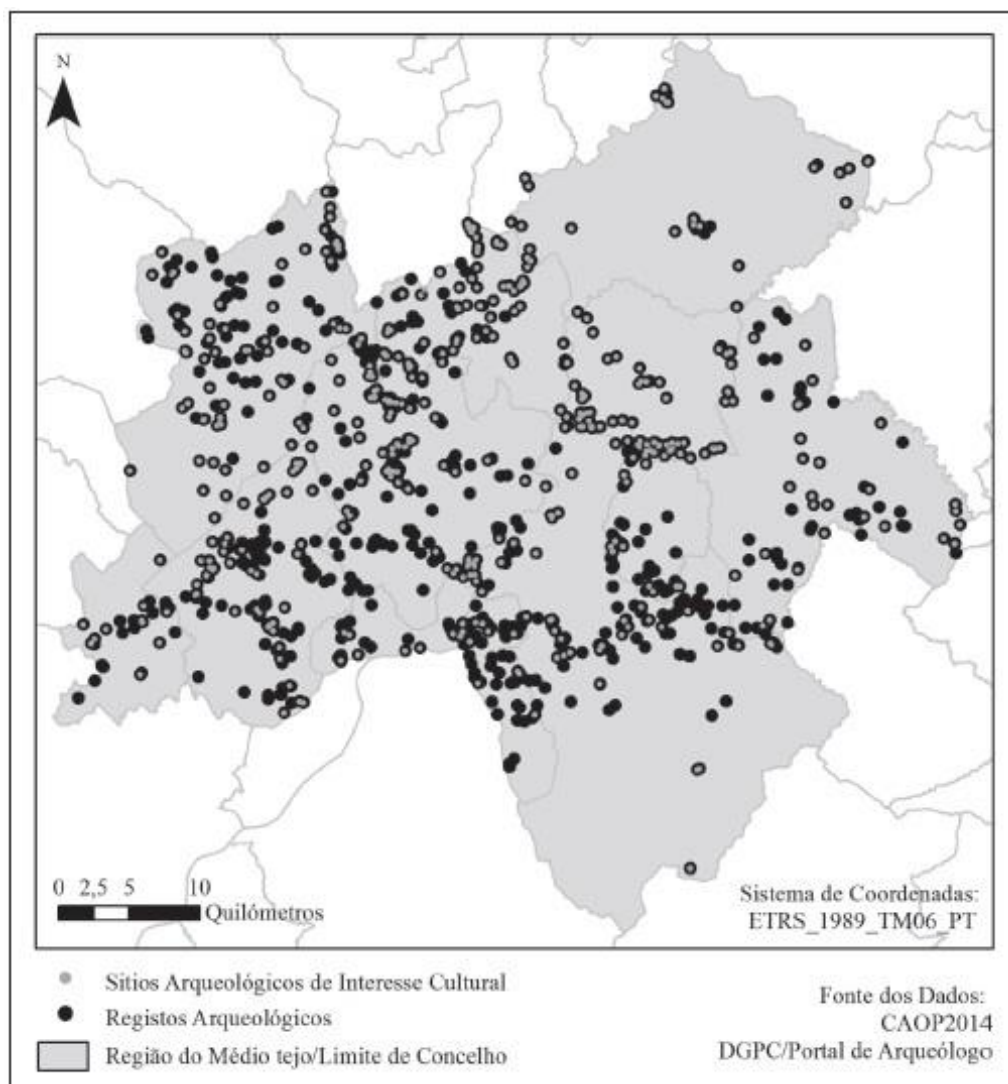


Figura 17: Distribuição geográfica dos sítios arqueológicos de Interesse Cultural.

Fonte: ANASTÁCIO & CRUZ, 2015.

Posteriormente à espacialização dos sítios, realizaram a classificação dos mesmos por intermédio de cinco critérios (5), sendo eles: Raridade (qualidade superlativado que é invulgar e exótico), Singularidade (qualidade superlativa do que único), Fragilidade (qualidade relativa do que é delicado, vulnerável e débil e pode ou não estar relacionado com o fator conservação), Estado de Conservação (classificação e validação do estado de integridade dos sítios), e Classificação de Interesse Institucional (ANASTÁCIO, 2016a).

A análise dos critérios permitiu classificar os sítios arqueológicos pelo seu nível de Interesse Cultural, de acordo com a Figura 18.

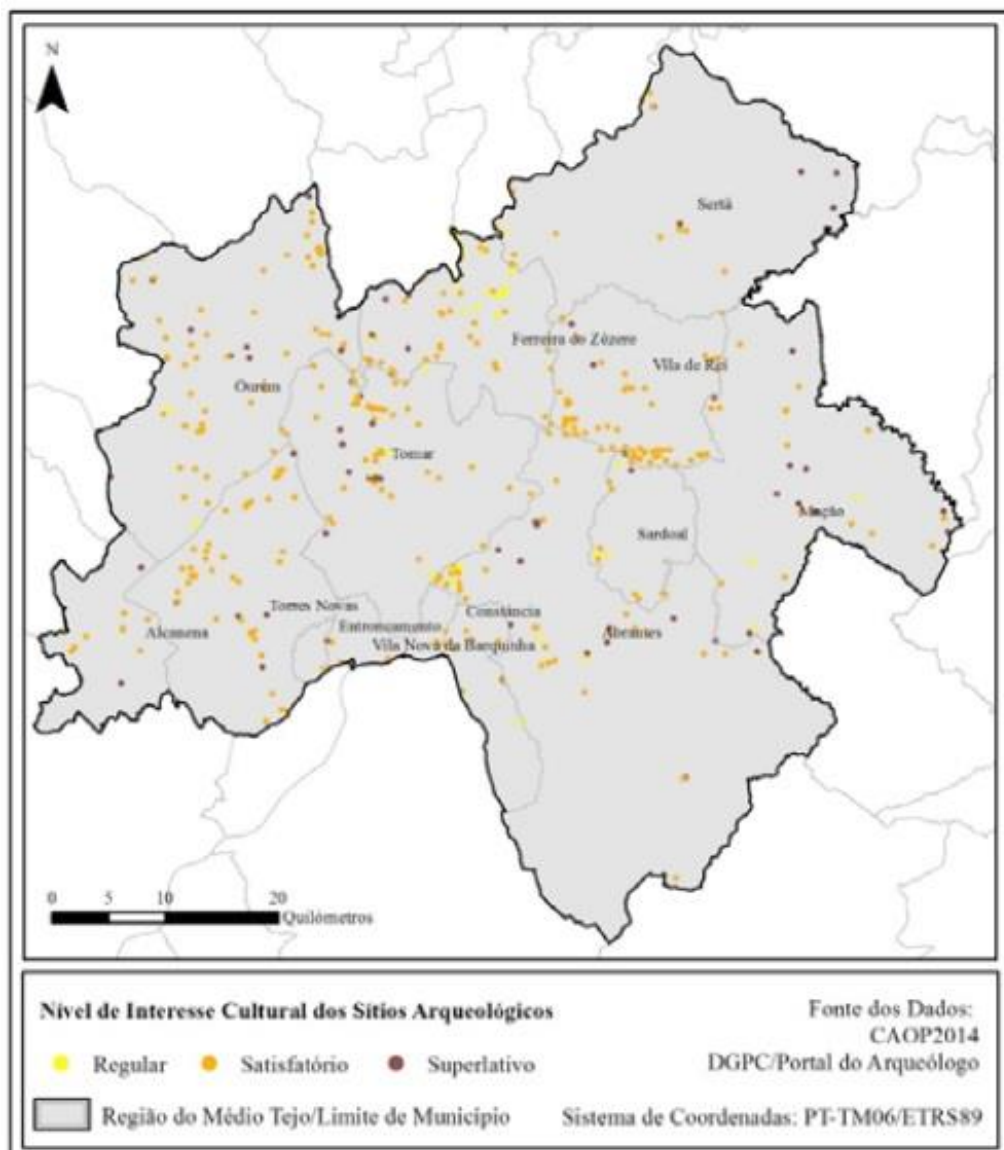


Figura 18: Mapa de Nível de Interesse Cultural dos sítios arqueológicos no Médio Tejo.

Fonte: ANASTÁCIO, 2016a.

A Carta Galeria Arqueológica Histórica do Concelho de Vila Nova de Barquinha é também uma referência, tendo como objetivo a representação da informação relativa aos Sítios Arqueológicos e ao Património Edificado inventariados até aquela data (CRUZ *et al*, 2014).

O levantamento de dados foi realizado nas bases do Centro de Interpretação da Arqueologia do Alto Ribatejo (CIAAR), Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar (CPH), tendo o apoio de José da Silva Gomes, e Endovélico (DGPC) (CRUZ *et al*, 2014). Na Figura 19 apresenta-se a distribuição espacial dos sítios arqueológicos.

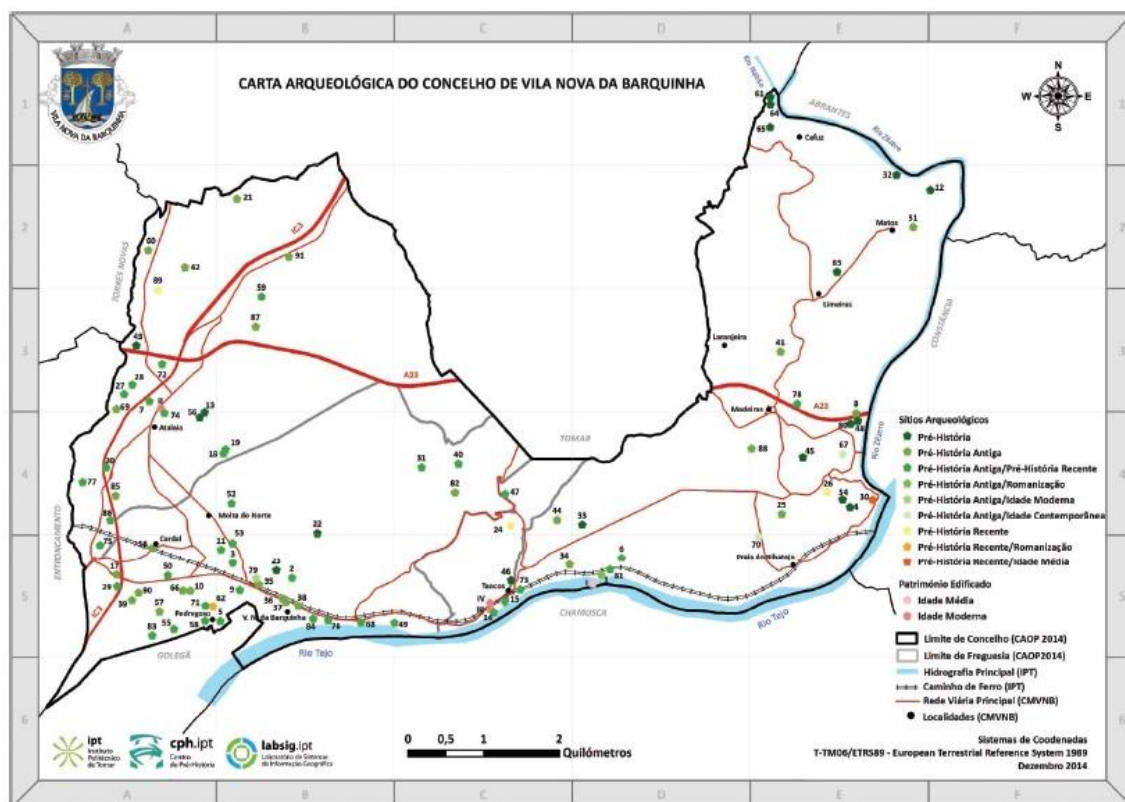


Figura 19: Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova da Barquinha.

Fonte: CRUZ *et al*, 2014.

A primeira Carta Arqueológica do Município de Loures foi realizada em 2000, sendo realizada uma atualização em 2009 e publicada somente em 2011. Essa atualização deveu-se à necessidade dos setores de planeamento e ordenamento do município necessitarem de integrar esta informação nos Planos Municipais. O inventário foi realizado por freguesia, partindo do norte para o sul do Concelho, sendo pré-determinado os itens a serem recolhidos para cada sítio arqueológico (FRAGOSO *et al*, 2011).

Ao analisar as cartas arqueológicas realizadas no Brasil e Portugal, percebemos que há uma diferença na conceitualização do que seria uma carta arqueológica, assim como seu resultado. No Brasil, em alguns casos somente é feito a catalogação dos sítios, sem ser produzidos mapas temáticos, que possam ilustrar espacialmente os sítios, assim como facilitar a leitura e comparar os dados de diversos sítios de uma região. Nos últimos anos esta realidade está a mudar, sendo empenhados esforços na utilização do SIG para a criação de base de dados georeferenciadas, com o intuito de gerar novas ferramentas para apoiar as políticas de preservação do património e sua devida gestão.

Constata-se que em Portugal, essa abordagem é muito mais difundida, sendo realizada a elaboração de cartas arqueológicas há muitos anos, embora em formato papel, e que não foram integradas nos SIG, uma vez que na época da sua elaboração, não havia tais recursos. Outra questão identificada, que normalmente não é realizada no Brasil, é a etapa de levantamento de campo, a fim de confirmar a localização dos sítios arqueológicos já catalogados, assim como prospetar e identificar novos sítios arqueológicos.

3. CASO DE ESTUDO: PROPOSTAS DE CARTA ARQUEOLÓGICA PARA O MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO, ESTADO DE ALAGOAS - BRASIL

3.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO E ETNO-HISTÓRICO

O município de Marechal Deodoro, em Alagoas, está inserido no Nordeste do Brasil. É uma região que abriga testemunhos dos diversos períodos de ocupação da história brasileira. Desde registros de sítios arqueológicos pré-coloniais, a um rico acervo expresso no casario com características arquitetônicas do período colonial, em seu centro histórico.

O centro histórico da cidade é tombado pelo governo federal e existem inúmeros sítios cadastrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CNSA/IPHAN). O acervo configura-se em rota importante para o estudo dos diversos grupos étnicos que formam a identidade cultural brasileira.

Este capítulo tem a intenção de apresentar os dados históricos sobre a região, assim como a diversidade de sítios cadastrados até o momento. O município nos últimos anos foi alvo de diversas pesquisas arqueológicas e também inúmeros processos de revitalização do seu Centro Histórico.

3.1.1 OS PRIMEIROS REGISTROS

Em 21 de abril de 1500, o fidalgo português Pedro Álvares Cabral chegou à costa nordestina. Inicialmente, o processo de expansão tinha por objetivo a procura de riquezas para a metrópole, no intuito de superar a crise europeia. Os portugueses e espanhóis foram pioneiros empreendendo as grandes navegações além das fronteiras conhecidas.

Na costa brasileira, além dos portugueses, logo após, aportaram os franceses em busca de especiarias, principalmente do pau-brasil, abundante na região. Em 1530, o Brasil passou a ser oficialmente colônia portuguesa e, em 1534, Portugal, para assegurar melhor controle da terra conquistada, dividiu o território em capitanias hereditárias, sendo administradas por fidalgos portugueses, tendo por direito a hereditariedade desses territórios.

As demarcações foram nomeadas de acordo com o calendário litúrgico: Capitania do Maranhão; Capitania do Ceará; Capitania do Rio Grande; Capitania de Itamaracá; Capitania de Pernambuco; Capitania da Baía de Todos os Santos; Capitania de Ilhéus; Capitania de Porto Seguro; Capitania do Espírito Santo; Capitania de São Tomé; Capitania de São Vicente; Capitania de Santo Amaro; Capitania de Santana.

O sistema de divisão política, apresentada na Figura 20, não teve o sucesso esperado, com apenas duas capitanias tendo destaque: São Vicente e Pernambuco. Os donatários (responsáveis pela gestão das capitanias) apontaram como justificativa para a falta de sucesso, o pouco incentivo do Governo Colonial, o que dificultou a manutenção. Em meio a má gestão administrativa na Colônia, foi implantado o Governo Geral pelo Rei Dom João III, em 1548, medida que centralizou a administração da Coroa Portuguesa, reforçando a colonização do território brasileiro. O sistema de capitanias vigorou até 1759, com a sua extinção pelo Marques de Pombal (HOLANDA, 1997).

A ocupação francesa no Brasil é ressaltada pela investida de corsários ao longo da costa, que vinham em busca do pau-brasil e especiarias de grande valor no período. No entanto, as informações de sua atividade no Nordeste é mais detalhado na Bahia, e mais ao norte da Capitania de Pernambuco. A região que compreendia o sul da capitania de Pernambuco, atual Estado de Alagoas, teve grande movimentação desses corsários, ressaltados pela história local.

Sobre os franceses Holanda (1997) descreve:

Com efeito, já na primeira metade do século XVI, é registrada frequentemente a presença de tais traficantes desde a boca do Amazonas, até a costa catarinense. Os sítios mais procurados ficam, porém, entre as áreas mais abundantes em pau de tinta, que se alongam do Cabo de São Roque, ao Rio Real. Na Paraíba chegam a infiltrar-se no meio dos Pitiguaras locais, mesclando-se a eles: fortalecidos com esse apoio, lograrão os índios, por longo tempo, desafiar os portugueses e seus aliados de Itamaracá e Pernambuco. Em Sergipe d'EL- Rei, igualmente, hão de prosseguir até fins do século as arribadas e os tratos das naus francesas: só à expedição de Cristovão de Barros porá termo a farta colheita que ali faziam do Brasil, algodão e pimenta da terra (HOLANDA, 1997, p. 165).

Do Rio Grande do Norte, até a Bahia havia grande movimentação de embarcações francesas, que tinham como principais interlocutores índios da região. Essas investidas foram cruciais para as decisões a respeito de ocupação na Colônia pelos portugueses que implementaram políticas de ocupação, para assegurar as novas conquistas da Coroa portuguesa.

Duarte Coelho Pereira recebeu a doação da Capitania de Pernambuco, que tinha os seus limites desde o Rio São Francisco até o Rio Igaraçu, e proximidade mais ao sul do porto marítimo, onde fundou a cidade de Olinda, que se tornou capital da Capitania. A região propícia para o plantio de cana-de-açúcar desenvolveu-se rapidamente com a criação de vários engenhos, sendo uma das duas capitanias mais prósperas da colônia (SANTOS, 2013).

A Carta de Doação e o Foral concedidos por D. João III a Duarte Coelho repassava as atribuições de administração e cumprimentos dos compromissos

ideológicos de difusão da religião católica na capitania, serve como instrumento de controle da Matriz portuguesa sobre a Colônia.

Conforme os termos iniciais da *Carta de Doação* e do *Foral da Capitania* expõem essa necessidade de compromisso por parte do donatário a Coroa:

Dom Joham, etc, [...] comsyderando Eu quamto serviço de Deus e meu proveyto e bem de meus Reynos e senhoryos e dos natruraes e suditos delles he ser a minha costa e terra do brazil mays povoada do que até agora foy asy pêra se nella aver de selebrar o culto e officios divynos e se enxalçar a nosa samta fee catolyqua com prazer e provocar a ella os natruraes da dita terra infiéis e idolatras como pelo muyto proveyto que se seguyra a meu Reinos e senhoryos e aos naturais e suditos deles de se a dita terra povoar e aproveytar ouve por bem de a mandar repartyr e ordenar em capitancias de certas em certas legoas.

Item prymeiramente o capitam da dita capitania e seus sobcessores daram e rapartyrão todas as terras della de sesmarya a quaesquer pessoas de qualqyer calydade e condiçam que seyam contanto que syam cristãos (CHORÃO, 1999).

Esses dois documentos tinham as diretrizes estabelecidas pela Coroa quanto à gestão das capitanias, aos procedimentos para exploração comercial de pau-brasil, ao controle da organização espacial onde seriam construídos os povoados, entre outros, e finalmente, às atribuições da Igreja, que controlava os dízimos e tinha forte influência nas decisões locais.

Duarte Coelho, subindo o Rio São Francisco, foi aos poucos descendo ao sul da capitania, que resultou na criação dos primeiros núcleos populacionais do Estado de Alagoas: Penedo, Porto Calvo e Alagoas do Sul (LINDOSO, 2000).

Penedo foi a primeira região povoada, em 1570. As expedições das bandeiras subindo o rio São Francisco foram deixando pequenas povoações. A topografia local foi estratégica, pois facilitava uma visão ampla do horizonte e apresentava boa terra para expansão de criação de pecuária extensiva. A terra não era próspera para o plantio de cana-de-açúcar, mas era rota importante para a conquista do centro da capitania, até então ocupada só nas margens do Rio São Francisco.

A ocupação pelo São Francisco acarretou diversos confrontos com as populações nativas que habitavam as margens do rio, chamado pelos índios de "Opará". Ao longo do percurso desse rio formaram-se diversos aldeamentos. No atual Estado de Alagoas ainda existem as marcas desse processo, expresso na aldeia Kariri-Xocó, município de Porto Real do Colégio. É importante salientar que o processo de conquista não foi pacífico, como ficou demonstrado na Guerra dos Cariris (1683-1713), travadas entre grupos nativos da região e portugueses, onde a grande movimentação de pessoas, além dos desbravadores, foram formando portos comerciais (ARRUTI, 1995; LINDOSO, 2000).

Porto Calvo, por estar mais próxima a Olinda, foi uma região densa de engenhos de açúcar. Esta cidade tem sua ocupação datada de 1590. A economia açucareira trouxe para essa região grande desenvolvimento e, naquele tempo, era área de cobiça por diversas matrizes européias, como por exemplo, a Holanda, que tem histórico de ocupação extenso na região. A mão de obra escrava também teve papel fundamental na região, assegurando a produção em grande escala nas plantações e o enriquecimento da Capitania de Pernambuco.

O terceiro pólo de ocupação, da margem sul, são Alagoas do Sul (1611) e Santa Luzia do Norte (1608). A região tinha algumas particularidades, como a proximidade de áreas portuárias marítimas estratégicas e grande abundância de água doce, das lagoas de Mundaú e Manguaba, ricas em pescado, tornando-se assim fonte de abastecimento para a colônia deste produto extrativo. Muitos engenhos de açúcar foram instalados na região, como também havia grande produção de algodão (LINDOSO, 2000).

3.1.2 ALAGOAS DO SUL, ATUAL MARECHAL DEODORO

Foi nesta região, no final do século XVI (1591), que aconteceram as concessões de Sesmarias, com o objetivo de aumentar as povoações e construir engenhos. Jorge de Albuquerque Coelho, sobrinho do dirigente da Capitania, fez a Diogo de Melo Castro a doação de cinco léguas ao longo da costa, sendo três de boca da Laguna Manguaba para

o lado sul e para o lado norte, e sete para o Sertão, a fim de fundar ali uma vila que se denominaria de Madalena (APRATTO, 2012).

Em 25 de novembro de 1611, Henrique de Carvalho, capitão dos limites das Alagoas, apresentou procuração na qual Diogo Soares da Cunha, alcaide-mor, dando-lhe poderes para repartir algumas terras das que lhe foram doadas pelo governador da capitania de Pernambuco; e por escritura desta data, o mencionado Henrique de Castro, em nome de seu constituinte, fez doação a Manoel Antônio Duro, morador em casa de telha, na Pajussara, da sesmaria de oitocentas braças na costa da mesma Pajussara, com fundos até a Lagoa do Norte, com a condição de fazer, dentro de um ano, uma casa de sobrado coberta de telha na povoação de Madalena (CUNHA, 1975). A escritura estabelecia a obrigação de que os foros das ditas terras se tirassem para a confraria de Nossa Senhora da Conceição. Nesse ano, o povoado é alçado à condição de vila, recebendo o nome de Madalena de Samaúma¹. Seu território abrangia as áreas dos atuais municípios de Pilar, Maceió, Rio Largo, Murici, União dos Palmares, São José da Laje, Atalaia, Capela, Viçosa, Palmeira dos Índios, Quebrangulo, São Miguel dos Campos, Coruripe e parte dos municípios de São Luís do Quitunde, Anadia e Limoeiro².

A denominação de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, veio após sua elevação a freguesia em 1636, também vista nos documentos sua denominação como Alagoas do Sul. A região rica em diversidade e estratégica pela sua proximidade aos principais portos marítimos da região foi importante rota para chegada de escravos trazidos da África, além de ser entreposto para escoamento do pau-brasil e outras especiarias.

A região que hoje comporta o município de Marechal Deodoro, é composta pela Lagoa Manguaba, e extensa faixa marítima. Também abriga o porto histórico dos franceses, conhecido pela toponímia local, como "Praia do Francês", conhecida rota histórica de escoamento de pau-brasil na região. Os corsários franceses são descritos historicamente por seus adversários, como contrabandistas que tinham como seus interlocutores a população indígena nativa.

¹ Sumaúma é um extenso rio da região.

² Cf. Enciclopédia Municípios de Alagoas, 2006:13.

O açúcar e o algodão também eram produzidos na região em grande escala, além da produção de pescados, este último era controlado pela Coroa através de leis que regulavam a pesca e comercialização do produto pelos colonos.

Quanto à atividade pesqueira na região, Pinto (2018), assinala que estas estavam ligadas às populações escravas e indígenas na região, sendo submetidas ao regime colonial através de imposições, sanções e pelo não cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Coroa. As atividades eram controladas através dos portos de pesagens, ou seja, diferentes pontos ao longo da lagoa que tinha a função de controlar o pescado que saía da mesma. Havia seleção do montante que deveria ser pago como uma espécie de imposto, sobrando menos da metade para consumo de quem praticava o ofício da pesca. As leis sobre pesca eram reguladas, e tinham períodos do ano que eram proibidas.

Quanto aos engenhos de açúcar da localidade, esses foram e instalando tendo como lema a expansão da economia atrelada à fé, vinda pelo doutrinamento missionário.

Alguns historiadores apontam o surgimento de Madalena do Sul, às margens da Lagoa Manguaba, onde hoje está localizado o Largo de Taperaguá. A memória local diz que a área de Taperaguá, onde se encontra hoje a Igreja Nosso Senhor do Bonfim, era um antigo aldeamento missionário, no entanto, não há registros que atestem essa história. Apesar da região de Taperaguá ser descrita como início da ocupação na região, o núcleo onde prevaleceu o povoamento foi na parte topográfica mais alta, onde foi edificada a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. No alto também foram identificados sítios arqueológicos indígenas, no Largo da Igreja Matriz e no Largo do Carmo.

A Figura 21, do século XVII, faz parte do histórico holandês na região. O projeto de ocupação holandesa no Nordeste do Brasil, foi através da Companhia das Índias Ocidentais, que tinha por objetivo o controle do comércio de açúcar na região e do mercado de escravos trazidos da África. A Capitania de Pernambuco foi fortemente marcada pela influência holandesa que existiu no período de 1630 a 1657, sob o controle de Recife e Olinda. Houve resistência portuguesa liderada por Matias de

Albuquerque, que ocupou o Arraial do Bom Jesus nas proximidades de Recife. Após grandes batalhas, os holandeses ficaram concentrados em Olinda e na área portuária de Recife. Ao longo da capitania, diversas batalhas foram travadas para conquistas na região (HOLANDA, 1997).



Figura 21: Pintura de Frans Post retratando o início do núcleo populacional de Marechal Deodoro. Ao fundo a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: Alagoas Ad Austrum - Frans Post (1637-1644) BARLEUS, Gaspar. Rerum Per Octennium In Brasilia, 1647. Brasiliana USP.

A passagem dos holandeses na região de Alagoas do Sul (Marechal Deodoro), está exposta na sua produção iconográfica. A Figura 22 mostra a vista do núcleo de povoamento de Alagoas do Sul, onde se avista a Igreja Matriz e parte da Lagoa Manguaba. Frans Post esteve na região por volta da década de 1630, e produziu obras significativas, que trazem dados importantes sobre a formação dos primeiros núcleos populacionais da região.

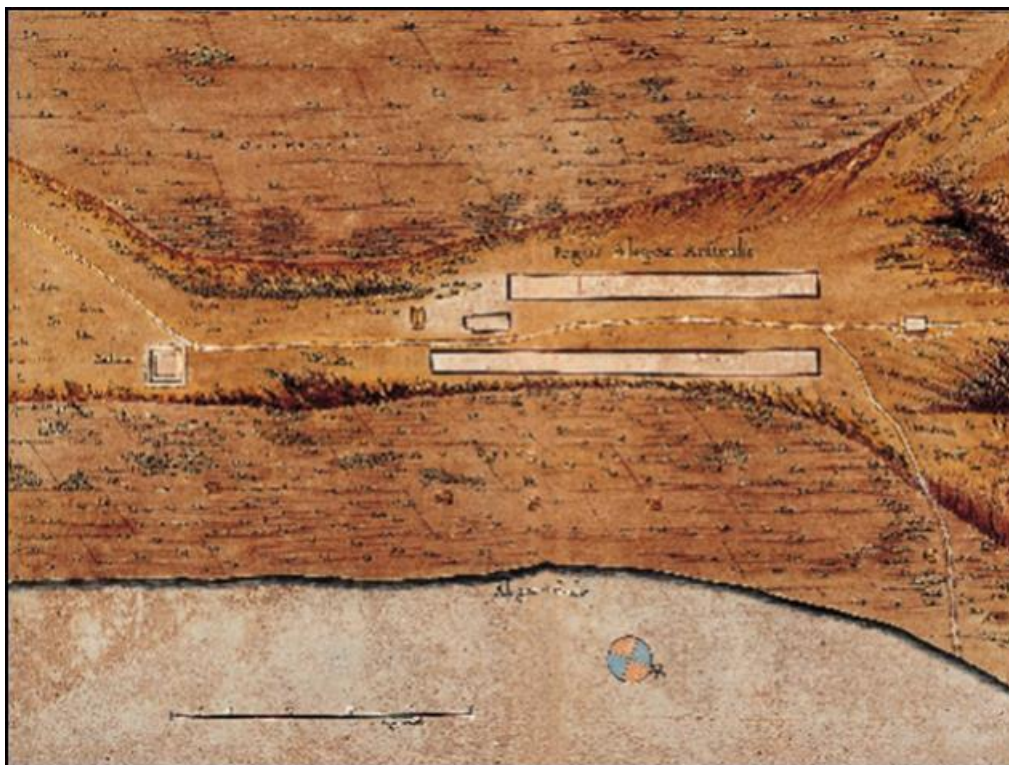


Figura 22: Planta baixa do núcleo central da cidade de Marechal Deodoro, atual Largo da Matriz.
 Fonte: Pagus Alagoae Aufitalis - BARLEUS, Gaspar. Rerum Per Octennium In Brasilia, 1647.
 Brasileira USP.

Os registros sobre os holandeses na região de Alagoas do Sul são de uma passagem conflituosa. Batalhas travadas na região foram marcadas por destruição e morte. Por consequência, os registros relatam o incêndio da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e de mais 100 casas. Os colonos que habitavam a Vila de Alagoas não foram amistosos, como também não tiveram adversários fáceis (FERRARE, 2014). Na Figura 23 está representada Alagoas do Sul, com a região das lagoas Mundaú e Manguaba.



Figura 23: Mapa de Alagoas do Sul, com a região das lagoas Mundaú e Manguaba.

Fonte: *Praefecturae Paranambucae Pars Meridionalis* (Prefeitura de Pernambuco Parte Meridional) BARLEUS, Gaspar. *Rerum Per Octennium In Brasilia*, 1647. Brasiliana USP.

Os registros iconográficos da região também apontam a ocupação da margem da Lagoa Manguaba, onde é possível ver a atividade de pesca sendo realizada pela comunidade escrava, representada na Figura 24. A região era bastante habitada também por povos indígenas. Essa afirmativa se torna clara pelo registro de sítios com cultura material em diversos pontos de Marechal Deodoro, com cerâmica da Tradição Tupiguarani e sub-tradição Tupinambá. No entanto, nos relatos oficiais, esses personagens ficam obscurecidos, representados apenas por seus interlocutores (PINTO, 2018).



Figura 24: Escravos no ofício da pesca, em Alagoa do Sul.

Fonte: Alagoa ad Austrum. Jacob Van Meurs, 1671. <http://www.atlasofmutualheritage.nl/en/View-Alagoa-del-Sul.7502>.

A região cresceu apoiada numa sociedade de base aristocrática rural, composta por fazendeiros, senhores de engenhos, colonos, oficiais em geral, escravos e índios. Ao longo dos anos até o século XIX, Alagoas do Sul tornou-se um grande núcleo populacional da região, após 1817, com a independência de Alagoas do Estado de Pernambuco, a sua primeira capital (APRATTO, 2012).

A capital alagoana era ponto estratégico. Era através dos canais e lagoas que as regiões norte e sul eram interligadas. Mercadorias como açúcar e algodão, saíam para os portos através de pequenas embarcações e canoas que levavam os produtos ao porto marítimo de Jaraguá. A abertura dos Portos às nações amigas em 1808, um acordo entre Inglaterra e Portugal durante o período napoleônico, proporcionou à região grande entrada de produtos importados para a região, o que levou o aumento do comércio local e enriquecimento da região.

Alagoas do Sul teve o seu apogeu até início do século XIX, quando ocorreu a transferência da capital do Estado de Alagoas, para Maceió. Essa mudança deu-se pela localização estratégica, entre as regiões sul e norte do estado, sendo o Porto Marítimo de Jaraguá a entrada principal de produtos estrangeiros.

3.1.3 OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL DA MARGEM SUL DO ESTADO DE ALAGOAS

Havia uma grande movimentação de grupos nativos na região que hoje abrange o município de Marechal Deodoro. Essa ocupação está descrita em alguns relatos dos interlocutores europeus, sob os adjetivos de "tapuias" ou "gentios". Também, no famoso episódio antropofágico do confronto dos índios Caeté e o Bispo Sardinha. Os Caetés são descritos como um grupo numeroso, hábeis na arte da navegação, possuindo grandes canoas, vivendo próximo à costa marítima, à esquerda do Rio São Francisco e chegando a ilha de Itamaracá, em Pernambuco. Pertencentes ao tronco linguístico Tupi, tiveram registro marcante pelo seu caráter bélico (SOUSA, 1987). O caráter belicoso associado aos Caetés apontam ao grupo práticas sanguinárias e antropofágicas. Esses adjetivos foram adquiridos após o episódio ocorrido com o Bispo Dom Pero Fernandes Sardinha, em 15 de julho de 1556, onde teve a sua vida e da sua tripulação ceifadas e os seus corpos devorados pelos índios. Queiroz (2010) relata que: *“Após o assassinato do primeiro bispo, D. Pero Fernandes Sardinha, atribuído aos Caeté, empreendeu-se uma das mais cruéis e violentas, guerras santas de que se tem notícia em nossa história”*, exterminando assim, na sua totalidade, o grupo. Alguns historiadores relatam que os Caeté eram na verdade Tupinambás, assim chamados pelos outros de sua etnia, por conta da região que ocupavam. A etnologia do nome cau-etê, significa: mata primitiva, verdadeira. Fazendo alusão à região ocupada em sua abundância de matas, lagoas e rios (PEREIRA, 2000). Gabriel Soares de Sousa (1879) nos seus relatos sobre os Caeté, descreve um povo belicoso quando em contato com os portugueses.

São estes caetés mui belicosos e guerreiros, mas mui atraíoados, e sem nenhuma fé nem verdade, o qual fez os danos que fica declarado à gente da nau do bispo, a Duarte Coelho, e a muitos navios e caravelões que se perderam nesta costa, dos quais não escapou pessoa nenhuma, que não matassem e comessem, cujos danos Deus não permitiu que durassem mais tempo; mas ordenou de os destruir desta maneira. (...) Por natureza, são estes caetés grandes músicos e amigos de bailar, são grandes pescadores de linha e nadadores; também são mui cruéis uns para os outros para se venderem, o pai aos filhos, os irmãos e parentes uns aos outros; e de maneira são cruéis. (SOUSA, 1879, p. 62).

O histórico dos índios Caeté na região é marcado por vários acontecimentos. Um importante ocorreu um ano antes do episódio do Bispo Sardinha, quando o Governo Português passou a considerar a condição de escravidão perpétua ao grupo:

Confederaram-se os tupinambás seus vizinhos com os tupinaés pelo sertão, e ajuntaram-se uns com os outros pela banda de cima, de onde os tapuias também apertavam estes caetés, e deram-lhe nas costas, e de tal feição os apertaram, que os fizeram descer todos para baixo, junto do mar, onde os acabaram de desbaratar; e os que não puderam fugir para a serra do Aquetiba, não escaparam de mortos ou cativos. Destes cativos iam comendo os vencedores quando queriam fazer suas festas, e venderam deles aos moradores de Pernambuco e aos da Bahia infinidade de escravos a troco de qualquer coisa, ao que iam ordinariamente caravelões de resgate, e todos vinham carregados desta gente, a qual Duarte Coelho de Albuquerque por sua parte acabou de desbaratar. E desta maneira se consumiu este gentio, do qual não há agora senão o que se lançou muito pela terra adentro, ou se misturou com seus contrários sendo seus escravos, ou se aliaram por ordem de seus casamentos. (SOUSA, 1879, p. 63).

Além dos registros históricos apontarem grande atividade dos Caetés, a região do atual Município de Marechal Deodoro possui vários registros de ocupações pré-coloniais. Como exemplo, o Sambaqui Saco da Pedra, localizado na atual praia do Saco. Também, registros de ocupações pré-coloniais no centro histórico de Marechal Deodoro, nos Largos da Matriz e Largo do Carmo. Grande quantidade de artefatos líticos e cerâmica pré-colonial foram registrados nesses sítios, demonstrando a grande

atividade de grupos nativos nas áreas de topografia mais alta da região. A justificativa para a intensa atividade indígena na região pode ser justificada pela grande diversidade de fonte alimentar, além de recursos hídricos para grandes assentamentos indígenas.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE MARECHAL DEODORO-AL

3.2.1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Marechal Deodoro, possui um grande acervo histórico do período colonial exposto no casario antigo e nos traçados de suas ruas originais. A cidade abriga prédios monumentais e igrejas, além de fachadas que remontam ao século XVII, XVIII e XIX. Pelo seu caráter de excepcionalidade, parte do Centro Histórico sofreu processo de tombamento em 29 de agosto de 2006. O processo de tombamento do perímetro histórico da cidade de Marechal Deodoro, descrito Livro de Tombo Histórico e no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi realizado em três áreas; Centro Histórico, Taperaguá e Conjunto do Carmo.

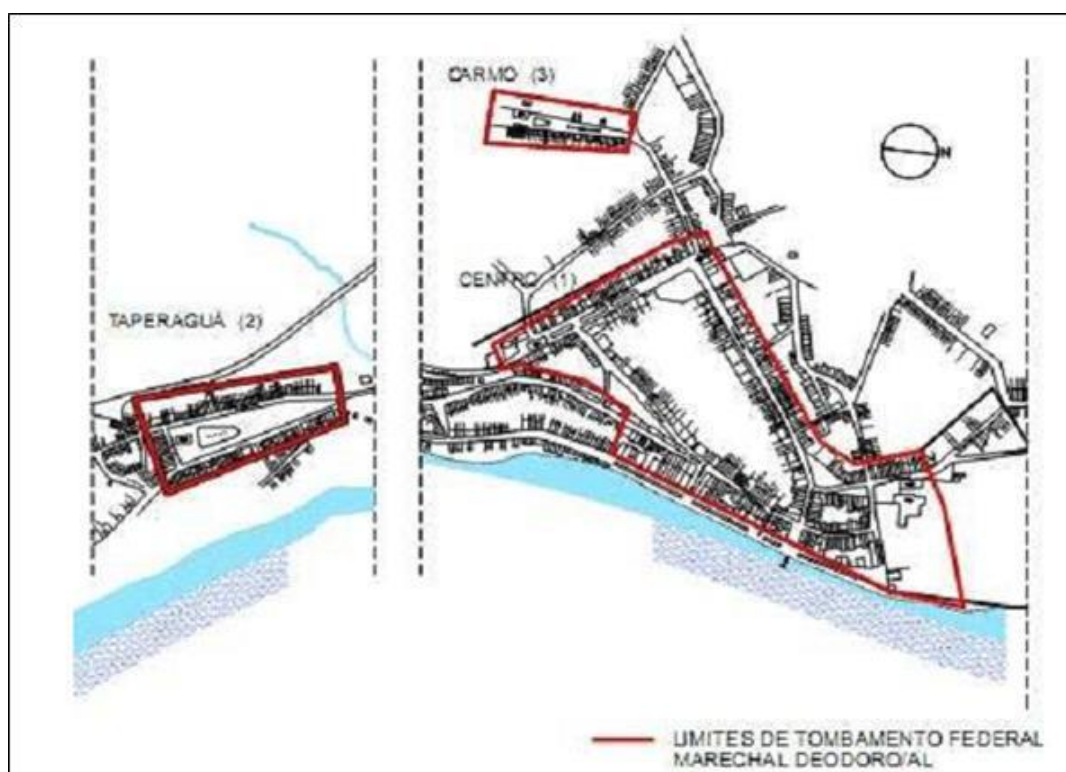


Figura 25: Áreas com Tombamento Federal em Marechal Deodoro.

Fonte: MAGALHÃES, 2014.

Além de parte do perímetro urbano de Marechal Deodoro, alguns prédios em particular, foram tombados como: Orfanato São José; Convento e Igreja de São Francisco e Casa de Marechal Deodoro da Fonseca.

O movimento para preservação do centro histórico e importantes prédios não foi um movimento unificado. Após a transferência da capital de Alagoas para Maceió, a cidade de Marechal Deodoro caiu no ostracismo, sendo abandonado o seu centro com monumentos históricos. Algumas tentativas por parte da população e governos estaduais tentaram evitar a total degradação dos prédios, como por exemplo, o processo de tombamento ocorrido a nível estadual em 1983, mas que não adiantou muito, pois não existiram iniciativas para um programa mais amplo de restauro e conservação (PINTO, 2018). O processo de tombamento federal iniciou-se em 1996, finalizando em 2006. O atual polígono de tombamento foi apresentado após estudo realizado pela arquiteta Josemary Ferrare (2002), que traçou através da confluência do estudo de elementos arquitetônicos e valores culturais dos moradores de Marechal Deodoro, o atual desenho do polígono tombado.

3.2.1.1 Patrimônio Histórico: Igrejas e Prédios Históricos

O rico acervo arquitetônico da cidade de Marechal Deodoro, vem expresso nas suas fachadas e em suas características singulares que expressam a céu aberto uma janela no tempo, levando os seus visitantes a caminhar por ruas que remontam as primeiras cidades coloniais brasileiras.

Apesar do rico acervo, muitos prédios precisam de restauro. Algumas iniciativas do Governo Federal foram implementadas aquando da requalificação dos seus largos. Como por exemplo, os projetos de requalificação do Largo do Carmo, em 2016; Largo de Taperaçu em 2017/2019 e Largo da Matriz em 2017/2018. Todavia, poucos prédios tiveram projetos que reestruturassem as suas edificações, entre eles o complexo conventual franciscano, que abriga as igrejas de Santa Maria Madalena, o convento Nossa Senhora dos Anjos e a Igreja da Terceira Ordem de São Francisco.

As igrejas que compreendem o complexo religioso do Carmo, uma das áreas tombadas do município, Igrejas da Primeira e Terceira Ordem, sofreram um processo de reforma³, devido ao estado dos prédios, que estavam em ruínas por longos anos, servindo a outras finalidades, sendo por fim reativado apenas no início do século XXI (PINTO *et al.*, 2016). Muitos prédios passaram por reformas que diferem muito dos processos de requalificação e restauro. As igrejas e prédios têm em particular histórias relacionadas com a diversidade local como, por exemplo, as Igrejas atribuídas às Irmandades dos Negros, ou à Casa de Câmara e Cadeia, que abrigam no imaginário local memórias do cotidiano colonial, através de símbolos e signos que remontam o cenário histórico local.

As igrejas listadas de seguida representam os principais prédios históricos religiosos da cidade:

- ***Igreja do Senhor do Bonfim***

Localizada na parte baixa da cidade, no Largo de Taperaguá, a Igreja foi fundada em 1611. Sua edificação marcou o início da ocupação da cidade de Marechal Deodoro. A área que compreende o Largo de Taperaguá foi tombada em 2006, incluindo todo casario histórico, e a Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, localizada no largo (Figura 26 e Figura 27).

³ O processo de reforma difere dos processos de restauração e revitalização, as reformas geralmente não preservam características originais dos prédios, e não são realizadas por especialistas em preservação e restauro do patrimônio edificado.



Figura 26: Igreja do Senhor do Bonfim, Largo de Taperaguá.

Fonte: Autor (Arquivo Pessoal).



Figura 27: Detalhe da fachada da Igreja do Senhor do Bonfim, Largo de Taperaguá.

Fonte: Autor (Arquivo Pessoal).

- ***Convento de São Francisco, Igreja Santa Maria Madalena e Igreja da Ordem Terceira de São Francisco***

O início do histórico dos franciscanos da Vila de Madalena de Alagoas do Sul se deu por volta de 1635, quando um grupo de franciscanos se instalaram na região, vindos em fuga da Bahia. Passaram um ano na região, onde edificaram um pequeno oratório e prestavam auxílio religioso à população. Após o retorno dos religiosos à Bahia, a população carente de auxílio espiritual solicitou ao governo provincial o retorno de franciscanos para a região. Após alguns anos, em 1660, iniciou-se o processo de edificação da Igreja da Primeira Ordem Franciscana e, em 1684, foi lançada a pedra fundamental que daria início a construção da casa conventual, terreno este doado pela irmandade de Nossa Senhora da Conceição, situado próximo à lagoa. A popularidade da irmandade franciscana trouxe como adeptos a aristocracia local, sendo estes responsáveis pela construção da Igreja da Ordem 3ª, ao lado da Igreja de Santa Maria Madalena (MAGALHÃES, 2014) (Figura28).



Figura 28: Convento e Igrejas da Ordem de São Francisco em Marechal Deodoro.
Fonte: Autor (Arquivo Pessoal).

- ***Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição***

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Figura29) está localizada no centro histórico da cidade de Marechal Deodoro. Foi construída em 1635, pelo português João Esteves, em troca das terras do atual distrito de Massagueira. Seu histórico aponta sua destruição durante a passagem pelos holandeses na região, que a queimaram, tendo o início de sua reconstrução em 1672, sendo concluída apenas em 1783 (PINTO *et al.*, 2017).



Figura 29: Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.
Fonte: Autor (Arquivo Pessoal).

- ***Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos***

A área onde está edificada a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, consta nos registros iconográficos do século XVII, como local onde havia uma pequena edificação, que alguns estudiosos apontam como sede de uma pequena capela. No entanto, a edificação de uma igreja dedicada aos escravos e ex-escravos, só viria

ocorrer no século XIX, após a organização da Irmandade do Rosário, dedicada aos negros na região. O atual prédio, onde ficou sediada a Irmandade, tem em seu frontispício a datação de 1834. Antes, porém, os negros de Marechal Deodoro tinham um altar dedicado a Nossa Senhora do Rosário na Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição (PINTO *et al.*, 2018).

A Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (Figura30), encontra-se no Largo da Matriz, no lado oposto a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, fato mencionado por Ferrare (2014), como singular por estar em um mesmo nível topográfico com a principal igreja da cidade. As igrejas dedicadas aos negros geralmente não se apresentam em áreas de destaque.



Figura 30: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

Fonte: Autor (Arquivo Pessoal).

- ***Igreja de Nossa Senhora do Amparo***

A Igreja Nossa Senhora do Amparo (Figura31) foi dedicada a Irmandade dos Homens Pardos. A irmandade geralmente abrigava negros livres e seus descendentes.

Sua pedra fundamental foi lançada em 1757. Em 1819, recebeu a imagem de Nossa Senhora do Amparo, colocada no altar principal e selando sua edificação no local. A conclusão de sua construção só ocorreu em 1860. Diferente a Igreja Nossa Senhora do Rosário, a Igreja do Amparo fica em uma das ruas laterais, que interligam a parte baixa da cidade ao Largo da Matriz.



Figura 31: Igreja de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos.

Fonte: Autor (Arquivo Pessoal).

- ***Igreja da Primeira e Terceira Ordem do Carmo***

As edificações das Igrejas de Primeira e Terceira Ordem do Carmo estão ligadas com a estadia dos religiosos carmelitas que vieram para a região em 1715. Existem poucos registros que apontem a ocupação carmelita na região, pois o período foi marcado por disputas de espaço entre eles e os franciscanos.

Os registros identificam a construção do Convento do Carmo em 1722, mas este nunca foi concluído. Apesar das brigas religiosas, a ordem carmelita se estabeleceu na

região, sendo frequentada pelas famílias menos abastadas da cidade. Mesmo menos destacada pela disputa com os franciscanos na região, seus adeptos edificaram a Igreja da Terceira Ordem, Nossa Senhora do Ó.

No século XIX, após a reforma cemiterial instaurada no Brasil em 1850, foi construído entre as duas igrejas o Cemitério do Carmo, existente até hoje (Figura32). A igreja Nossa Senhora do Ó, serviu por muitos anos de capela do cemitério público da cidade.



Figura 32: Largo do Carmo, Igrejas da Terceira e Primeira Ordem do Carmo.

Fonte: Autor (Arquivo Pessoal).

- ***Casa de Câmara e Cadeia***

A Casa de Câmara e Cadeia tem datação de 1850. No entanto, o prédio que a sediou já estava de pé, sendo antes um antigo armazém para estocagem de sal. O histórico do prédio está associado ao período de apogeu da cidade, e está localizado no platô do Largo da Matriz (Figura33).



Figura 33: Casa de Câmara e Cadeia.

Fonte: Autor (Arquivo Pessoal).

- ***Mercado das Rendas***

Não se tem uma datação específica para a construção do predio que abriga o Mercado de Rendas de Marechal Deodoro (Figura34), mas a edificação está inserida no perímetro tombado de Marechal Deodoro, sendo que sua arquitetura remonta ao século XVIII. O mercado era um antigo armazém de estocagem, que foi reformado para abrigar trabalhos artesanais das rendeiras da cidade. A região é conhecida por ser tradicional na arte do filé - rendado típico da região, considerada Património Imaterial de Alagoas - e da "singeleza" - rendado típico da região, praticado pelas mulheres que moravam próximo à Lagoa Manguaba, sendo inscrita também, como Património Imaterial de Alagoas (Figura35 e Figura36).



Figura 34: Mercado das Rendas, Centro Histórico de Marechal Deodoro.

Fonte: Autor (Arquivo Pessoal).



Figura 35: Tear de Filé Alagoano.

Fonte: ARTESOL, s/d⁴.



Figura 36: Renda Singeleza.

Fonte: IFAL, s/d⁵.

⁴ Disponível em <http://www.artesol.org.br/rede/membro/instituto_do_bordado_de_file_inbortal>. Acesso em 20/09/2019.

⁵ Disponível em <https://www2.ifal.edu.br/campus/site/maceio-noticias/curso-de-artesanato-promove-oficina-de-renda-singeleza-para-alunas/singeleza.jpg/image_view_fullscreen>. Acesso em 20/09/2019.

- ***Palácio Provincial***

Não se tem uma datação específica do ano que foi construído o Palácio Provincial da cidade de Marechal Deodoro (Figura37). Os registros informam que foi comprado por Francisco Fernandes Lima em 1836, para ser sede do Palácio da Província de Alagoas.

Foi sede do governo até a transferência da capital para Maceió em 1839, sendo lugar de estadia da família imperial e sua comitiva em 1860. Em 1861 se transformou em sede da Prefeitura Municipal até os dias atuais.



Figura 37: Palácio Provincial.
Fonte: Autor (Arquivo Pessoal).

- ***Casa de Marechal Deodoro da Fonseca***

O ilustre Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, primeiro Presidente da República do Brasil, nasceu em Alagoas do Sul, em 1827. A casa onde nasceu abriga hoje um Museu em sua homenagem, com objetos pessoais, revelando um pouco da sua origem (Figura38).

A casa datada do século XVII, está situada no centro histórico da cidade, no perímetro tombado em 2006. Além do tombamento do trecho onde está localizada, a casa foi tombada anteriormente em 1964.



Figura 38: Fachada da Casa onde nasceu Marechal Deodoro da Fonseca, atual museu da cidade.

Fonte: TRIPADVISOR, 2018⁶.

⁶ Disponível em <https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g2011980-d4376762-i210242484-House_of_Marechal_Deodoro-Marechal_Deodoro_State_of_Alagoas.html>. Acesso em 20/09/2019.

3.2.2 PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO

Marechal Deodoro possui vários sítios arqueológicos registrados. No município existem sítios pré-coloniais, como o Sambaqui Pedra do Saco, assim como sítios de indústrias líticas e cerâmica na Praia do Francês, Largos da Matriz e do Carmo. Devido às obras de requalificação realizadas em diversos trechos da cidade histórica, sítios históricos foram escavados, sendo assim, grande referencial em pesquisas do período colonial no estado. Fora do centro histórico, há registros no CNSA/IPHAN de diversos sítios espalhados pelo município. Sítios multicomponenciais, com ocupações pré-colonial e histórica, e sítios unicomponenciais, históricos e pré-coloniais. As fichas dos sítios cadastrados no CNSA/IPHAN podem ser consultadas no ANEXO I.

Lista-se de seguida os sítios do Município de Marechal Deodoro.

- ***Sítio Saco da Pedra***

O sítio Saco da Pedra está localizado na Praia do Saco, Marechal Deodoro. Corresponde a um sambaqui litorâneo contendo vestígios de material cerâmico, conchiliológico e osteológico de fauna aquática. Situa-se em uma restinga próxima a desembocadura do Complexo Lagunar Estuarino Mundaú-Manguaba no Oceano Atlântico (SILVA, 2009; JUCÁ, 2016).

O sambaqui Saco da Pedra é um dos poucos sambaquis cadastrados no Estado. A identificação de um sítio dessa natureza significa uma grande fonte de informação sobre os grupos caçadores-coletores-pescadores da costa alagoana.

"Sambaqui", na etimologia tupi, significa amontoado de conchas. Esses lugares são caracterizados pelo conjunto de elementos faunísticos como conchas, ossos de peixes e mamíferos, associados a elementos manufaturados, como ferramentas líticas, de ossos, etc. Também, em alguns foram encontrados enterramentos humanos (GASPAR, 2000).

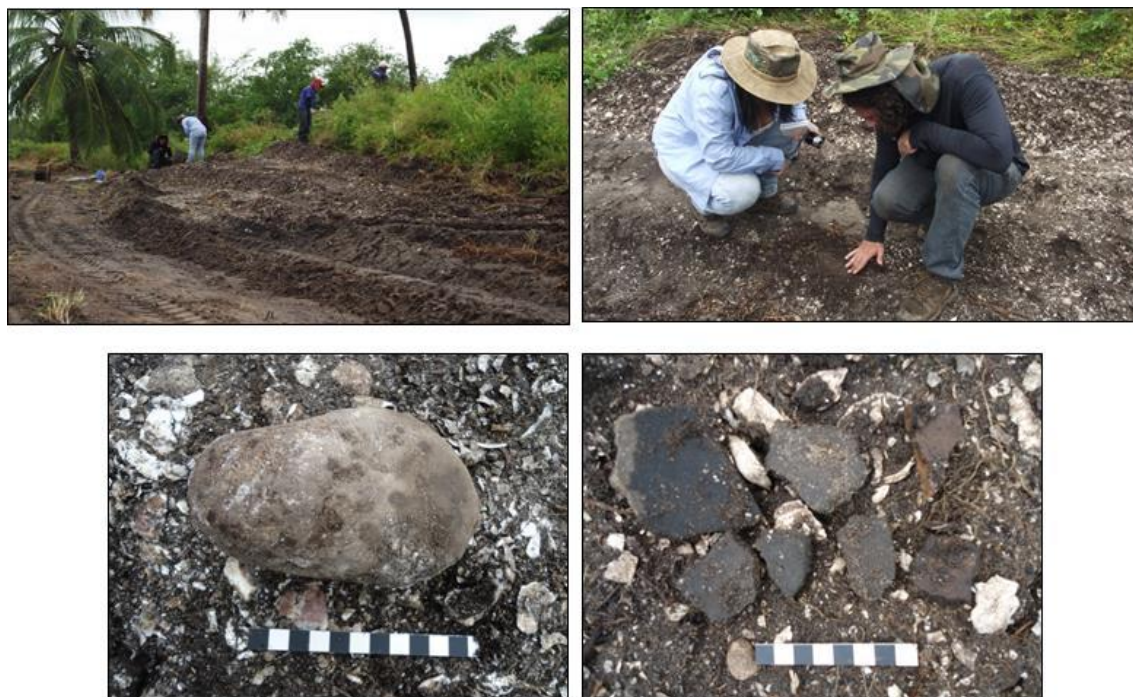


Figura 39: Sítio Saco da Pedra.

Fonte: JUCÁ, 2016

- ***Sítio Caboclo I***

O Sítio arqueológico Caboclo I⁷ com presença de restos conchiliológicos, cerâmica, louça, tijolo e telhas, foi pesquisado durante o projeto Salvamento arqueológico no complexo Mundaú-Manguaba, Alagoas, registrado no CNSA/IPHAN em 2010.

- ***Sítio Caboclo II***

O Sítio arqueológico Caboclo II⁸ está associado ao sítio Caboclo I, localizado nas margens de um dos canais da lagoa Mundaú, contendo vestígios de cerâmica, vidro, louça e lítico. Foi pesquisado durante o projeto Salvamento arqueológico no complexo Mundaú-Manguaba, Alagoas, registrado no CNSA/IPHAN em 2010.

⁷ A única fonte de dados deste sítio foi a Ficha do CNSA/IPHAN.

⁸ A única fonte de dados deste sítio foi a Ficha do CNSA/IPHAN.

- **Sítio Lazareto**

O Sítio arqueológico Lazareto⁹ corresponde às ruínas de uma edificação, que foi um antigo leprosário durante meados do século XIX (Figura 40). No entanto, as características apresentadas pelas diversas modificações expressas na estrutura do prédio, denota que sua datação é anterior ao século XIX. A área onde está localizada na orla marítima da Praia do Francês é conhecida por ter sido porto de escoamento do pau-brasil, no período colonial brasileiro, na época dos corsários franceses. A estrutura da edificação apresenta diferentes técnicas construtivas, remetendo à intervenções do século XVII ao XIX. Ainda não existem estudos sobre a edificação, tendo apenas seu registro no CNSA/IPHAN.



Figura 40: Sítio arqueológico Lazareto, antigo leprosário na Praia do Francês.

Fonte: Autor (Arquivo Pessoal).

⁹ A única fonte de dados deste sítio foi a Ficha do CNSA/IPHAN.

- ***Sítio Vila Eponina***

Sítio arqueológico histórico registrado por Scott Allen em 2004, durante pesquisa de cadastro de sítios arqueológicos no Estado de Alagoas. O prédio tem em sua fachada datação de 1931, e está cadastrado no CNSA/IPHAN (Figura 41). Não foram realizados estudos na área, somente cadastro do sítio que compreendia parte da pesquisa, que pretendia organizar um base de dados de todos os sítios conhecidos no estado de Alagoas. Durante a visita, as informações a respeito do prédio foram coletadas em conversas com a comunidade local, atribuindo-o aos resquícios de uma antiga vila na região (ALLEN, 2004).



Figura 41: Fachada das ruínas do sítio Vila Eponina.

Fonte: Allen, 2004.

- ***Sítio Horizonte***

O sítio Horizonte foi encontrado durante o Projeto de Prospeção Arqueológica e Preservação de Patrimônio Cultural na área de implantação do Gasoduto Carmópolis-Pilar, estados de Sergipe e Alagoas. O sítio apresentou pouca densidade de material arqueológico, sendo possível sua identificação de louça e cerâmica histórica, sem decoração (VIVA *et al.*, 2007).



Figura 42: Escavação Arqueológica no Sítio Horizonte.
Fonte: VIVA *et al.*, 2007.

- ***Sítio AL 0020 LA/UFPE***

O sítio arqueológico AL 0020 LA/UFPE, foi registrado pelo arqueólogo Marcos Albuquerque em 2008 (Figura 43). Corresponde ao Convento Franciscano de Santa Maria Madalena, que abriga prédios históricos imponentes da cidade de Marechal Deodoro. A região começou a ser ocupada em 1635, pelos franciscanos dando início a irmandade na região. Em 2008, por conta das obras de restauro, foi solicitada uma avaliação arqueológica do local. Não houve escavação, mas uma pesquisa das técnicas construtivas e uma análise de superfície na parte externa do complexo franciscano (ALBUQUERQUE *et al.*, 2010).



Figura 43: Área interna do Convento Franciscano Santa Maria Madalena, durante o trabalho de avaliação arqueológica em 2008.

Fonte: Albuquerque *et al.*, 20108.

- **Sítio Taperaguá**

O sítio de Taperaguá está situado em um dos trechos tombados da cidade de Marechal Deodoro. Está situado no Largo de Taperaguá, que abriga a Igreja Nosso Senhor do Bonfim (Figura 44). Registros históricos indicam que o local foi a primeira área ocupada do município no período colonial, sendo registrada como sítio arqueológico durante o projeto de Requalificação ocorrido em 2016, onde houveram escavações para resgate do sítio.

A pesquisa foi coordenada pelo arqueólogo Scott Allen, que realizou análise geofísica para descoberta de pontos de interesse para escavação. O sítio apresentou enterramentos do período colonial e grande diversidade material arqueológico histórico (ALLEN *et al.*, 2017).



Figura 44: Escavação no Largo de Taperaguá em 2017.

Fonte: <http://www.alagoas24horas.com.br/1016740/arqueologos-descobrem-mais-uma-ossada-humana-em-marechal-deodoro/>.

- ***Sítio Largo do Carmo***

O sítio arqueológico Largo do Carmo foi descoberto em 2016, por conta de obras de requalificação do largo. Foram escavados vários trechos, onde foram detectados materiais arqueológicos históricos e pré-coloniais (Figura 45). O sítio apresentou grande diversidade, demonstrando que a área teve grande movimentação humana ao longo dos anos e muito antes da chegada dos primeiros colonos. A área que compreende o Carmo possui as Igrejas de Primeira e Terceira Ordem do Carmo, e o Cemitério Municipal.

Os achados arqueológicos do sítio correspondem a cerâmica colonial simples, faiança, grés, atribuídas aos séculos XVII e XVIII (Figura 46); também, louças do século XIX. Próximo a Igreja de Terceira Ordem foi encontrada estrutura denotando que o prédio sofreu mudanças com o decorrer do tempo. Ao lado da Igreja da Primeira Ordem, também foram encontradas estruturas e dois enterramentos (infantil e adulto) (PINTO *et al.*, 2016).

Além da grande diversidade de material histórico, foram encontradas cerâmicas pré-coloniais com características da tradição arqueológica Tupiguarani, bem como grande concentração de material lítico. Um cachimbo histórico, com características antropomórficas, sugeriu a ideia de que ali, além de índios e colonos europeus, haviam negros que dividiam o espaço com os demais (PINTO *et al.*, 2016).



Figura 45: Escavação arqueológica Largo do Carmo, exumação de ossadas atrás da Igreja da Primeira Ordem.

Fonte: PINTO, 2018.



Figura 46: Diversidade de Material arqueológico encontrado no sítio do Largo do Carmo.

Fonte: PINTO, 2018.

- ***Sítio Largo da Matriz***

O sítio Largo da Matriz foi escavado em 2017 e 2018, durante as obras de requalificação do Largo. A área extensa abriga vários prédios históricos, como a Casa de Câmara e Cadeia; Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e Igreja Nossa Senhora dos Homens Pretos.

O sítio apresentou uma grande diversidade de material arqueológico, além de serem exumados 45 esqueletos do período colonial, nos adros das duas igrejas (Figura 47). Na Igreja Matriz foram encontrados esqueletos com características afrodescendentes, com manipulação dentária, sendo um sítio de extrema importância para o estudo dos processos da diáspora africana no Brasil. Os achados fazem parte de um rico acervo sobre essas populações, encontradas em apenas dois outros sítios no Brasil: Cemitério dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro e Igreja da Sé em Salvador (PINTO *et al.*, 2017/2018).

Além do material osteológico, o sítio apresentou fragmentos de uma urna funerária pré-colonial no adro da Igreja Nossa Senhora dos Homens Pretos. Após a exumação de um esqueleto de uma mulher negra do período colonial, evidenciou-se uma estrutura de alicerce de calça, representando outra configuração da área no passado (PINTO *et al.*, 2017/2018).

Os achados das escavações do Largo da Matriz também compreendem um rico acervo de artefatos de vários períodos, demonstrando a importância da região, a qual tem registros desde o período pré-colonial (Figura 48).



Figura 47: Crânios apresentando manipulação dentária, escavados no adro da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: PINTO *et al.*, 2017/2018



Figura 48: Fragmento de urna funerária encontra abaixo de um enterramento e parte de estrutura antiga da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

Fonte: PINTO *et al.*, 2017/2018.

3.2.3 PATRIMÓNIO NATURAL

Além do Património Histórico, a região que compreende o município de Marechal Deodoro é rico em Património Natural. A área comporta parte da Área de Preservação Ambiental (APA) de Santa Rita, que corresponde a uma área de 10.230 ha, abrangendo também os municípios de Maceió, Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco.

A APA de Santa Rita (Figura 49) foi criada pela Lei nº. 4.6074/1984, com o objetivo de preservar as características ambientais e naturais das regiões dos canais e lagoas Mundaú e Manguaba, ordenando a ocupação e uso do solo. Os principais ecossistemas e aspectos ambientais podem ser destacados com a presença de manguezais, mata de encosta, restingas, recifes, ilhas lagunares e estuários¹⁰.



Figura 49: APA de Santa Rita.

Fonte: RECANTO DAS LETRAS, s/d¹¹.

¹⁰ Governo de Alagoas. Plano de Manejo - APA de Santa Rita. Disponível em: <<http://ima.al.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Plano-de-Manejo-APA-Santa-Rita-IMA-Alagoas.pdf>>. Acesso em 24/08/2019.

¹¹ Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/poesiasdedicatorias/6081529>>. Acesso em 24/08/2019.

3.3 PROPOSTA DE CARTA ARQUEOLÓGICA E SUA GESTÃO

O principal objetivo da proposta de elaboração da Carta Arqueológica digital do município de Marechal Deodoro, é apresentar ferramentas para um modelo regional de programa de gestão sobre o património já cadastrado, seja ele em Bases de dados oficiais existentes ou por pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas. Esse modelo regional colabora com as medidas de proteção, assim como incentiva novas investigações arqueológica e futuramente poderá vir a ser implementado noutros municípios e Estados. Como já esplanado, a deficiência na gestão do património arqueológico é uma realidade em todo o território brasileiro, não sendo diferente no estado de Alagoas, deste modo a elaboração da Carta Arqueológica trará subsídios para a concepção de soluções para este déficit, facilitando a gestão do património arqueológico, ampliando sua divulgação e atraindo visitante na bvertente de turismo cultural, para o município.

A realização da Carta Arqueológica vem concretizar a política de salvaguarda do património, sendo uma ferramenta que contribui para a estratégia de gestão e planeamento urbanístico do município, permitindo conciliar a salvaguarda do património arqueológico com os interesses urbanísticos. Neste sentido, este trabalho vem contribuir para um papel mais ativo da arqueologia na gestão do território. Toda a informação obtida está integrada num sistema de gestão e planeamento e irá criar medidas de proteção e conservação dos sítios e do seu espólio. A salvaguarda não pode ser um entrave ao crescimento nem ao desenvolvimento local. Esta apenas acrescenta procedimentos e regras que ajudam a decidir de forma lógica e fundamentada sobre determinada realidade/contexto arqueológico.

A Carta Arqueológica do município de Marechal Deodoro apresenta também, uma componente educativa de sensibilização de públicos. Dar a conhecer os sítios e/ou vestígios arqueológicos fazem parte da ação preventiva e de salvaguarda do património arqueológico, que desperta consciências para a preservação da memória e identidade local. Divulgar o património arqueológico é entendido como uma forma de reforçar a autoestima das populações, numa perspetiva de dinamização do património arqueológico (ruínas e áreas museológicas), contribuindo para o desenvolvimento económico e social local, sendo o turismo o retorno mais visível.

A proposta de elaboração da Carta Arqueológica Digital do município de Marechal Deodoro visa auxiliar na criação de novas soluções para as lacunas do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico, suprimindo o déficit que existe no mesmo, assim como a possibilidade de uma ferramenta de constante atualização, ou seja, possibilitaria um novo panorama sobre a arqueologia da região e Alagoana, uma vez que a divulgação seria mais ampla e de fácil acesso. A fim de promover a política de salvaguarda do patrimônio, esta ferramenta contribuirá para a construção de estratégias de gestão do patrimônio e planejamento urbanístico do município, sendo utilizados como uma forma de conciliar ambos, sem destruir o patrimônio devido ao crescimento urbano. Proporciona também, uma vertente educativa, em forma de sensibilização da comunidade, uma vez que, com a divulgação dos resultados, assim como do patrimônio do município à comunidade tomará conta da sua história, despertando a sensibilidade quanto à preservação e salvaguarda do patrimônio arqueológico, ou seja, criação de conscientização, memória e identidade local.

3.3.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA APLICADO À ELABORAÇÃO DA CARTA ARQUEOLÓGICA

A arqueologia é uma disciplina multidisciplinar que utiliza uma miríade de fontes, das quais podemos utilizar diversas na construção de uma carta arqueológica. São exemplos dessas fontes, artefatos, estruturas, arquitetura, informações orais, informações pictóricas e documentos escritos (Orser, 1992). Dentre as fontes citadas, os artefatos, também denominado vestígios, identificados em um sítio auxiliam na identificação dos grupos que ali habitavam ou passaram, assim como sua temporalidade e contextos, angariando dados para classificação do sítio arqueológico. Para as estruturas e arquitetura, pode-se utilizá-las como fonte para a identificação da função da mesma, atividades que poderiam ser desenvolvidas assim como a sua temporalidade. Já as informações orais e documentos escritos são testemunhos oculares, assim como as pictóricas, que podem ser compostas por mapas, pinturas, fotografias e desenhos que nos trazem informações de um local numa certa época, como forma de comparação, referindo que as informações orais podem ser manipuladas de acordo com o autor.

Deste modo, para o trabalho Carta Arqueológica digital do município de Marechal Deodoro, à priori, procedeu-se à sistematização da informação patrimonial através da recolha bibliográfica em literatura da especialidade, textos académicos, notícias de imprensa, documentos oficiais, consulta em bases de dados (IPHAN) e consulta dos arquivos dos Museus.

No que respeita à recolha bibliográfica, foram consultadas publicações e reedições de obras cronologicamente localizadas entre o século XVI e o século XX, no entanto existe escassez de informação. As referências bibliográficas possibilitam localizar e sinalizar áreas com potencial arqueológico, e os achados identificados e recolhidos no passado.

Foram consultados também relatórios de pesquisa relacionados com processos de licenciamento ambiental, sendo levantados relatórios de diagnóstico, prospecção e resgate arqueológico, sejam eles parciais ou finais, e também, textos que constituíram complementações destes. Além disso, em menor proporção, foram analisados relatórios de vistoria de sítios arqueológicos e documentos relacionados com a atualização do CNSA (Cadastro Nacional dos Sítios Arqueológicos), a sua maioria, documentos internos do IPHAN.

As informações coletadas foram inseridas numa base de dados georreferenciada, com 15 campos de atributos, recorrendo aos *softwares Microsoft Office Excel, ArcGis*, e ao *Google Earth Pro* (no apoio à localização geográfica).

Desta forma, optou-se por realizar um inventário não apenas quantitativo dos sítios arqueológicos, mas também qualitativo, de forma a adquirirem-se outras informações além dos dados de georeferenciação. Assim, cada linha da base de dados relacionada com um sítio arqueológico ou património histórico e natural, foi caracterizado de acordo com os campos de atributos definidos, seguindo o padrão de metodologia utilizado por Leite (2016) na elaboração da Carta Arqueológica de Sergipe, com as devidas alterações e incorporações de novos atributos.

Cabe ressaltar que neste trabalho foram considerados, para a Carta Arqueológica, locais definidos como sítios arqueológicos nos trabalhos consultados. Aqueles caracterizados como ocorrência ou registros arqueológicos não foram levados em conta para o preenchimento da base de dados. De seguida apresenta-se os campos da base de dados e a sua explicitação quanto aos atributos:

- Número da Carta Arqueológica – numeração criada neste trabalho para identificar os sítios arqueológicos e bens tombados na Carta Arqueológica. Cada sítio arqueológico abordado apresenta uma numeração associada e esta varia vai de SA01 até SA10. Os bens tombados históricos que não são considerados sítios arqueológicos pelo IPHAN, seguem com a numeração TH01 até TH12 e os bens naturais segue com a numeração TN01;
- Categoria Arqueológica – as categorias variam entre sítios arqueológicos, bens tombados históricos e bens tombados naturais.
- Nome – nomeação do sítio arqueológico ou designação preliminar presente nos documentos consultados.
- Outras Denominações – para o caso dos sítios em que se identificou mais de uma nomenclatura.
- UF – nome do estado no qual se localiza o bem.
- Município – nome do município no qual se localiza o bem.
- Localidade – denominações dos locais em que foram encontrados os sítios, tais como nome de Fazenda ou Povoado.
- Zona – zona das coordenadas UTM em que se localiza os bens.
- Coordenada X – coordenada X UTM para o sítio arqueológico no datum SIRGAS2000.
- Coordenada Y - coordenada Y UTM para o sítio arqueológico no datum SIRGAS2000;
- SIGLA/Número no CNSA/IPHAN – sigla atribuída no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos;

- Classificação de Sítio – classificação do sítio arqueológico em Pré-colonial, Histórico ou Pré-Histórico e Histórico. A maior parte das vezes feita pelos autores dos trabalhos consultados e, raramente, quando não informada e com a presença suficiente de dados nos relatórios, feita pela autora desta pesquisa;
- Tipo – descrição do tipo de sítio arqueológico ou edificação e do tipo de bem natural;
- Tipo de Vestígios Arqueológicos – listagem da cultura material ou dos vestígios arqueológicos observados e/ou coletados nas pesquisas. O material arqueológico foi mencionado em relação a grandes categorias tipológicas, tais como cerâmica, lítico, louça e vestígios de edificações;
- Referências – fonte bibliográfica consultada para a obtenção de dados anteriormente mencionados.

Os atributos da base de dados serviram como base para refletir sobre as possíveis representações em mapas temáticos. Foi utilizado, também, o filtro automático do programa *Microsoft Office Excel* para selecionar dados de interesse, como por exemplo, sítios como a presença de um determinado material arqueológico. Assim, a tabela do Excel foi manipulada para a obtenção destas informações gerando gráficos síntese.

Para a identificação dos sítios utilizou-se rótulos, os quais correspondiam à numeração do sítio arqueológico / património histórico/ património natural na Carta Arqueológica. Após a manipulação dos dados a mesma foi importada para o *ArcGis* para definição dos temas geográficos no formato *shapefile*, que serviram de base à elaboração dos mapas temáticos que compõem a Carta Arqueológica.

3.4 RESULTADOS

Os resultados obtidos com base na pesquisa descrita acima, colminaram na elaboração de diferentes mapas que se apresentam de seguida. Os mapas podem ser acessados no ANEXO II em uma melhor resolução.

Na figura 50 apresenta-se a localização da área de estudo: Marechal Deodoro/AL, no Brasil e no seu Estado.

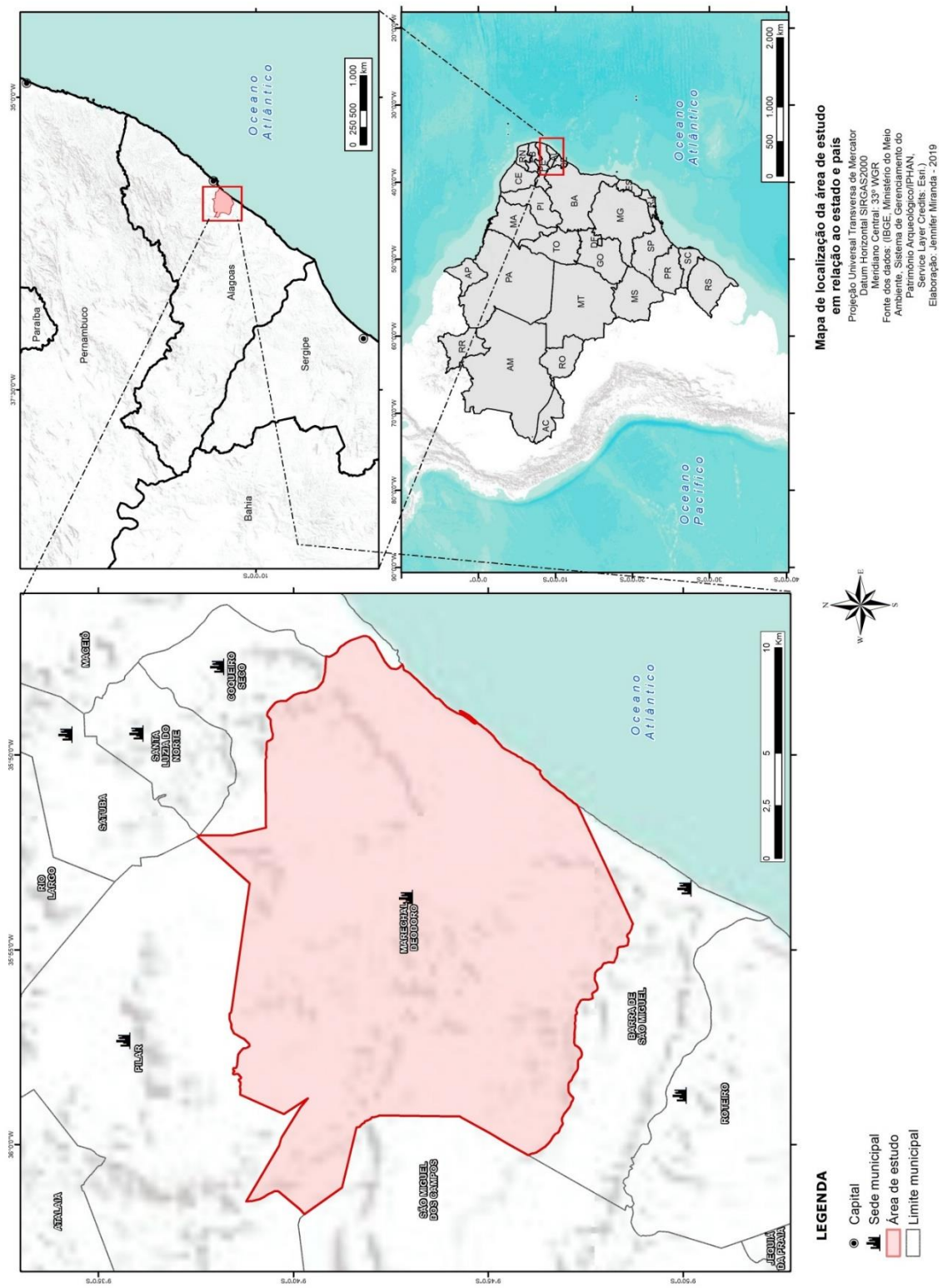


Figura 50: Localização da área de estudo: Marechal Deodoro/AL.

Durante a pesquisa foram identificados dez (10) sítios arqueológicos, doze (12) bens de património histórico tombado e um (1) bem de património natural tombado no município de Marechal Deodoro. A distribuição georreferenciada dos bens é apresentada no Mapa Geral da Carta Arqueológica de Marechal Deodoro/AL, na Figura 51.



Figura 51: Carta Arqueológica de Marechal Deodoro/AL.

A fim de padronizar os dados realizou-se a distinção dos bens, de acordo com sua categoria, elaborando mapas para cada uma, dando origem aos seguintes mapas: Mapa de Sítios Arqueológicos (Figura 52), Mapa de Patrimônio Histórico Tombado (Figura 53 e Figura 54) e Mapa de Patrimônio Natural Tombado (Figura 55), de Marechal Deodoro/AL.

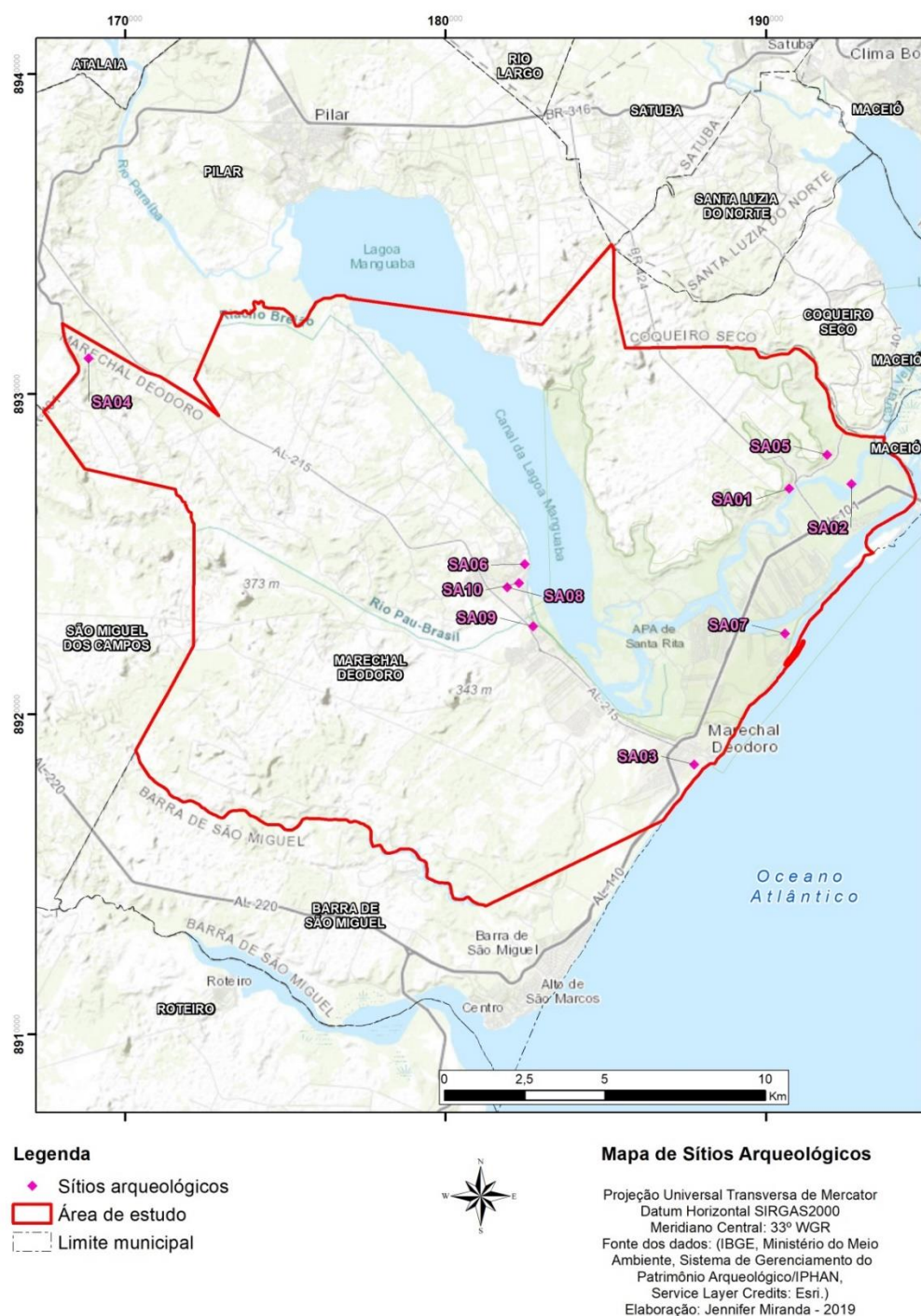
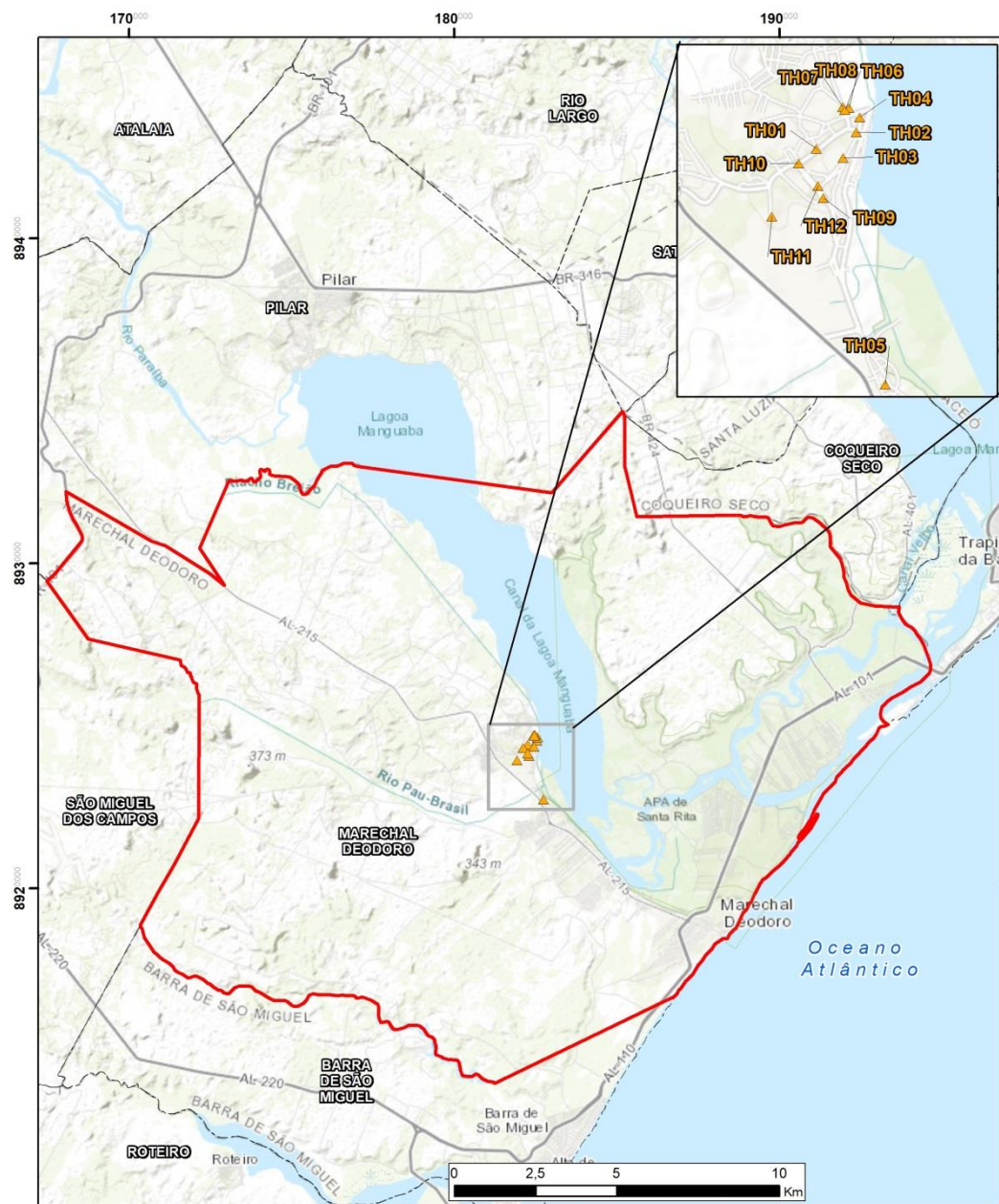


Figura 52: Sítios Arqueológicos de Marechal Deodoro/AL.



Legenda

- ▲ Patrimônio histórico
- ▭ Área de estudo
- ▭ Limite municipal



Mapa de Patrimônio Histórico

Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum Horizontal SIRGAS2000
 Meridiano Central: 33° WGR
 Fonte dos dados: (IBGE, Ministério do Meio Ambiente, Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico/IPHAN, Service Layer Credits: Esri.)
 Elaboração: Jennifer Miranda - 2019

Figura 53: Patrimônio Histórico de Marechal Deodoro/AL.

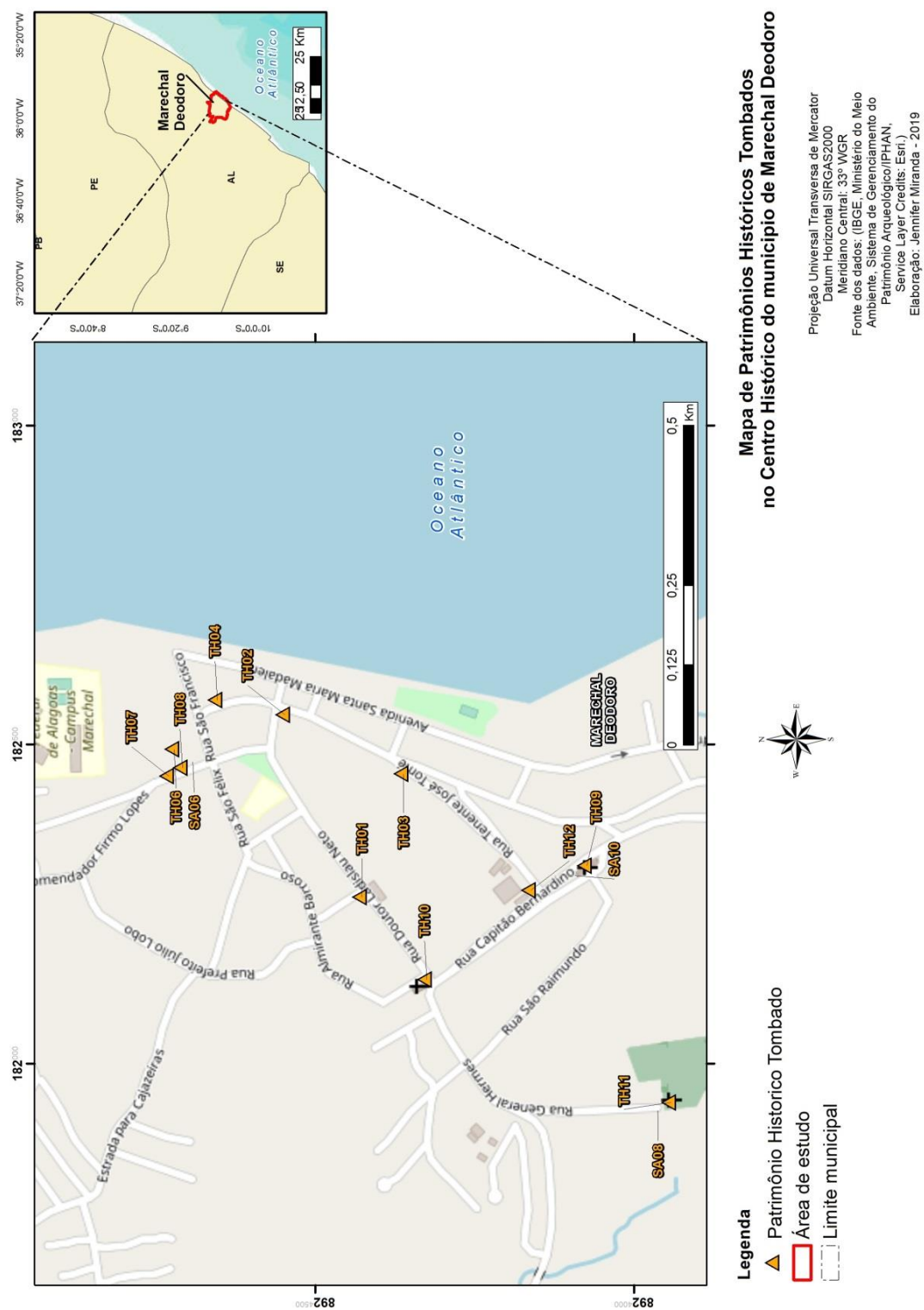
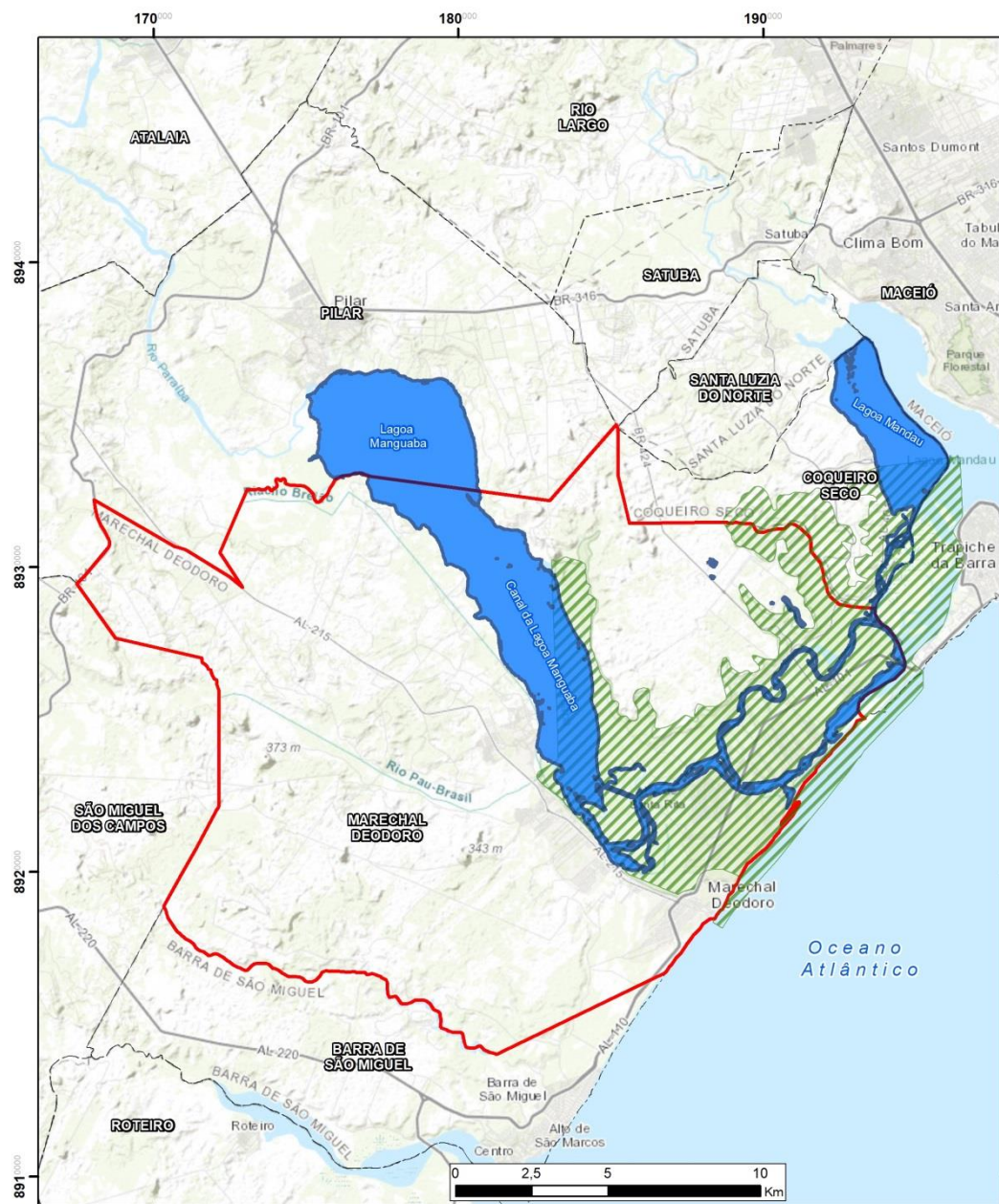


Figura 54: Patrimônio Histórico detalhado, de Marechal Deodoro/AL.



Legenda

- Patrimônio Natural
- Área de Proteção Ambiental Santa Rita
- Área de estudo
- Limite municipal



Mapa de Patrimônio Natural

Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum Horizontal SIRGAS2000
 Meridiano Central: 33° WGR
 Fonte dos dados: (IBGE, Ministério do Meio Ambiente, Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico/IPHAN, Service Layer Credits: Esri.)
 Elaboração: Jennifer Miranda - 2019

Figura 55: Patrimônio Natural de Marechal Deodoro/AL.

O atributo Classificação de Sítio Arqueológico foi definido nos padrões das pesquisas no Brasil, sendo utilizadas as tipologias Pré-colonial ou Histórico. Porém alguns sítios apresentam vestígios de ambos os períodos e foram classificados como Pré-colonial/Histórico. Na Figura 56 apresenta-se a classificação de Sítio Arqueológico, segundo a sua tipologia.

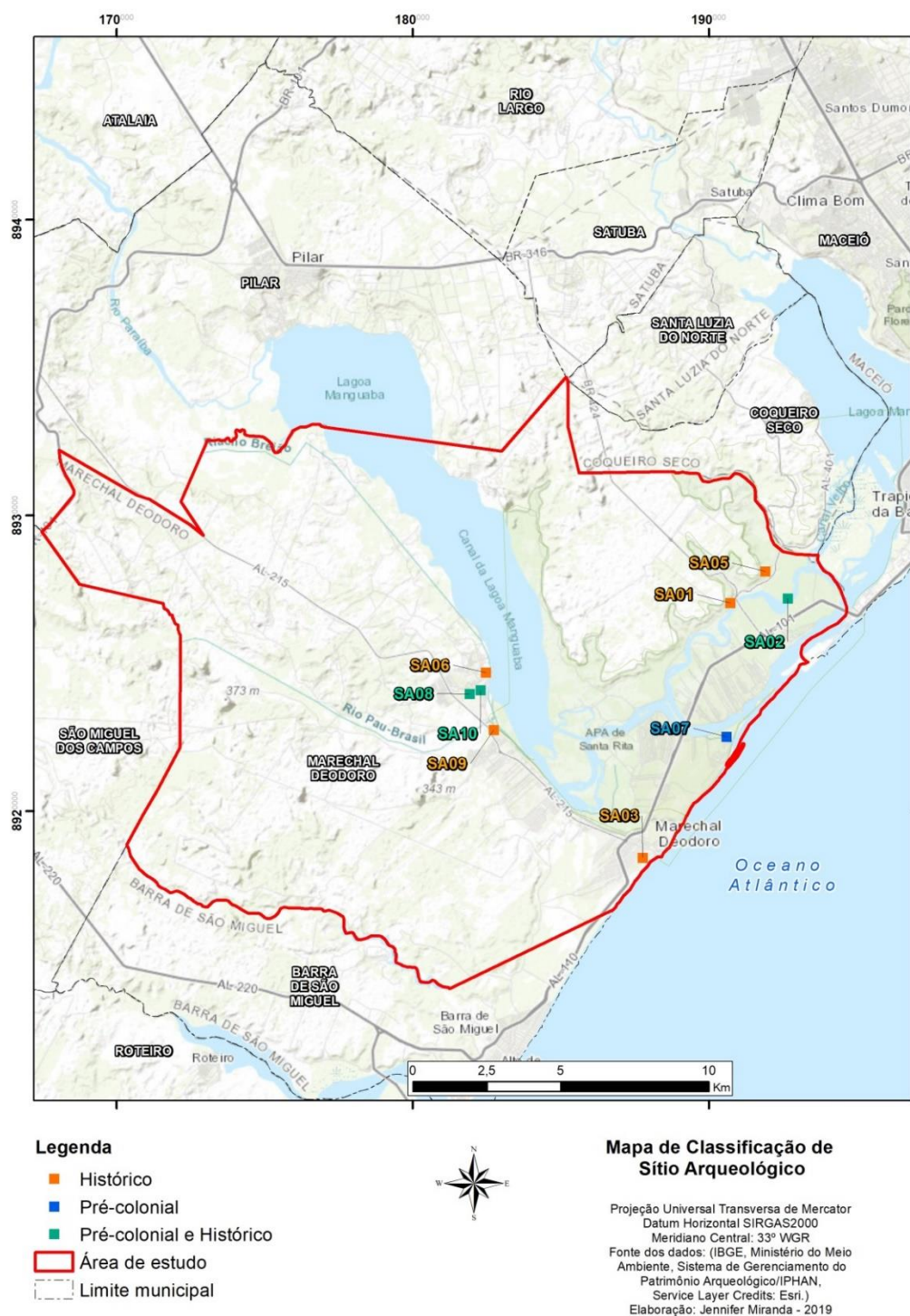


Figura 56: Classificação de Sítio Arqueológico, por tipologia, de Marechal Deodoro/AL.

Posteriormente foram analisados os tipos de vestígios identificados em cada sítio arqueológico, como uma forma de entender o padrão de dispersão dessas populações do passado. Sendo elaborados mapas para os sítios com vestígios líticos (Figura 57), com vestígios cerâmicos (Figura 58), com vestígios de louça (faiança, faiança fina e porcelana) (Figura 59), vestígios ósseos (Figura 60) e vestígios de edificações (Figura 61).

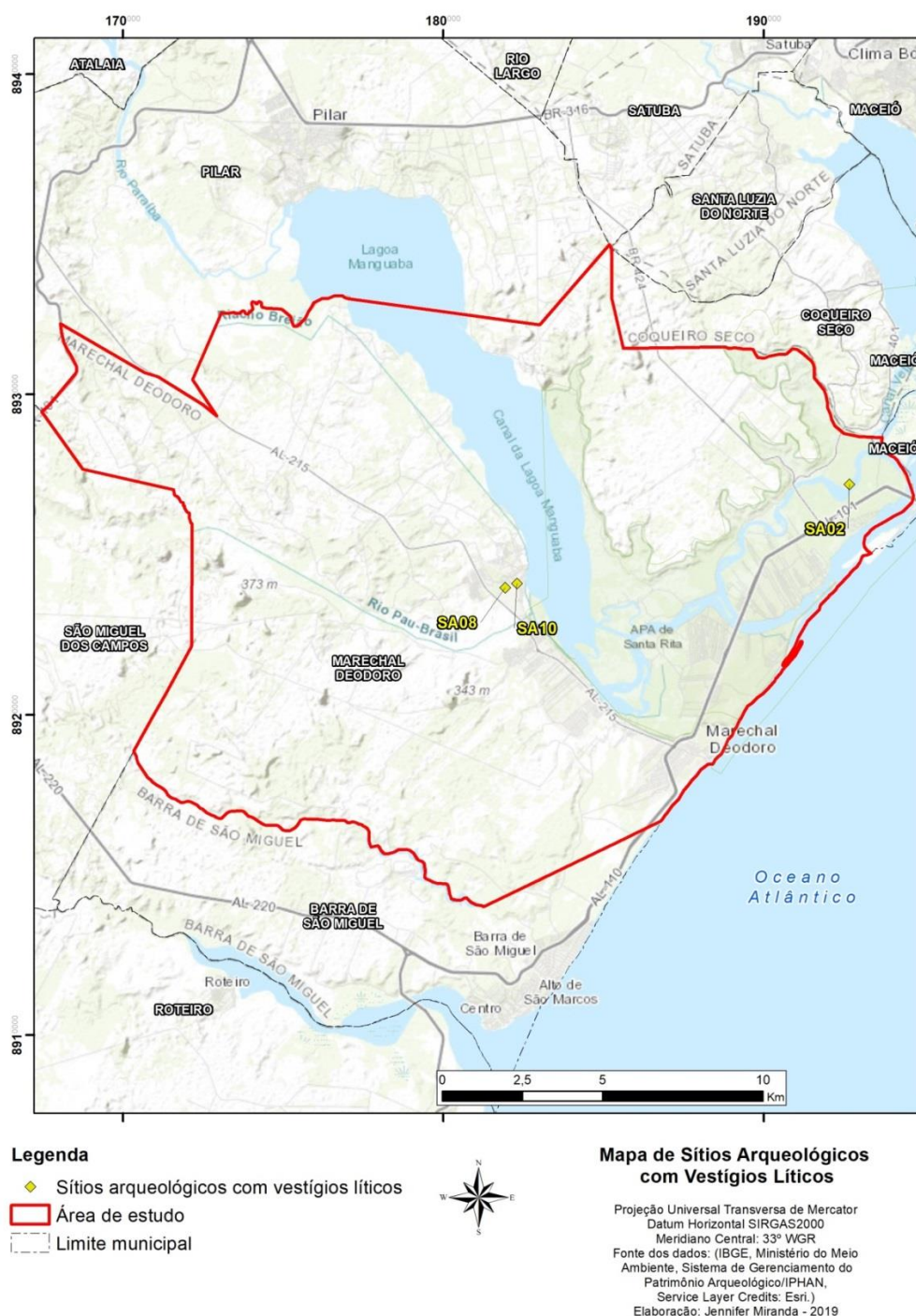


Figura 57: Sítios Arqueológicos com Vestígios Líticos, de Marechal Deodoro/AL.

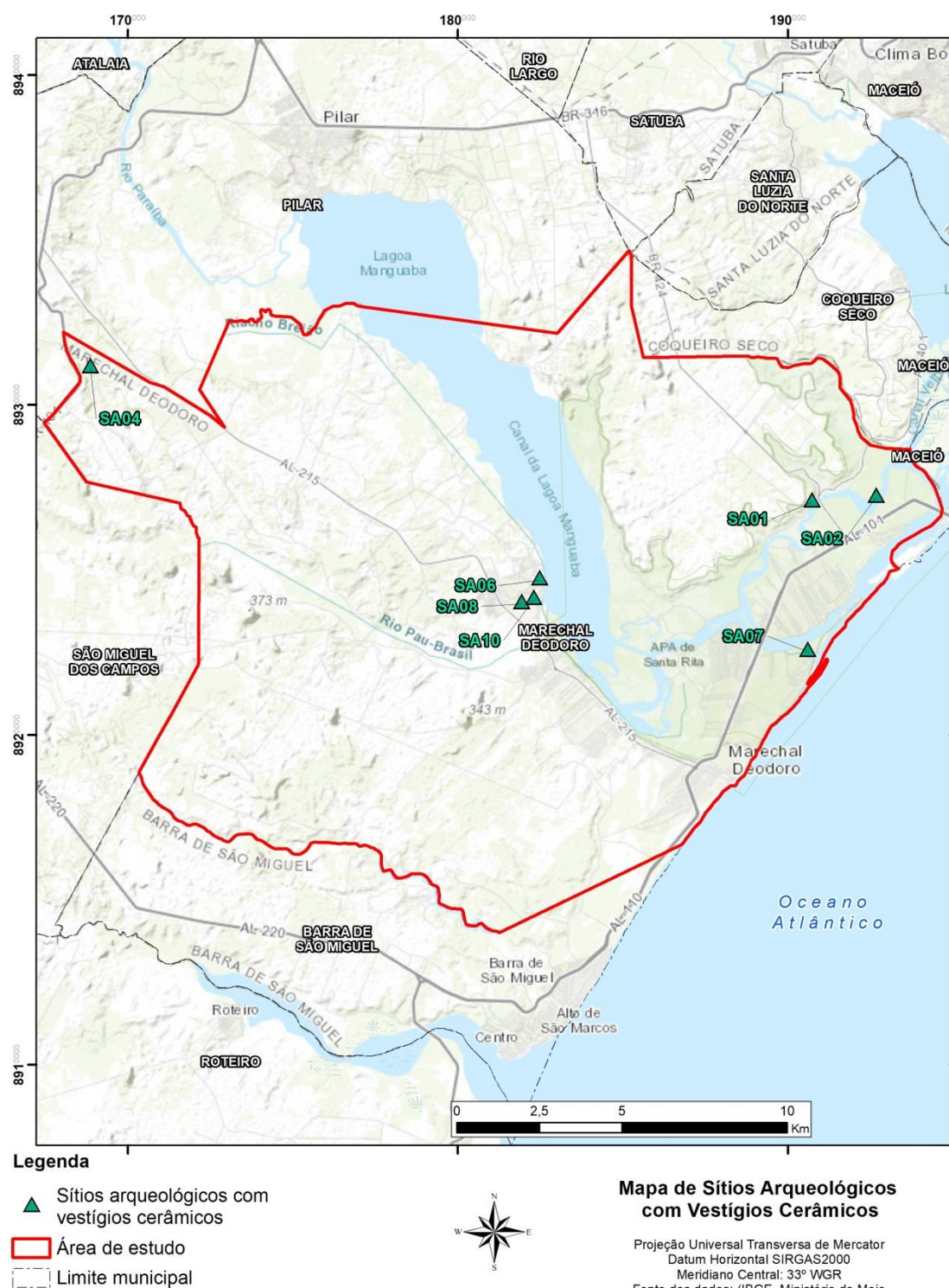


Figura 58: Sítios Arqueológicos com Vestígios Cerâmicos, de Marechal Deodoro/AL.



Legenda

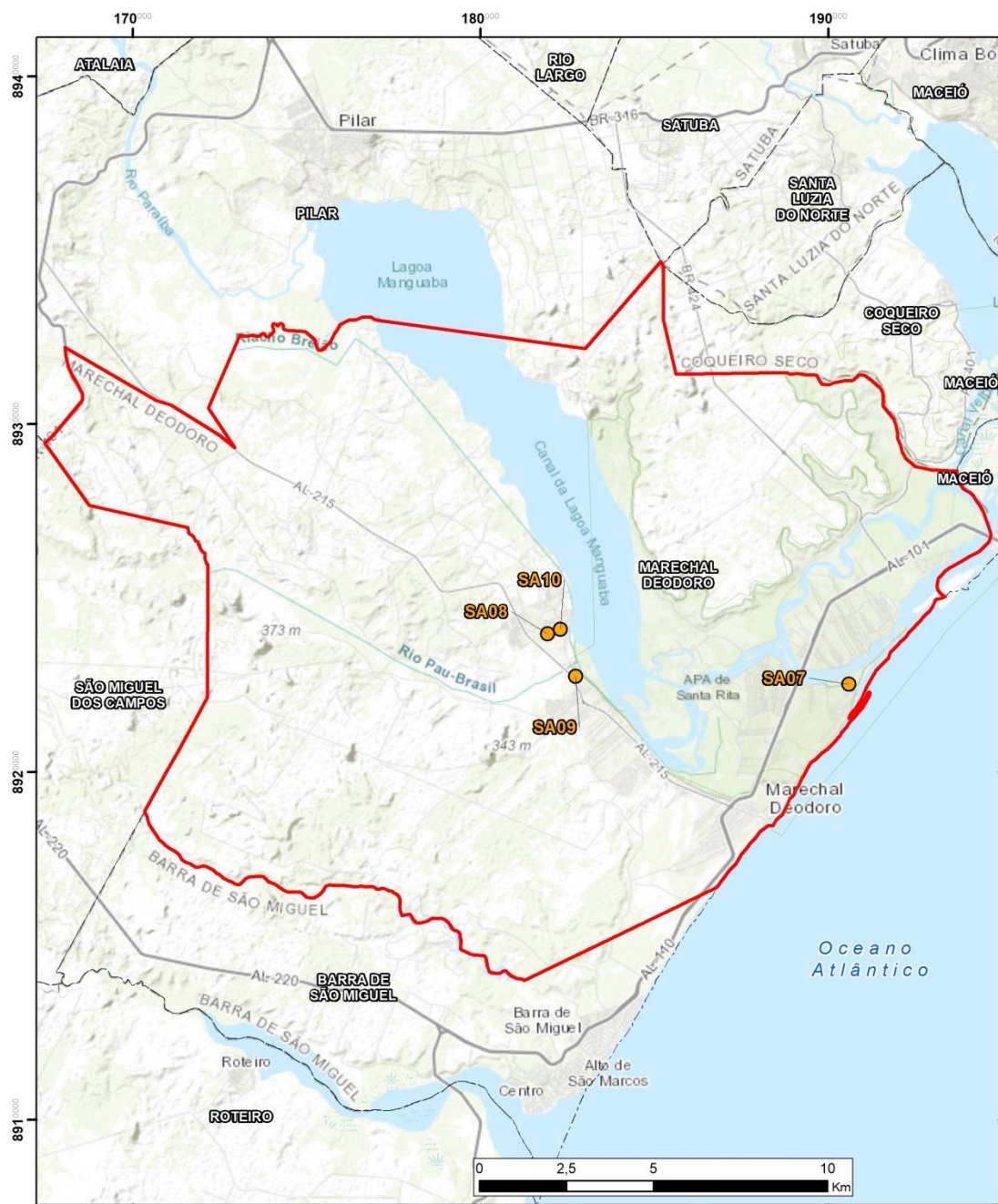
- Sítios arqueológicos com vestígios de louça
- ▭ Área de estudo
- - - Limite municipal



Mapa de Sítios Arqueológicos com Vestígios de Louça

Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum Horizontal SIRGAS2000
 Meridiano Central: 33° WGR
 Fonte dos dados: (IBGE, Ministério do Meio Ambiente, Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico/IPHAN, Service Layer Credits: Esri.)
 Elaboração: Jennifer Miranda - 2019

Figura 59: Sítios Arqueológicos com Vestígios de Louça.



Legenda

- Sítios arqueológicos com vestígios ósseos
- Área de estudo
- Limite municipal



Mapa de Sítios Arqueológicos com Vestígios Ósseos

Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum Horizontal SIRGAS2000
 Meridiano Central: 33° WGR
 Fonte dos dados: (IBGE, Ministério do Meio Ambiente, Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico/IPHAN, Service Layer Credits: Esri.)
 Elaboração: Jennifer Miranda - 2019

Figura 60: Sítios Arqueológicos com Vestígios Ósseos, de Marechal Deodoro/AL.



Legenda

- ◆ Sítios arqueológicos com vestígios de edificações
- ▭ Área de estudo
- - - Limite municipal



Mapa de Sítios Arqueológicos com Vestígios de Edificações

Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum Horizontal SIRGAS2000
 Meridiano Central: 33° WGR
 Fonte dos dados: (IBGE, Ministério do Meio Ambiente, Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico/IPHAN, Service Layer Credits: Esri.)
 Elaboração: Jennifer Miranda - 2019

Figura 61: Sítios Arqueológicos com Vestígios de Edificações, de Marechal Deodoro/AL.

Dentre o patrimônio histórico, podemos dividir os mesmos pelo tipo de edificação ou seja, se seria uma edificação com função religiosa, administrativa, governamental, habitacional ou armazém (Figura 62 e Figura 63).

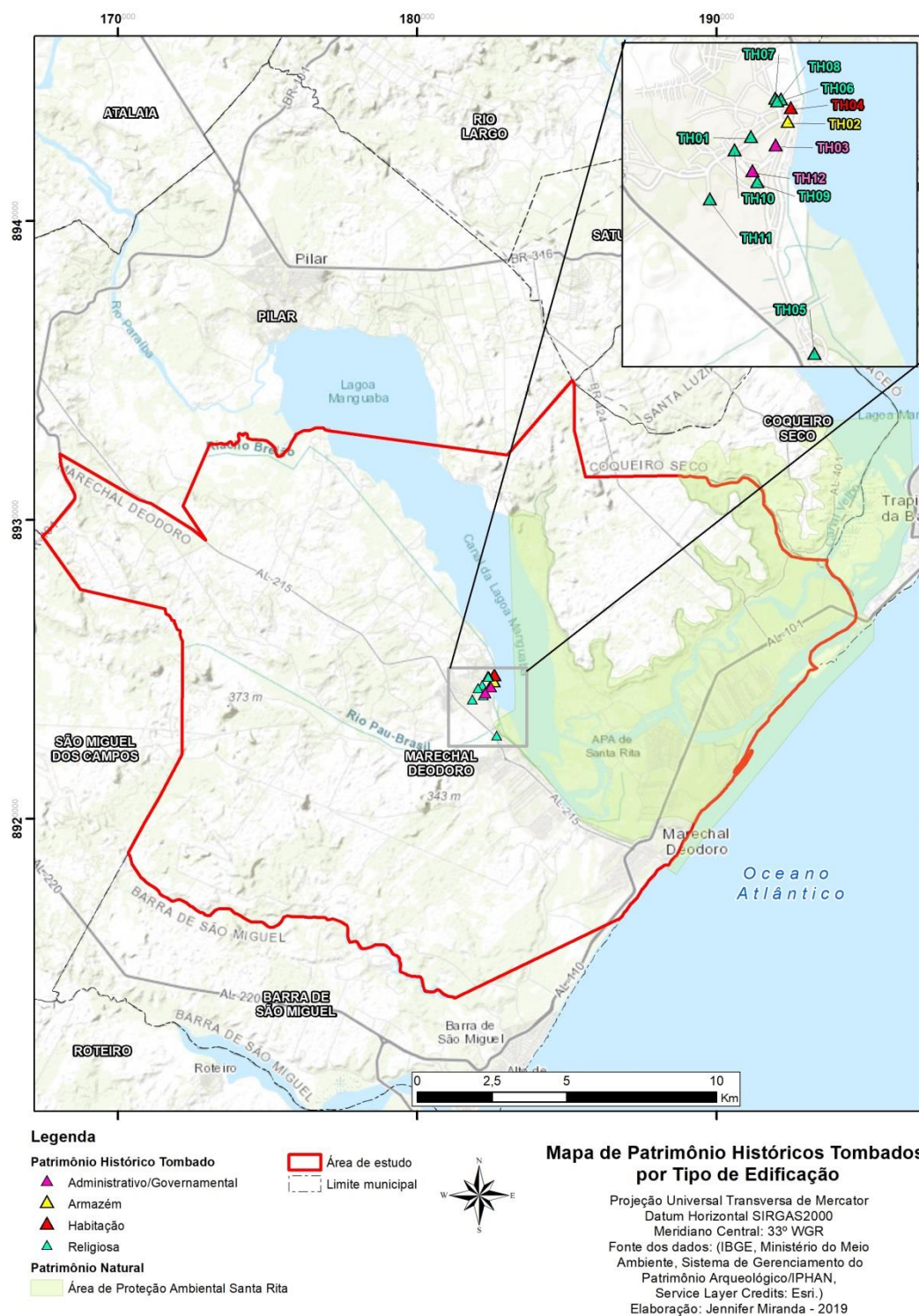


Figura 62: Patrimônio Histórico por Tipo de Edificação, de Marechal Deodoro/AL.

A Carta Arqueológica proporciona uma infinidade de possibilidades de dados comparativos para a elaboração de novos mapas, a fim de ter uma compreensão melhor da espacialidade dos sítios, assim como constituição de padrões. Com a atualização constante da Carta Arqueológica, ou mesmo novos estudos nos sítios arqueológicos, património histórico e no património natural - já cadastrados, serão gerados novos dados comparativos e como podem ser criadas novas hipóteses sobre a construção do município. Ainda de salientar a possibilidade do cadastro de novos elementos – sítios arqueológicos, património histórico e património natural – à base de dados, assim como a sua expansão para outros municípios e Estados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Carta Arqueológica digital do município de Marechal Deodoro, tal como todas as Cartas Arqueológicas, representa uma primeira visão do património existente do qual se pode inferir estudos no sentido de avaliar o seu potencial arqueológico. Não pode ser considerado um documento acabado e fechado, pois novos fatos podem ser revelados, com a intervenção no solo fruto de novos empreendimentos e expansão das áreas urbanas que poderá provocar o aparecimento de novos vestígios arqueológicos, justificando uma atualização sistemática da base de dados geográfica de suporte à Carta Arqueológica.

O projeto “Carta Arqueológica digital do município de Marechal Deodoro” pretende assumir, ainda, uma componente educativa e de sensibilização de públicos. Dar a conhecer os sítios e/ou vestígios arqueológicos que fazem parte do património arqueológico, despertará consciências para a preservação da memória e identidade local. Divulgar o património arqueológico que é entendido como uma forma de reforçar a autoestima das populações, podendo contribuir, também, para o desenvolvimento económico e social local sendo o turismo o retorno mais rápido e mais visível.

É de suma importância que as entidades públicas, juntamente com a comunidade, participem na criação de políticas públicas para a criação de mecanismos eficazes de gestão do património, assim como de divulgação do mesmo e criação de políticas de oferta cultural, captando recursos públicos para o desenvolvimento de produtos turísticos. Neste viés, propõe-se que a Prefeitura de Marechal Deodoro, juntamente com a secretária de cultura e turismo, auxilie na divulgação da Carta Arqueológica e dos seus sítios eletrónicos, sendo mais uma ferramenta para a população e também de divulgação dos bens que o município possui.

O contato com a realidade documental e de informações arqueológicas e históricas do município de Marechal Deodoro, em Alagoas, mesmo que escassa, remete para a importância do passado da região, assim como do seu valor patrimonial, o qual deve ser preservado e revitalizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, A. A. **Informações georreferenciadas no suporte a decisão em arqueologia brasileira: proposta para uma carta arqueológica digital**. 2012. 191f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Computação) - Faculdade de Engenharia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ALECIAN, S.; FOUCHER D. **Guia de Gerenciamento no Setor Público**. Brasília: Revan, 2001.

ALBUQUERQUE, M.; LUCENA, V. **Avaliação arqueológica no Convento de Santa Maria Madalena, município de Marechal Deodoro / AL, durante as obras de restauração**. (Relatório Final) - Laboratório de Arqueologia da UFPE - IPHAN/AL, 2010.

ALLEN, S. J. **Mapeamento e Cadastramento de Sítios Arqueológicos em Alagoas**. (Relatório Final) - NEPA/UFAL, Maceió, 2004.

ALLEN, S. J.; PORSANI, J. L.; POLUHA, B. Geofísica arqueológica no ambiente da Arqueologia Urbana. **Revista de Arqueologia**, v. 30, p. 235-254, 2017.

ANASTÁCIO, R.. Instrumentos de Gestão Integrada do Território. *In*: Scheunemann, I. e Oosterbeek, L. (coord.). **Gestão Integrada do Território. Economia, Sociedade, Ambiente, Cultura**. Rio de Janeiro, Instituto Bio-Atlântica. 2012.

ANASTÁCIO, R. F.; CRUZ, A. R. Carta de interesse cultural para a região do Médio Tejo/Portugal: modelação em Sistemas de Informação Geográfica. *In*: **SÉMATA, Ciências Sociais e Humanidades**, v. 27, p. 221 – 238, 2015

ANASTÁCIO, R. F.; OOSTERBEK, L., ROSINA, P. **Gestão integrada do território e do património: a importância dos Sistemas de Informação Geográfica**. SÉMATA, Ciências Sociais e Humanidades, vol. 27: 187-197, 2015.

ANASTÁCIO, R. F. **Da Gestão do Património Cultural à Gestão do Território com Recurso a Tecnologias de Informação Geográfica: Contributos Metodológicos. Caso De Estudo - Região Do Médio Tejo**. 2016a. 344p. Tese (Doutorado em Quaternário Materiais e Culturas) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2016a.

ANASTÁCIO, R. F. Os desafios da gestão da informação arqueológica para a Região do Médio Tejo, com recurso a Sistema de Informação Geográfica. *In: Actas das III Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo*, Vila Velha de Rodão, p. 10 – 17, 2016b.

ANJOS, L. R. T. A. **Carta Arqueológica Subaquática de Sergipe: Proteção e Gestão do Patrimônio Cultural Subaquático em Sergipe**. 2013. 1f. Monografia (Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2013.

APRATTO, D. *et al.* **Enciclopédia dos Municípios de Alagoas**. Fundação Arnon de Mello, 2012. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/525211-Enciclopedia-dos-Municipios-de-Alagoas/>>. Acesso em: 27/09/2019.

ARRUTI, J. M. Morte e Vida do Nordeste Indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. **Revista de História**, Faculdade Getúlio Vargas, São Paulo, v. 15, n. 8, p.57-94, 1995.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro/RJ: 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 15/07/2019.

_____. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo no 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. Brasília/DF: Centro de Documentação e Informação/Edições Câmara. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15/07/2019.

_____. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília/DF: 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm>. Acesso em: 15/07/2019.

_____. **Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação do impacto ambiental. Brasília/DF Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_1986_001.pdf>. Acesso em: 15/07/2019.

_____. **Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências. Brasília/DF: 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6844.htm>. Acesso em: 15/07/2019.

CERQUEIRA, F. V.; LOUREIRO, A. G.. Relatório do Mapeamento Arqueológico de Pelotas e Região: atividades desenvolvidas entre março de 2002 e fevereiro de 2003. **Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**. Universidade Federal de Pelotas, n. 1, v.1. p. 86 – 106, 2004.

CHOAY, F. **Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2014.

CHORÃO, M. J. M. B. (aprest.). **Doação e forais das capitanias do Brasil 1534-1536**. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 1999.

CLEERE H. **Archaeological heritage management in the modern world**. Londres : Routledge, 1999.

COELHO, G. N.. **Patrimônio cultural edificado**. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

COIMBRA, F. LÁZARO, R. ANASTÁCIO, R. A Carta Arqueológica da Chamusca: dados preliminares. *In: Actas das III Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo*, Vila Velha de Rodão, p. 10 – 17, 2016.

CRUZ, A. *et al.* **Carta Galeria Arqueológico Histórica do Concelho de Vila Nova da Barquinha**. Instituto Politécnico de Tomar. Antrope Monográfica nº 2, 2014

CURVELO, A. A. C. **O Senado da Câmara de Alagoas do Sul: Governança e Poder Local no sul de Pernambuco**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

DELFORGE, A. H. **O Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico no estado de Minas Gerais utilizando-se Sistema de Informações Espaciais (SIG)**. 2010. 151f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Tratamento da Informação Espacial, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

E.S.R.I. **GIS in K-12 Education**, White Papers, Environmental Systems, Research Institute (E.S.R.I.): Redlands, Ca, USA, 1995.

FALCONER, A.; FORESMAN, J. **A system for Survival: GIS and Sustainable Development**, ESRI® Press, 2002.

FERNANDES, D.; ALONSO, J.; JULIÃO, R.P.; LOURENÇO, J.M.; RAMOS, R.A.R..
O uso de SIG no património cultural: O caso do Alto Douro Vinhateiro. Engenharia Civil. UM. Número 48, 47p, 2014.

FERRARE, J. O. P. **A Cidade Marechal Deodoro: do Projeto colonizador português à imagem do “Lugar Colonial”.** Edufal, Maceió, 2014.

FERRARE, J. O. P. **Marechal Deodoro: um itinerário de referências culturais.** Maceió, Edições Catavento, 178 p., 2002.

FERREIRA, M. R. A. **A gestão do patrimônio arqueológico pelo estado brasileiro: O caso do sítio arqueológico do Morro da Queimada, Ouro Preto-MG.** 2011 (158f.). Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2011.

FIGUEIREDO, S. *et al.* A Carta Arqueológica do concelho da Golegã: dados preliminares. *In: Actas das III Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo*, Vila Velha de Rodão, p. 43 – 57, 2016.

FRAGOSO, V. *et al.* **Carta Arqueológica do município de Loures.** Câmara Municipal de Loures, 2011

FRONER, Y. **Os domínios da memória** – um estudo sobre a construção do pensamento preservacionista nos campi da Museologia, Arqueologia e Ciência da Conservação. 2001. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FUNARI, P. P. **Arqueologia.** São Paulo: Editora Ática S.A., 1988.

FUNARI, P. P.. A “República de Palmares” e a Arqueologia da Serra da Barriga. **Revista da Universidade de São Paulo**, n.28. p. 6 – 13, 1995.

GARCÍA SANJUÁN, L. & WHEATLEY, D. The State of the Arc: Differential Rates of Adoption of GIS for European Heritage Management. **European Journal of Archaeology**, v. 2(2), p. 201 - 228, 1999.

GASPAR, M. D. Os Ocupantes Pré-Históricos do Litoral Brasileiro. In: TENÓRIO, M. C. (Org.) **Pré-História da Terra Brasilis**. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

GONZÁLEZ, I. B.; FREIRE, C. F.; MORENTE, L. M.; ASENSIO, E. P. Los Sistemas de Información Geográfica y la Investigación e Ciencias Humanas y Sociales. **Madrid: Confederación Española de Centros de Estudios Locales (CSIC)**, 2012.

GOODCHILD, M. Geographical information science, **International Journal of Geographical Information Systems**, v. 6 (1), 1992.

HOLANDA, S. B. **História Geral da Civilização Brasileira - do descobrimento a expansão**, v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ICOMOS; ICAHM. **Carta para proteção e gestão do patrimônio arqueológico. Lausanne, 1990.** Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Lausanne_1990.pdf>. Acesso em: 29/07/2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Bens tombados e processos de tombamento em andamento**. 2019, p. 90. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20Dez%202019.pdf>>. Acesso em: 29/07/2019

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA / SGPA**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>>. Acessado em: 29/10/2019.

JUCÁ, A. C. A. **Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Influência do Loteamento Brumas do Francês, Município de Marechal Deodoro, AL.** (Relatório de Pesquisa), IPHAN/AL – Maceió, 2016.

JULIÃO, R. P. SIG e Organizações – Factores chave para o Sucesso. **1^{as} Jornadas SIG da Universidade de Aveiro**, Aveiro, 2004.

KRISTIANSEN, K.. Perspectives on the archaeological heritage: history and future. *In*: Cleere H (ed.) **Archaeological heritage management in the modern world.** Routledge, Londres, 1989.

LEITE, J. B. **Confecção da Carta Arqueológica do estado de Sergipe com uso de geotecnologias.** 2016. 169f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2016.

LIMA, T. A. A proteção do patrimônio arqueológico no Brasil: omissões, conflitos, resistências. *In*: **Revista de Arquelogia Americana**, nº20, p. 51 - 79, jan-dez 2001.

LINDOSO, D. **Formação da Alagoas Boreal.** Maceió: Editora Catavento, 2000.

LISBOA FILHO, J. Projeto de Banco de Dados para Sistemas de Informação Geográfica. *In*: Nunes, R. C. **VIII Escola de Informática da SBC Sul.** Editora da UFSM, p.115 - 146, 2000.

LITTLE, B. Archaeological and civic engagement. *In*: Schakel P (ed.) **Archaeology as a tool of civic engagement.** AltaMira Press, Lanham, 2007.

LOCK, G. **Beyond the Map. Archaeology and Spatial Technologies.** IOS Press, Amsterdam, 2000.

LOCK, G., 2003. **Using Computers in Archaeology: towards Virtual Pasts.** Routledge, London and New York.

MAGALHÃES, A. C. V. **A espacialidade da morte na cidade colonial Marechal Deodoro, Alagoas.** In: PEIXOTO, E. R.; DERNTL, M. F.; PALAZZO, P. P.; TREVISAN, R. (Orgs.) *Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo.* Brasília, DF: Universidade Brasília-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em: <<http://www.shcu2014.com.br/content/espacialidade-da-morte-na-cidade-colonial-marechal-deodoro-alagoas>>. Acesso: 20/06/2019.

MELCHIADES, C. E. F. **Mapeamento do Patrimônio Arqueológico do Rio Grande do Sul: um ponto, uma linha e um horizonte.** 2017. 137f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2017.

MIGLIACIO, M.C. **Patrimônio Arqueológico em evidência.** Ano 7. Edição 62 - Edição Especial, 2010.

NAZARENO, N. R. X. **SIG Arqueologia: aplicação em pesquisa arqueológica.** 2005. 112f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

NUNES, J. I A.. **Sistemes d'informació geogràfica municipals més enllà de la gestió, Els Sistemes d'Informació Geogràfica (SIG) per a la gestió del territori, els serveis municipals i la participació ciutadana.** Tortosa, 2006

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural, 1972. In: IPHAN: **Cartas Patrimoniais.** 3ª Ed. Ver. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, 2003. In: IPHAN: **Cartas Patrimoniais.** 3ª Ed. Ver. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

ORSER Jr, C. E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. (Tradução Paulo Pedro Funari). Belo Horizonte: Oficina de Livros (Coleção Mínima), 1992.

PARDI, M. L. F. **Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação**. Goiânia: UCG / IGPA, 289p., 2002.

PARKER, H.D. **The Unique Qualities of a Geographic Information-System**. A Commentary, em "Photogrammetric Engineering And Remote Sensing", 1988.

PINTO. Karina Lima de Miranda, et. al. 2016. **Pesquisa Arqueológica no Largo do Carmo, Município de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas**. (Relatório Final) IPHAN - AL, Maceió, 271 p.

PINTO. Karina Lima de Miranda, et. al. 2017. **Pesquisa Arqueológica no Largo da Matriz, Município de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas**. (Relatório Final) IPHAN - AL, Maceió, 369 p.

PINTO. Karina Lima de Miranda, et. al. 2018. **Pesquisa Arqueológica no Largo da Matriz, Município de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas: Fase de Acompanhamento** (Relatório Final) IPHAN - AL, Maceió. 369 p. 2018.

PINTO. Karina Lima de Miranda. 2018. **Quem anda em terra alheia, pisa o chão devagar**. (Tese de Doutorado). PROARQ/UFS, Laranjeiras.

QUEIROZ, Álvaro. **A Igreja e os Sistemas de Governo na História**. 2010.

RAMBELLI, Gilson. **Arqueologia subaquática do baixo vale do Ribeira, SP**. São Paulo, 2003. Tese Doutorado em Arqueologia – MAE, USP, 2003.

RAMIREZ, M. R. 1994. **Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados para Geoprocessamento**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1994. Dissertação de Mestrado.

ROSA, A. N. **Programa de diagnóstico e prospecção arqueológica da LT 230 KV Jardim/ Nossa Senhora do Socorro e SE Nossa Senhora do SOCORRO 230/69 kV.** Projeto de Pesquisa, 2013.

SANTOS JR, V. dos. 2004/2005. **A influência das Cartas Internacionais sobre as Leis Nacionais de Proteção ao Patrimônio Histórico e Pré-Histórico e estratégias de preservação dos Sítios Arqueológicos Brasileiros.** MNEME, Revista de Humanidades, Dossiê Arqueologias Brasileiras, v.6, n. 13, dez.2004/jan.

SANTOS, R. J. F. A. **Cidade de Marechal/Alagoas. SICG – M101 Contextualização Geral; SICG – M102 Contexto Imediato.** IPHAN/AL, 2013.

SCHLOBACH, M. C. **Utilização de técnicas de geoprocessamento para identificação e caracterização de aldeias pré-históricas (UHE Igarapava – MG).** Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

SILVA, D. F.. **Análise de captação de recursos da área do Sambaqui Saco da Pedra, litoral sul do Estado de Alagoas.** 2009. Dissertação de Mestrado. UFPE, Recife: 2009, 178 p., il.

SILVA, L. T. **Banco de Dados de Sistemas Geográficos. Monografia de Ciência da Computação.** Universidade Presidente Antônio Carlos. Barbacena: 2003. 61f.

SOUSA, G. S. **Tratado descritivo do Brasil em 1587.** – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879.

TORO, M. S. N.; GARCÍA, E. L. **Sistema de Información Arqueológica de Murca.** Servicio de Patrimônio Histórico, 2002. Disponível em: <http://www.interreq-medoccc.com/index1.phpWubi=progettodettaglio&lingua=es&pr_id=57>. Acesso em : 26/09/2019.

VIVA, L.; MORALES, W.; MOI, F.; ROBRAHN-GONZÁLES, E. **Programa de Resgate Arqueológico - Gasoduto Carmópolis - Pilar - Estados de Sergipe e Alagoas.** (Relatório Final) Porto Seguro, IPHAN/AL, 2007.

WORBOYS, M.F. **GIS: A Computing Perspective.** London: Taylor and Francis, 1995.

ANEXOS

ANEXO I – FICHAS CNSA

**Ministério
da Cultura**

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

**Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*****- CNSA AL00228 -****Nome do sítio:** Caboclo I**Outras designações e siglas:****CNSA:** AL00228**Município:** Marechal Deodoro**UF:** AL**Descrição sumária do sítio:** Sítio histórico com concentração de restos malacológicos, cerâmica, louça, tijolo e telhas**Sítios relacionados:****Comprimento:** 0m **Largura:** 0m **Altura máxima:** 0m (a partir do nível do solo)**Área:** 0m² **Medição** ☐ Estimada ☐ Passo ☐ Mapa ☐ Instrumento**Unidade geomorfológica:****Compartimento topográfico:****Altitude:** 0m (com relação ao nível do mar)**Água mais próxima:** Lagoa Mundaú**Distância:** 0m**Rio:****Bacia:**

Vegetação atual		Uso atual do terreno	
☐ Floresta ombrófila	☐ Savana (cerrado)	☐ Atividade urbana	☐ Pasto
☐ Floresta estacional	☐ Savana-estépica (Caatinga)	☐ Via pública	☐ Plantio
☐ Campinarana	☐ Estepe	☐ Estrutura de fazenda	☒ Área devoluta
☐ Capoeira	Outra: Coqueiros e palmas	Outro:	

Propriedade da terra	☐ Área pública	☐ Área privada	☐ Área militar	☐ Área indígena
Proteção legal	☐ Unid. de conservação ambiental			
Em área tombada	☐ Municipal	☐ Estadual	☐ Federal	☐ Patrim. da humanidade

Categoria		Tipo de sítios:	
☒ Unicomponential	☐ Pré-colonial	Forma:	Não delimitada
☐ Multicomponential	☐ De contato	Tipo de solo:	
	☒ Histórico		

Estratigrafia:**Contexto de deposição**☒ Em superfície☒ Em profundidade**Exposição**☒ Céu aberto☐ Abrigo sob rocha☐ Gruta☐ Submerso☐ Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA AL00228 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura

- | | |
|---|---|
| ☐ Área de refugio | ☐ Canais tipo trincheiras, valetas |
| ☐ De lascamento | ☐ Círculos de pedra |
| ☐ De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | ☐ Estacas, buracos de Fossas |
| ☐ Funerárias | ☐ Fossas |
| ☐ Vestígios de edificações | ☐ Muros de terra, linhas de argila |
| ☐ Vestígios de mineração | ☐ Palafitas |
| ☐ Alinhamento de pedras | ☐ Paliçadas |
| ☐ Manchas pretas | ☐ Concentrações cerâmica - quant.: |

Outras:

Artefatos

- | | |
|--|---------------------------------------|
| ☐ Lítico lascado | ☐ Cerâmico |
| ☐ Lítico polido | ☐ Sobre concha |
| ☐ Sobre material orgânico | |
- Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Arte rupestre: ☐ Pintura: ☐ Gravura: ☒ Ausente:

FILIAÇÃO CULTURAL

Artefatos líticos:

Tradições:
Fases:
Complementos:
Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos:

Tradições:
Fases:
Complementos:
Outras atribuições:

Artefatos rupestre:

Tradições:
Estilos:
Complementos:
Outras atribuições:

Datações Absolutas:

Datações Relativas:

Grau de integridade

☐ mais de 75%☐ entre 25 e 75%☐ menos de 25%

Fatores de destruição

☐ Erosão eólica☐ Erosão fluvial☐ Vandalismo☐ Erosão pluvial☐ Atividades agrícolas☐ Construção de estrada☒ Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio

☐ Alta☐ Média☐ Baixa

Atividades desenvolvidas no local

☒ Registro☒ Coleta de superfície☒ Sondagem ou Corte estratigráfico☐ Escavação de grande superfície☐ Levantamento de grafismo rupestre

Nome do responsável pelo registro: Douglas Apratto

Data do registro: //

Ano do registro: 2002

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA AL00228 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: Salvamento arqueológico no complexo Mundaú-Manguaba, Alagoas**Documentação produzida (quantidade)**

Mapa com sítio plotado:	1	Foto preto e branco:	0
Croqui:	1	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	0
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	5	Outra:	0

Bibliografia**Responsável pelo preenchimento da ficha:** Luana Teixeira**Data:** 21/12/2010**Localização dos dados:** IPHAN ALAGOAS**Atualizações:**

Assinatura

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Ministério
da Cultura**

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

**Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*****- CNSA AL00229 -****Nome do sítio:** Caboclo 2**Outras designações e siglas:****CNSA:** AL00229**Município:** Marechal Deodoro**UF:** AL**Descrição sumária do sítio:** Localizado nas margens de um dos canais da lagoa Mundaú; vestígios cerâmica, vidro, louça, lítico**Sítios relacionados:****Comprimento:** 0m **Largura:** 0m **Altura máxima:** 0m (a partir do nível do solo)**Área:** 0m² **Medição** ☐ Estimada ☐ Passo ☐ Mapa ☐ Instrumento**Unidade geomorfológica:****Compartimento topográfico:****Altitude:** 0m (com relação ao nível do mar)**Água mais próxima:** Lagoa Mundaú**Distância:** 0m**Rio:****Bacia:****Vegetação atual**

- | | |
|--|---|
| ☐ Floresta ombrófila | ☐ Savana (cerrado) |
| ☐ Floresta estacional | ☐ Savana-estépica (Caatinga) |
| ☐ Campinarana | ☐ Estepe |
| ☐ Capoeira | ☐ Outra: |

Uso atual do terreno

- | | |
|---|---|
| ☐ Atividade urbana | ☐ Pasto |
| ☐ Via pública | ☐ Plantio |
| ☐ Estrutura de fazenda | ☒ Área devoluta |
| ☐ Outro: | |

Propriedade da terra ☐ Área pública ☐ Área privada ☐ Área militar ☐ Área indígena
Outra:**Proteção legal** ☐ Unid. de conservação ambiental
Em área tombada ☐ Municipal ☐ Estadual ☐ Federal ☐ Patrim. da humanidade**Categoria**

- | | |
|---|--|
| ☐ Unicomponental | ☒ Pré-colonial |
| ☒ Multicomponental | ☐ De contato |
| | ☒ Histórico |

Tipo de sítios:**Forma:****Tipo de solo:****Estratigrafia:****Contexto de deposição** ☒ Em superfície ☒ Em profundidade**Exposição** ☒ Céu aberto ☐ Abrigo sob rocha ☐ Gruta ☐ Submerso
☐ Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA AL00229 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura

- | | |
|---|--|
| ☐ Área de refugio | ☐ Canais tipo trincheiras, valetas |
| ☐ De lascamento | ☐ Círculos de pedra |
| ☐ De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | ☐ Estacas, buracos de Fossas |
| ☐ Funerárias | ☐ Fossas |
| ☐ Vestígios de edificações | ☐ Muros de terra, linhas de argila |
| ☐ Vestígios de mineração | ☐ Palafitas |
| ☐ Alinhamento de pedras | ☐ Paliçadas |
| ☐ Manchas pretas | ☒ Concentrações cerâmica - quant.: |

Outras:

Artefatos

- | | |
|--|--|
| ☒ Lítico lascado | ☐ Cerâmico |
| ☐ Lítico polido | ☒ Sobre concha |
| ☐ Sobre material orgânico | |
- Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Arte rupestre:

☐ Pintura:☐ Gravura:☒ Ausente:

FILIAÇÃO CULTURAL

Artefatos líticos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos rupestre:

Tradições:

Estilos:

Complementos:

Outras atribuições:

Datações Absolutas:

Datações Relativas:

Grau de integridade

☐ mais de 75%☐ entre 25 e 75%☐ menos de 25%

Fatores de destruição

☐ Erosão eólica☐ Erosão fluvial☐ Vandalismo☐ Erosão pluvial☐ Atividades agrícolas☐ Construção de estrada☐ Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio

☐ Alta☐ Média☐ Baixa

Atividades desenvolvidas no local

☒ Registro☒ Coleta de superfície☒ Sondagem ou Corte estratigráfico☐ Escavação de grande superfície☐ Levantamento de grafismo rupestre

Nome do responsável pelo registro: Douglas Apratto

Data do registro: //

Ano do registro: 2002

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos***

Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA AL00229 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: Salvamento arqueológico no complexo Mundaú-Manguaba, Alagoas**Documentação produzida (quantidade)**

Mapa com sítio plotado:	1	Foto preto e branco:	0
Croqui:	1	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	0
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	7	Outra:	0

Bibliografia**Responsável pelo preenchimento da ficha:** Luana Teixeira**Data:** 21/12/2010**Localização dos dados:** IPHAN ALAGOAS**Atualizações:**

Assinatura

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Ministério
da Cultura**

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

**Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*****- CNSA AL00241 -****Nome do sítio:** Lazareto**Outras designações e siglas:** Leprosário**CNSA:** AL00241**Município:** Marechal Deodoro**UF:** AL**Descrição sumária do sítio:** Ruínas do antigo leprosário de Alagoas, construído no final do século XIX**Sítios relacionados:****Comprimento:** 18m **Largura:** 12m **Altura máxima:** 3m (a partir do nível do solo)**Área:** 216m² **Medição** ☒ **Estimada** ☐ **Passo** ☐ **Mapa** ☐ **Instrumento****Unidade geomorfológica:****Compartimento topográfico:** Duna**Altitude:** 0m (com relação ao nível do mar)**Água mais próxima:** Oceano Atlântico**Distância:** 900m**Rio:****Bacia:**

Vegetação atual		Uso atual do terreno	
☐ Floresta ombrófila	☐ Savana (cerrado)	☒ Atividade urbana	☐ Pasto
☐ Floresta estacional	☐ Savana-estépica (Caatinga)	☐ Via pública	☐ Plantio
☐ Campinarana	☐ Estepe	☐ Estrutura de fazenda	☒ Área devoluta
☐ Capoeira	Outra: Restinga	Outro:	

Propriedade da terra ☒ **Área pública** ☐ **Área privada** ☐ **Área militar** ☐ **Área indígena**

Proteção legal ☐ **Unid. de conservação ambiental**

Em área tombada ☐ **Municipal** ☐ **Estadual** ☐ **Federal** ☐ **Patrim. da humanidade**

Categoria		Tipo de sítios: Hospital	
☒ Unicomponential	☒ Pré-colonial	Forma:	Retangular
☐ Multicomponential	☐ De contato	Tipo de solo:	arenoso
	☒ Histórico		

Estratigrafia:

Contexto de deposição ☒ **Em superfície** ☐ **Em profundidade**

Exposição ☒ **Céu aberto** ☐ **Abrigo sob rocha** ☐ **Gruta** ☐ **Submerso**

☐ **Outra:**

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA AL00241 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura

- | | |
|---|---|
| ☐ Área de refugio | ☐ Canais tipo trincheiras, valetas |
| ☐ De lascamento | ☐ Círculos de pedra |
| ☐ De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | ☐ Estacas, buracos de Fossas |
| ☐ Funerárias | ☐ Fossas |
| ☒ Vestígios de edificações | ☐ Muros de terra, linhas de argila |
| ☐ Vestígios de mineração | ☐ Palafitas |
| ☐ Alinhamento de pedras | ☐ Paliçadas |
| ☐ Manchas pretas | ☐ Concentrações cerâmica - quant.: |

Outras:

Artefatos

- | | |
|--|---------------------------------------|
| ☐ Lítico lascado | ☐ Cerâmico |
| ☐ Lítico polido | ☐ Sobre concha |
| ☐ Sobre material orgânico | |
- Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Arte rupestre:

☐ Pintura:☐ Gravura:☒ Ausente:**FILIAÇÃO CULTURAL**

Artefatos líticos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos rupestre:

Tradições:

Estilos:

Complementos:

Outras atribuições:

Datações Absolutas:

Datações Relativas:

Grau de integridade

☐ mais de 75%☒ entre 25 e 75%☐ menos de 25%

Fatores de destruição

☒ Erosão eólica☒ Erosão fluvial☒ Vandalismo☐ Erosão pluvial☐ Atividades agrícolas☐ Construção de estrada☐ Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio

☒ Alta☐ Média☐ Baixa

Atividades desenvolvidas no local

☒ Registro☐ Coleta de superfície☐ Sondagem ou Corte estratigráfico☐ Escavação de grande superfície☐ Levantamento de grafismo rupestre

Nome do responsável pelo registro: Henrique Alexandre Pozzi

Data do registro: 05/07/2008

Ano do registro: 2008

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos***

Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA AL00241 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: Programa de prospecção arqueológica para a duplicação da rodovia AL-101 Sul, trecho ponte Divaldo Suruagy - Entroncamento AL 220 (acesso a Barra de São Miguel - AL)

Documentação produzida (quantidade)

Mapa com sítio plotado:	0	Foto preto e branco:	0
Croqui:	0	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	0
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	0	Outra:	0

Bibliografia

MORALES, W. F.; MOI, F. P.; VIVA, L. A. 2008. Programa de prospecção arqueológica para a duplicação da rodovia AL-101 Sul, trecho ponte Divaldo Suruagy - Entroncamento AL 220 (acesso a Barra de São Miguel - AL)

Responsável pelo preenchimento da ficha: Henrique Pozzi

Data: 17/08/2008

Localização dos dados: Empresa Arqueologia Brasil

Atualizações:

Assinatura

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Ministério
da Cultura**

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

**Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*****- CNSA AL00255 -****Nome do sítio:** Horizonte**Outras designações e siglas:****CNSA:** AL00255**Município:** Marechal Deodoro**UF:** AL**Descrição sumária do sítio:** Localizado em terreno com declividade acentuada; céu aberto; vestígios de louça e cerâmica**Sítios relacionados:****Comprimento:** 0m **Largura:** 0m **Altura máxima:** 0m (a partir do nível do solo)**Área:** 0m² **Medição** ☐ Estimada ☐ Passo ☐ Mapa ☐ Instrumento**Unidade geomorfológica:****Compartimento topográfico:** Declive**Altitude:** 0m (com relação ao nível do mar)**Água mais próxima:****Distância:** 0m**Rio:****Bacia:**

Vegetação atual		Uso atual do terreno	
☐ Floresta ombrófila	☐ Savana (cerrado)	☒ Atividade urbana	☐ Pasto
☐ Floresta estacional	☐ Savana-estépica (Caatinga)	☐ Via pública	☒ Plantio
☐ Campinarana	☐ Estepe	☐ Estrutura de fazenda	☐ Área devoluta
☐ Capoeira	Outra:	Outro:	

Propriedade da terra	☐ Área pública	☐ Área privada	☐ Área militar	☐ Área indígena
	Outra:			
Proteção legal	☐ Unid. de conservação ambiental			
Em área tombada	☐ Municipal	☐ Estadual	☐ Federal	☐ Patrim. da humanidade

Categoria	Tipo de sítios:
☒ Unicomponencial	Forma:
☐ Multicomponencial	Tipo de solo:
☐ Pré-colonial	
☐ De contato	
☒ Histórico	

Estratigrafia:**Contexto de deposição** ☒ Em superfície ☐ Em profundidade**Exposição** ☒ Céu aberto ☐ Abrigo sob rocha ☐ Gruta ☐ Submerso
☐ Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA AL00255 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura

- | | |
|---|---|
| ☐ Área de refugio | ☐ Canais tipo trincheiras, valetas |
| ☐ De lascamento | ☐ Círculos de pedra |
| ☐ De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | ☐ Estacas, buracos de Fossas |
| ☐ Funerárias | ☐ Fossas |
| ☐ Vestígios de edificações | ☐ Muros de terra, linhas de argila |
| ☐ Vestígios de mineração | ☐ Palafitas |
| ☐ Alinhamento de pedras | ☐ Paliçadas |
| ☐ Manchas pretas | ☐ Concentrações cerâmica - quant.: |

Outras:

Artefatos

- | | |
|--|---------------------------------------|
| ☐ Lítico lascado | ☐ Cerâmico |
| ☐ Lítico polido | ☐ Sobre concha |
| ☐ Sobre material orgânico | |
- Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Arte rupestre:

☐ Pintura:☐ Gravura:☒ Ausente:

FILIAÇÃO CULTURAL

Artefatos líticos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos rupestre:

Tradições:

Estilos:

Complementos:

Outras atribuições:

Datações Absolutas:

Datações Relativas:

Grau de integridade

☐ mais de 75%☐ entre 25 e 75%☐ menos de 25%

Fatores de destruição

☐ Erosão eólica☐ Erosão fluvial☐ Vandalismo☐ Erosão pluvial☐ Atividades agrícolas☐ Construção de estrada☐ Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio

☐ Alta☐ Média☐ Baixa

Atividades desenvolvidas no local

☒ Registro☒ Coleta de superfície☐ Sondagem ou Corte estratigráfico☐ Escavação de grande superfície☐ Levantamento de grafismo rupestre

Nome do responsável pelo registro: Lígia Zaroni

Data do registro: //

Ano do registro: 2005

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA AL00255 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: Projeto de prospecção arqueológica e preservação de patrimônio cultural na área de implantação do gasoduto Carmópolis-Pilar, estados de Sergipe e Alagoas

Documentação produzida (quantidade)

Mapa com sítio plotado:	1	Foto preto e branco:	0
Croqui:	0	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	0
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	1	Outra:	0

Bibliografia**Responsável pelo preenchimento da ficha:** Luana Teixeira**Data:** 21/12/2010**Localização dos dados:** IPHAN ALAGOAS**Atualizações:**

Assinatura

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Ministério
da Cultura**

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

**Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*****- CNSA AL00273 -****Nome do sítio:** Horizonte (Atualização CNSA AL00255)**Outras designações e siglas:** HRZ Atualização CNSA AL00255**CNSA:** AL00273**Município:** Marechal Deodoro**UF:** AL**Descrição sumária do sítio:** Sítio arqueológico unicomponental do tipo histórico ligado ao século XX que está implantado na alta e média vertente junto ao vale do córrego Novo Horizonte**Sítios relacionados:****Comprimento:** 200m **Largura:** 200m **Altura máxima:** 0m (a partir do nível do solo)**Área:** 40000m² **Medição** ☐ **Estimada** ☐ **Passo** ☐ **Mapa** ☒ **Instrumento** ☐**Unidade geomorfológica:** Habitação (duração indeterminada)**Compartimento topográfico:** Alta e média vertente**Altitude:** 0m (com relação ao nível do mar)**Água mais próxima:** Córrego Novo Horizonte**Distância:** 500m**Rio:****Bacia:**

Vegetação atual

- | | |
|--|---|
| ☐ Floresta ombrófila | ☐ Savana (cerrado) |
| ☐ Floresta estacional | ☐ Savana-estépica (Caatinga) |
| ☐ Campinarana | ☐ Estepe |
| ☐ Capoeira | ☐ Outra: Vegetação arbórea e plantio de cana de açúcar |

Uso atual do terreno

- | | |
|--|---|
| ☒ Atividade urbana | ☐ Pasto |
| ☐ Via pública | ☒ Plantio |
| ☐ Estrutura de fazenda | ☐ Área devoluta |
| Outro: Etenoduto PETROBRAS | |

Propriedade da terra ☐ Área pública ☒ Área privada ☐ Área militar ☐ Área indígena**Outra:****Proteção legal** ☐ Unid. de conservação ambiental ☐ Federal ☐ Patrim. da humanidade
Em área tombada ☐ Municipal ☐ Estadual

Categoria

- | | |
|---|---|
| ☒ Unicomponental | ☐ Pré-colonial |
| ☐ Multicomponental | ☐ De contato |
| | ☒ Histórico |

Tipo de sítios: Habitação (duração indeterminada)**Forma:** Não delimitada**Tipo de solo:** Areno argiloso**Estratigrafia:****Contexto de deposição** ☒ Em superfície ☒ Em profundidade**Exposição** ☒ Céu aberto ☐ Abrigo sob rocha ☐ Gruta ☐ Submerso
☐ Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA AL00273 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura

- | | |
|---|---|
| ☐ Área de refugio | ☐ Canais tipo trincheiras, valetas |
| ☐ De lascamento | ☐ Círculos de pedra |
| ☐ De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | ☐ Estacas, buracos de Fossas |
| ☐ Funerárias | ☐ Fossas |
| ☐ Vestígios de edificações | ☐ Muros de terra, linhas de argila |
| ☐ Vestígios de mineração | ☐ Palafitas |
| ☐ Alinhamento de pedras | ☐ Paliçadas |
| ☐ Manchas pretas | ☐ Concentrações cerâmica - quant.: |

Outras:

Artefatos

- | | |
|--|---------------------------------------|
| ☐ Lítico lascado | ☐ Cerâmico |
| ☐ Lítico polido | ☐ Sobre concha |
| ☐ Sobre material orgânico | |
- Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Arte rupestre:

☐ Pintura:☐ Gravura:☒ Ausente:

FILIAÇÃO CULTURAL

Artefatos líticos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos rupestre:

Tradições:

Estilos:

Complementos:

Outras atribuições:

Datações Absolutas:

Datações Relativas:

Grau de integridade

☐ mais de 75%☐ entre 25 e 75%☒ menos de 25%

Fatores de destruição

☐ Erosão eólica☐ Erosão fluvial☐ Vandalismo☐ Erosão pluvial☒ Atividades agrícolas☐ Construção de estrada☒ Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio

☐ Alta☐ Média☒ Baixa

Atividades desenvolvidas no local

☒ Registro☒ Coleta de superfície☒ Sondagem ou Corte estratigráfico☐ Escavação de grande superfície☐ Levantamento de grafismo rupestre

Nome do responsável pelo registro: Daniel Bertrand

Data do registro: 28/06/2007

Ano do registro: 2007

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos***

Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA AL00273 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: Programa de Resgate Arqueológico Gasoduto Carmópolis-Pilar**Documentação produzida (quantidade)**

Mapa com sítio plotado:	0	Foto preto e branco:	0
Croqui:	0	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	0
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	0	Outra:	0

Bibliografia**Responsável pelo preenchimento da ficha:** Job Lobo**Data:** 13/08/2007**Localização dos dados:** ACERVO**Atualizações:** Atualização CNSA AL00255

Assinatura

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Ministério
da Cultura**

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

**Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*****- CNSA AL00275 -****Nome do sítio:** Vila Eponina**Outras designações e siglas:** AL/MAR-VE**CNSA:** AL00275**Município:** Marechal Deodoro**UF:** AL**Descrição sumária do sítio:** Sítio Histórico (1931) de uso desconhecido. Evidência arquitetônica (paredes, piso)**Sítios relacionados:****Comprimento:** 45m **Largura:** 50m **Altura máxima:** 3m (a partir do nível do solo)**Área:** 2250m² **Medição** ☐ Estimada ☐ Passo ☐ Mapa ☐ Instrumento**Unidade geomorfológica:****Compartimento topográfico:** Planície de inundação**Altitude:** 3m (com relação ao nível do mar)**Água mais próxima:** Lagoa Mundaú**Distância:** 5m**Rio:****Bacia:**

Vegetação atual		Uso atual do terreno	
☐ Floresta ombrófila	☐ Savana (cerrado)	☐ Atividade urbana	☐ Pasto
☐ Floresta estacional	☐ Savana-estépica (Caatinga)	☐ Via pública	☐ Plantio
☐ Campinarana	☐ Estepe	☐ Estrutura de fazenda	☐ Área devoluta
☐ Capoeira	Outra:	Outro:	

Propriedade da terra	☐ Área pública	☐ Área privada	☐ Área militar	☐ Área indígena
	Outra:			
Proteção legal	☐ Unid. de conservação ambiental			
Em área tombada	☐ Municipal	☐ Estadual	☐ Federal	☐ Patrim. da humanidade

Categoria		Tipo de sítios: Habitação (ocupação permanente)	
☒ Unicomponencial	☐ Pré-colonial	Forma:	Retangular
☐ Multicomponencial	☐ De contato	Tipo de solo:	
	☒ Histórico		

Estratigrafia:**Contexto de deposição** ☐ Em superfície ☐ Em profundidade**Exposição** ☒ Céu aberto ☐ Abrigo sob rocha ☐ Gruta ☐ Submerso
☐ Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA AL00275 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura

- | | |
|---|---|
| ☐ Área de refugio | ☐ Canais tipo trincheiras, valetas |
| ☐ De lascamento | ☐ Círculos de pedra |
| ☐ De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | ☐ Estacas, buracos de Fossas |
| ☐ Funerárias | ☐ Fossas |
| ☒ Vestígios de edificações | ☐ Muros de terra, linhas de argila |
| ☐ Vestígios de mineração | ☐ Palafitas |
| ☐ Alinhamento de pedras | ☐ Paliçadas |
| ☐ Manchas pretas | ☐ Concentrações cerâmica - quant.: |

Outras:

Artefatos

- | | |
|--|---------------------------------------|
| ☐ Lítico lascado | ☐ Cerâmico |
| ☐ Lítico polido | ☐ Sobre concha |
| ☐ Sobre material orgânico | |
- Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Arte rupestre:

☐ Pintura:☐ Gravura:☒ Ausente:

FILIAÇÃO CULTURAL

Artefatos líticos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos rupestre:

Tradições:

Estilos:

Complementos:

Outras atribuições:

Datações Absolutas:

Datações Relativas:

Grau de integridade

☐ mais de 75%☐ entre 25 e 75%☐ menos de 25%

Fatores de destruição

☐ Erosão eólica☐ Erosão fluvial☐ Vandalismo☐ Erosão pluvial☐ Atividades agrícolas☐ Construção de estrada☐ Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio

☐ Alta☐ Média☐ Baixa

Atividades desenvolvidas no local

☒ Registro☐ Coleta de superfície☐ Sondagem ou Corte estratigráfico☐ Escavação de grande superfície☐ Levantamento de grafismo rupestre

Nome do responsável pelo registro: Scott Joseph Allen

Data do registro: 10/10/2004

Ano do registro: 2004

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA AL00275 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: Localização, mapeamento e cadastro de sítios arqueológicos em Alagoas**Documentação produzida (quantidade)**

Mapa com sítio plotado:	0	Foto preto e branco:	0
Croqui:	0	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	0
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	0	Outra:	0

Bibliografia**Responsável pelo preenchimento da ficha:** Scott Joseph Allen**Data:** 11/04/2004**Localização dos dados:** NEPA/UFAL**Atualizações:**

Assinatura

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Ministério
da Cultura**

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

**Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*****- CNSA AL00287 -****Nome do sítio:** AL 0020 LA/UFPE**Outras designações e siglas:** Igreja e Convento de São Francisco, Santa Maria Madalena**CNSA:** AL00287**Município:** Marechal Deodoro**UF:** AL**Descrição sumária do sítio:** Complexo religioso franciscano constituído por um convento e duas igrejas: a da Ordem Terceira e a da Ordem Primeira de São Francisco, construído entre meados do séc. XVII e finais do XVIII. Sofreu reformas e mudanças de uso.**Sítios relacionados:****Comprimento:** 0m **Largura:** 0m **Altura máxima:** 0m (a partir do nível do solo)**Área:** 0m² **Medição** ☐ Estimada ☐ Passo ☐ Mapa ☒ Instrumento**Unidade geomorfológica:****Compartimento topográfico:** Topo**Altitude:** 0m (com relação ao nível do mar)**Água mais próxima:** Lagoa Manguaba**Distância:** 0m**Rio:****Bacia:**

Vegetação atual	Uso atual do terreno
☐ Floresta ombrófila	☐ Atividade urbana
☐ Floresta estacional	☐ Pasto
☐ Campinarana	☐ Via pública
☐ Capoeira	☐ Plantio
☐ Savana (cerrado)	☐ Estrutura de fazenda
☐ Savana-estépica (Caatinga)	☐ Área devoluta
☐ Estepe	☐ Outro: Obras de restauração
☐ Outra: sem vegetação e gramado	

Propriedade da terra ☐ Área pública ☒ Área privada ☐ Área militar ☐ Área indígena

Proteção legal ☐ Unid. de conservação ambiental

Em área tombada ☐ Municipal ☐ Estadual ☒ Federal ☐ Patrim. da humanidade

Categoria	Tipo de sítios:
☒ Unicomponencial	Forma:
☐ Multicomponencial	Tipo de solo:
☐ Pré-colonial	
☐ De contato	
☒ Histórico	

Estratigrafia:

Contexto de deposição ☒ Em superfície ☒ Em profundidade

Exposição ☐ Céu aberto ☐ Abrigo sob rocha ☐ Gruta ☒ Submerso

☐ Outra: Construção

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA AL00287 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura

- | | |
|---|---|
| ☐ Área de refugio | ☐ Canais tipo trincheiras, valetas |
| ☐ De lascamento | ☐ Círculos de pedra |
| ☐ De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | ☐ Estacas, buracos de Fossas |
| ☐ Funerárias | ☐ Fossas |
| ☐ Vestígios de edificações | ☐ Muros de terra, linhas de argila |
| ☐ Vestígios de mineração | ☐ Palafitas |
| ☐ Alinhamento de pedras | ☐ Paliçadas |
| ☐ Manchas pretas | ☐ Concentrações cerâmica - quant.: |

Outras:

Artefatos

- | | |
|--|---------------------------------------|
| ☐ Lítico lascado | ☐ Cerâmico |
| ☐ Lítico polido | ☐ Sobre concha |
| ☐ Sobre material orgânico | |
- Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Arte rupestre:

☐ Pintura:☐ Gravura:☒ Ausente:

FILIAÇÃO CULTURAL

Artefatos líticos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos rupestre:

Tradições:

Estilos:

Complementos:

Outras atribuições:

Datações Absolutas:

Datações Relativas:

Grau de integridade

☒ mais de 75%☐ entre 25 e 75%☐ menos de 25%

Fatores de destruição

☐ Erosão eólica☐ Erosão fluvial☐ Vandalismo☐ Erosão pluvial☐ Atividades agrícolas☐ Construção de estrada☐ Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio

☒ Alta☐ Média☐ Baixa

Atividades desenvolvidas no local

☒ Registro☒ Coleta de superfície☒ Sondagem ou Corte estratigráfico☐ Escavação de grande superfície☐ Levantamento de grafismo rupestre

Nome do responsável pelo registro: Marcos Albuquerque

Data do registro: 18/10/2008

Ano do registro: 2008

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA AL00287 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: Avaliação arqueológica no Convento de Santa Maria Madalena, durante as obras de restauração do Conjunto Conventual Franciscano de Marechal Deodoro - AL

Documentação produzida (quantidade)

Mapa com sítio plotado:	1	Foto preto e branco:	0
Croqui:	3	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	1	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	1
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	500	Outra:	0

Bibliografia

IMAGALHÃES, A. C. V.. Frades, Artistas, Filósofos: O Convento de Santa Maria Madalena e a atitude franciscana frente à natureza - ontem e hoje. Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFAL. Maceió, 2005, 137 pp

Responsável pelo preenchimento da ficha: Marcos Albuquerque

Data: 16/12/2020

Localização dos dados: Lab. de Arqueologia da UFPE

Atualizações:

Assinatura

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Ministério
da Cultura**

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

**Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*****- CNSA AL00320 -****Nome do sítio:** Saco da Pedra**Outras designações e siglas:** Sambaqui Saco da Pedra**CNSA:** AL00320**Município:** Marechal Deodoro**UF:** AL**Descrição sumária do sítio:** Trata-se provavelmente de um sambaqui litorâneo contendo vestígios cerâmicos e restos malacológicos e osteológicos de fauna aquática, situado numa restinga de praia próxima a desembocadura da Complexo Lagunar Estuarino Mundaú-Manguaba no Oceano Atlântico.**Sítios relacionados:** Caboclo I e II**Comprimento:** 100m **Largura:** 50m **Altura máxima:** 1m (a partir do nível do solo)**Área:** 5000m² **Medição** ☒ Estimada ☐ Passo ☐ Mapa ☐ Instrumento**Unidade geomorfológica:****Compartimento topográfico:** Restinga**Altitude:** 11m (com relação ao nível do mar)**Água mais próxima:** CLEMM**Distância:** 50m**Rio:****Bacia:**

Vegetação atual

- | | |
|--|--|
| ☐ Floresta ombrófila | ☐ Savana (cerrado) |
| ☐ Floresta estacional | ☒ Savana-estépica (Caatinga) |
| ☐ Campinarana | ☐ Estepe |
| ☐ Capoeira | Outra: |

Uso atual do terreno

- | | |
|---|---|
| ☐ Atividade urbana | ☐ Pasto |
| ☒ Via pública | ☒ Plantio |
| ☐ Estrutura de fazenda | ☐ Área devoluta |
| Outro: Loteamento Imobiliário | |

Propriedade da terra ☐ Área pública ☒ Área privada ☐ Área militar ☐ Área indígena**Outra:****Proteção legal** ☒ Unid. de conservação ambiental ☐ Federal ☐ Patrim. da humanidadeEm área tombada ☐ Municipal ☒ Estadual

Categoria

- | | |
|--|--|
| ☒ Unicomponencial | ☒ Pré-colonial |
| ☐ Multicomponencial | ☐ De contato |
| | ☐ Histórico |

Tipo de sítios: Sambaqui, berbigueiro, concheiro**Forma:** Não delimitada**Tipo de solo:** Arenoso**Estratigrafia:****Contexto de deposição** ☒ Em superfície ☒ Em profundidade**Exposição** ☒ Céu aberto ☐ Abrigo sob rocha ☐ Gruta ☐ Submerso☐ Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA AL00320 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura

- | | |
|---|---|
| ☐ Área de refugio | ☐ Canais tipo trincheiras, valetas |
| ☐ De lascamento | ☐ Círculos de pedra |
| ☐ De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | ☐ Estacas, buracos de Fossas |
| ☐ Funerárias | ☐ Fossas |
| ☐ Vestígios de edificações | ☐ Muros de terra, linhas de argila |
| ☐ Vestígios de mineração | ☐ Palafitas |
| ☐ Alinhamento de pedras | ☐ Paliçadas |
| ☐ Manchas pretas | ☐ Concentrações cerâmica - quant.: |

Outras:

Artefatos

- | | |
|---|--|
| ☐ Lítico lascado | ☒ Cerâmico |
| ☐ Lítico polido | ☐ Sobre concha |
| ☒ Sobre material orgânico | |

Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Arte rupestre: ☐ Pintura: ☐ Gravura: ☒ Ausente:

FILIAÇÃO CULTURAL

Artefatos líticos:

Tradições:
Fases:
Complementos:
Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos:

Tradições:
Fases:
Complementos:
Outras atribuições:

Artefatos rupestre:

Tradições:
Estilos:
Complementos:
Outras atribuições:

Datações Absolutas:

Datações Relativas:

Grau de integridade

☐ mais de 75%☒ entre 25 e 75%☐ menos de 25%

Fatores de destruição

☐ Erosão eólica☒ Erosão fluvial☐ Vandalismo☐ Erosão pluvial☒ Atividades agrícolas☒ Construção de estrada☒ Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio

☒ Alta☐ Média☐ Baixa

Atividades desenvolvidas no local

☒ Registro☐ Coleta de superfície☐ Sondagem ou Corte estratigráfico☐ Escavação de grande superfície☐ Levantamento de grafismo rupestre

Nome do responsável pelo registro: Henrique Alexandre Pozzi

Data do registro: 20/01/2012

Ano do registro: 2012

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos***

Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA AL00320 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto:**Documentação produzida (quantidade)**

Mapa com sítio plotado:	0	Foto preto e branco:	0
Croqui:	0	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	0
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	46	Outra:	0

Bibliografia

PINHEIRO DE MELO, Patrícia. Pesquisas Arqueológicas em Alagoas: perspectivas e primeiros resultados. In: Clio, Série Arqueológica, UFPE: 2004, nº 17, pp. 146-163, il.

SILVA, Djnane Fonseca da. Análise de captação de recursos da área do Sambaqui Saco da Pedra, litoral sul do Estado de Alagoas. Dissertação de Mestrado. UFPE, Recife: 2009, 178 p., il.

POZZI, Henrique A. Relatório de Visita Técnica nº 001/2012. IPHAN-AL, 05 p., il.

Responsável pelo preenchimento da ficha: Henrique Alexandre Pozzi

Data: 26/04/2015

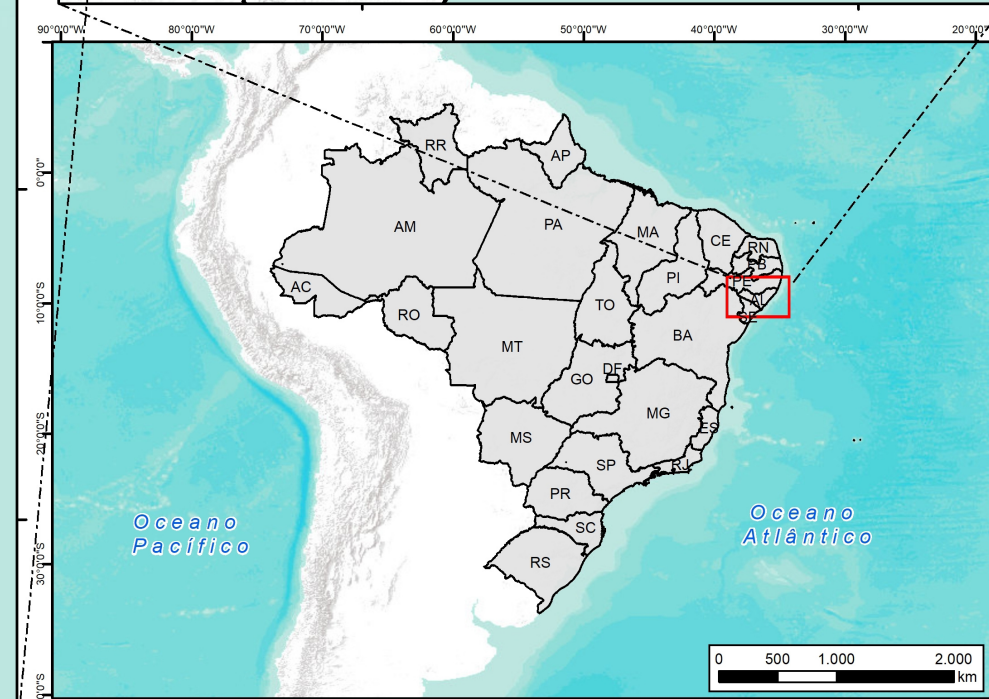
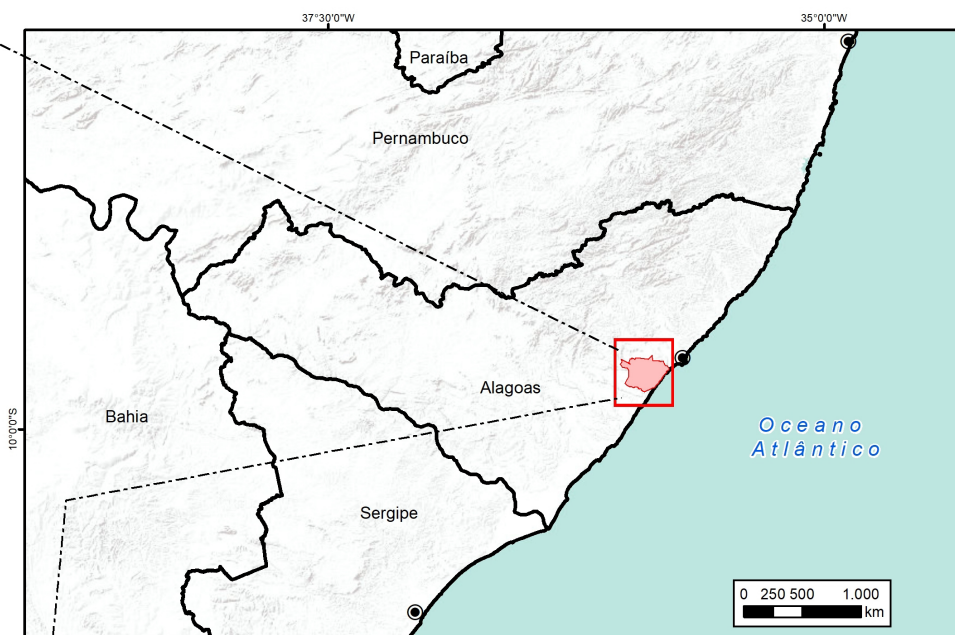
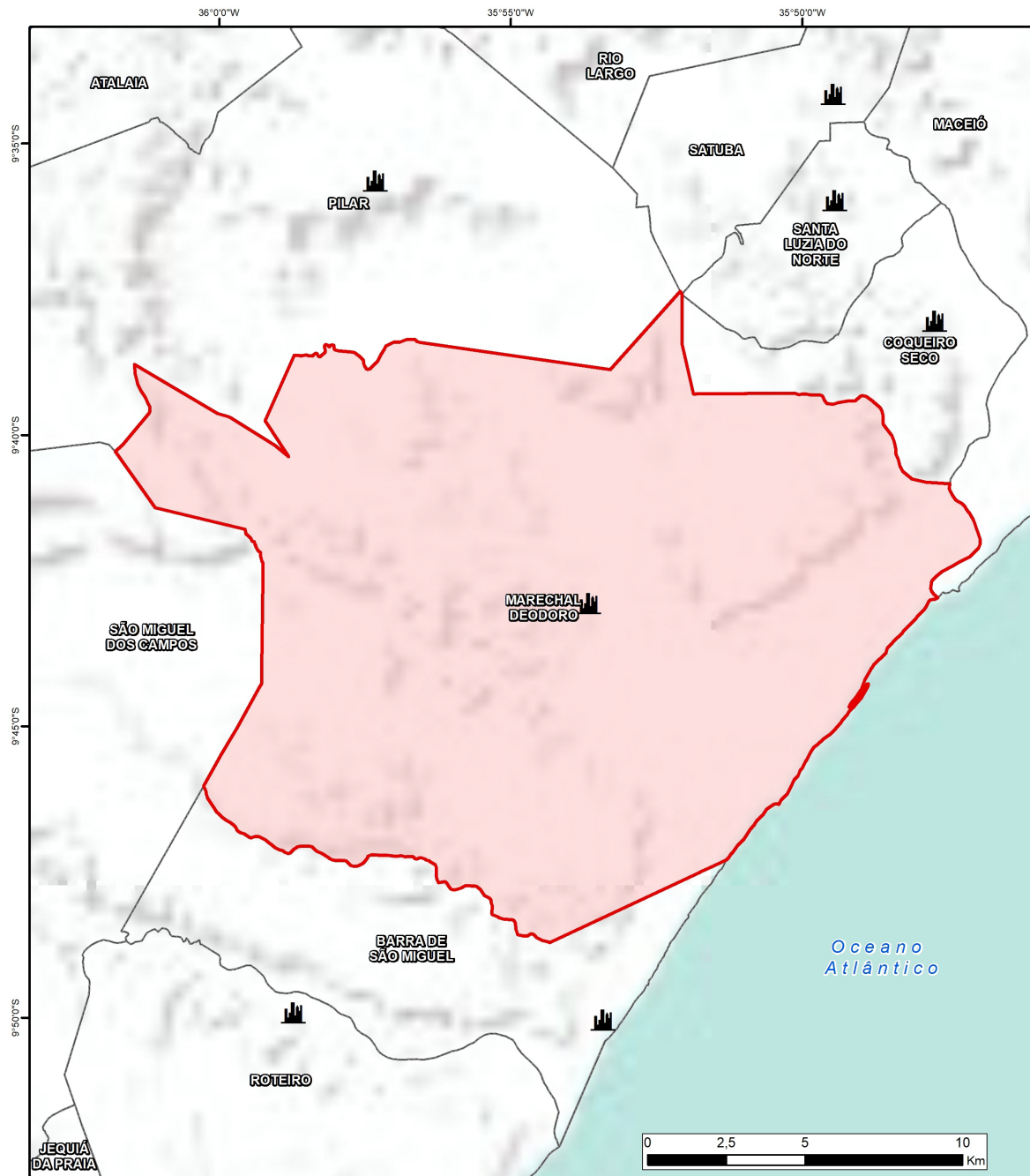
Localização dos dados: IPHAN-AL

Atualizações:

Assinatura

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

ANEXO II – MAPAS DA CARTA ARQUEOLÓGICA



LEGENDA

- Capital
- Sede municipal
- Área de estudo
- Limite municipal



Mapa de localização da área de estudo em relação ao estado e país

Projeção Universal Transversa de Mercator

Datum Horizontal SIRGAS2000

Meridiano Central: 33° WGR

Fonte dos dados: (IBGE, Ministério do Meio

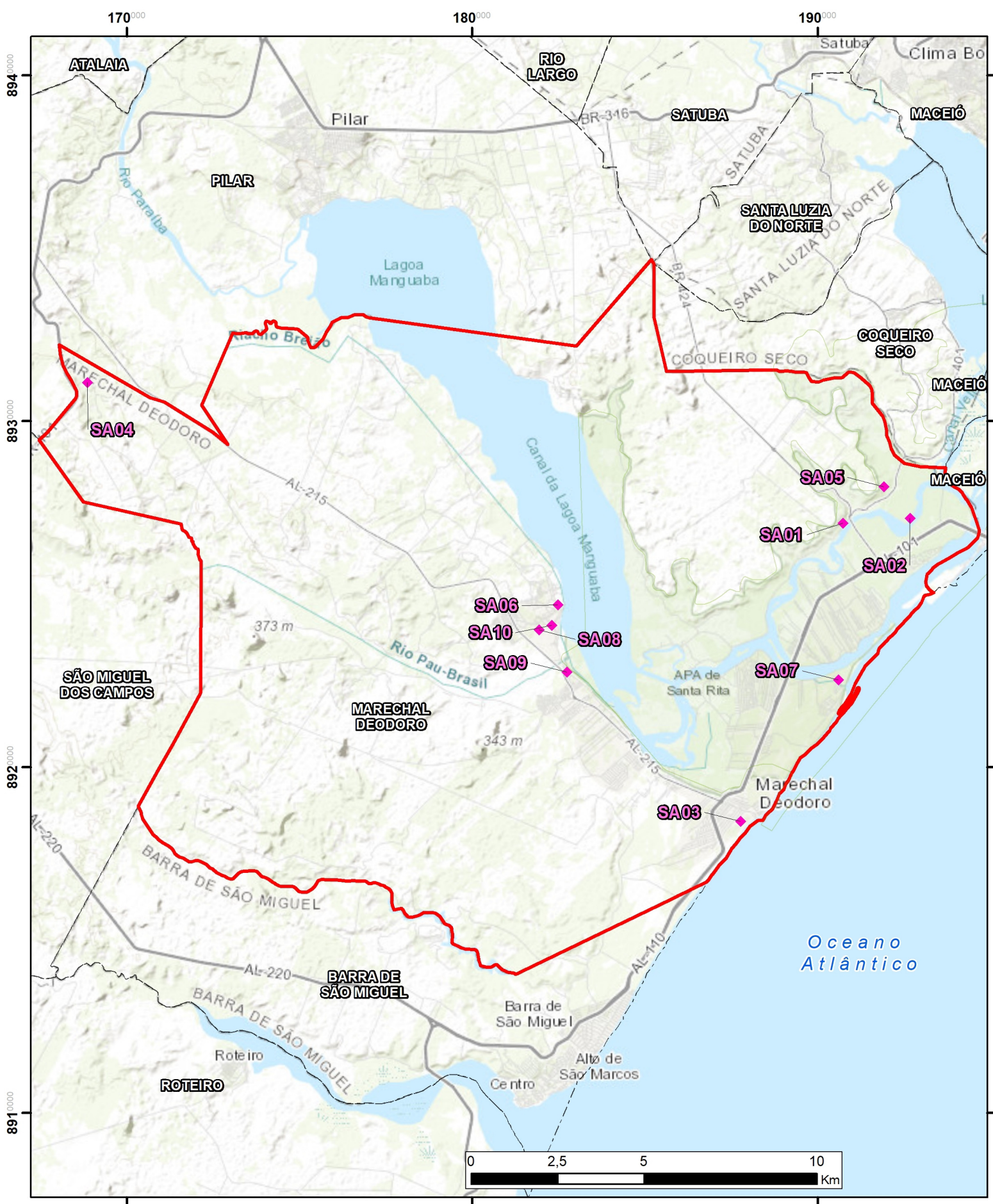
Ambiente, Sistema de Gerenciamento do

Patrimônio Arqueológico/IPHAN,

Service Layer Credits: Esri.)

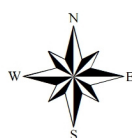
Elaboração: Jennifer Miranda - 2019





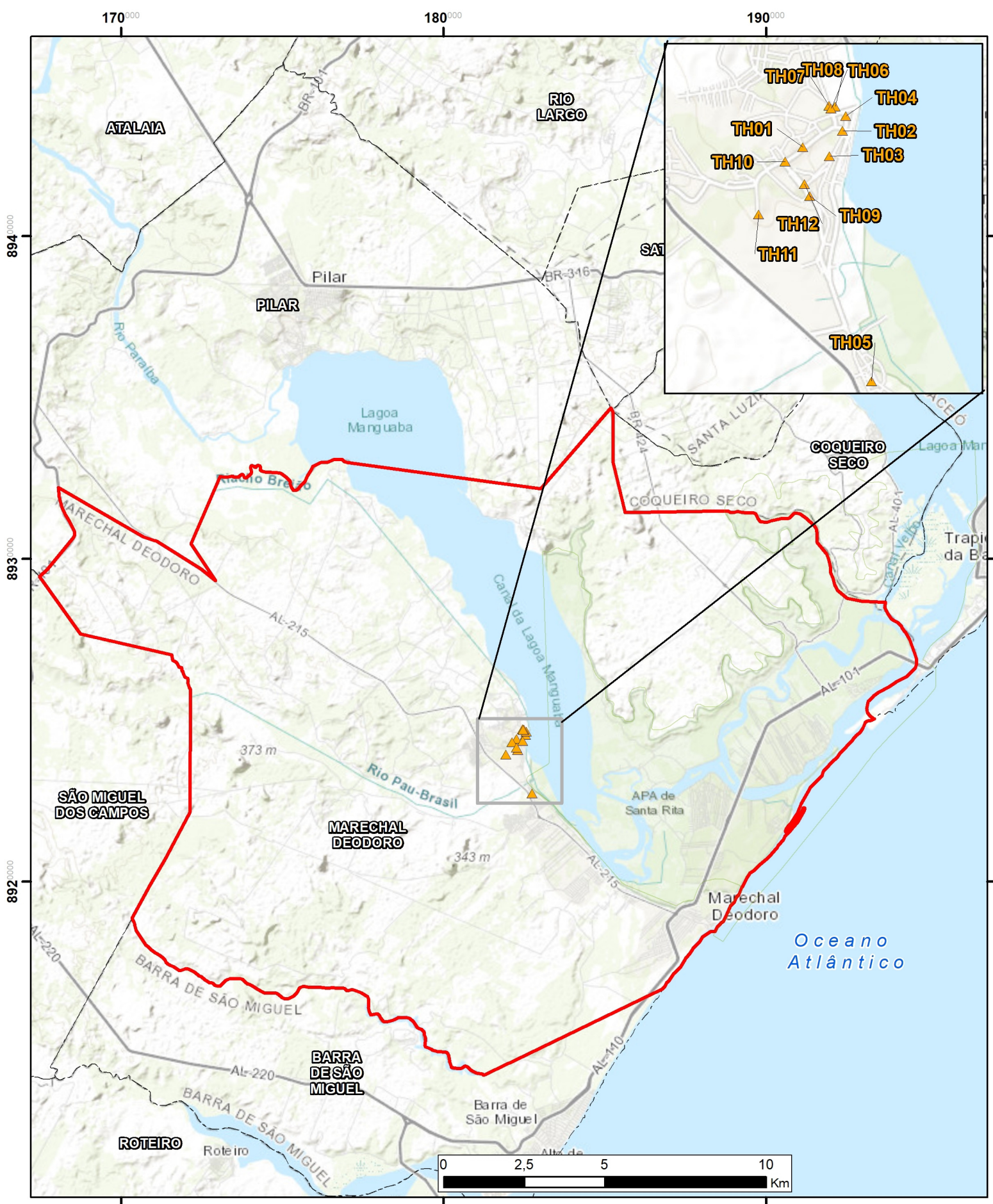
Legenda

- ◆ Sítios arqueológicos
- ▭ Área de estudo
- - - Limite municipal



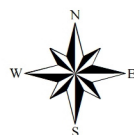
Mapa de Sítios Arqueológicos

Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum Horizontal SIRGAS2000
 Meridiano Central: 33° WGR
 Fonte dos dados: (IBGE, Ministério do Meio Ambiente, Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico/IPHAN, Service Layer Credits: Esri.)
 Elaboração: Jennifer Miranda - 2019



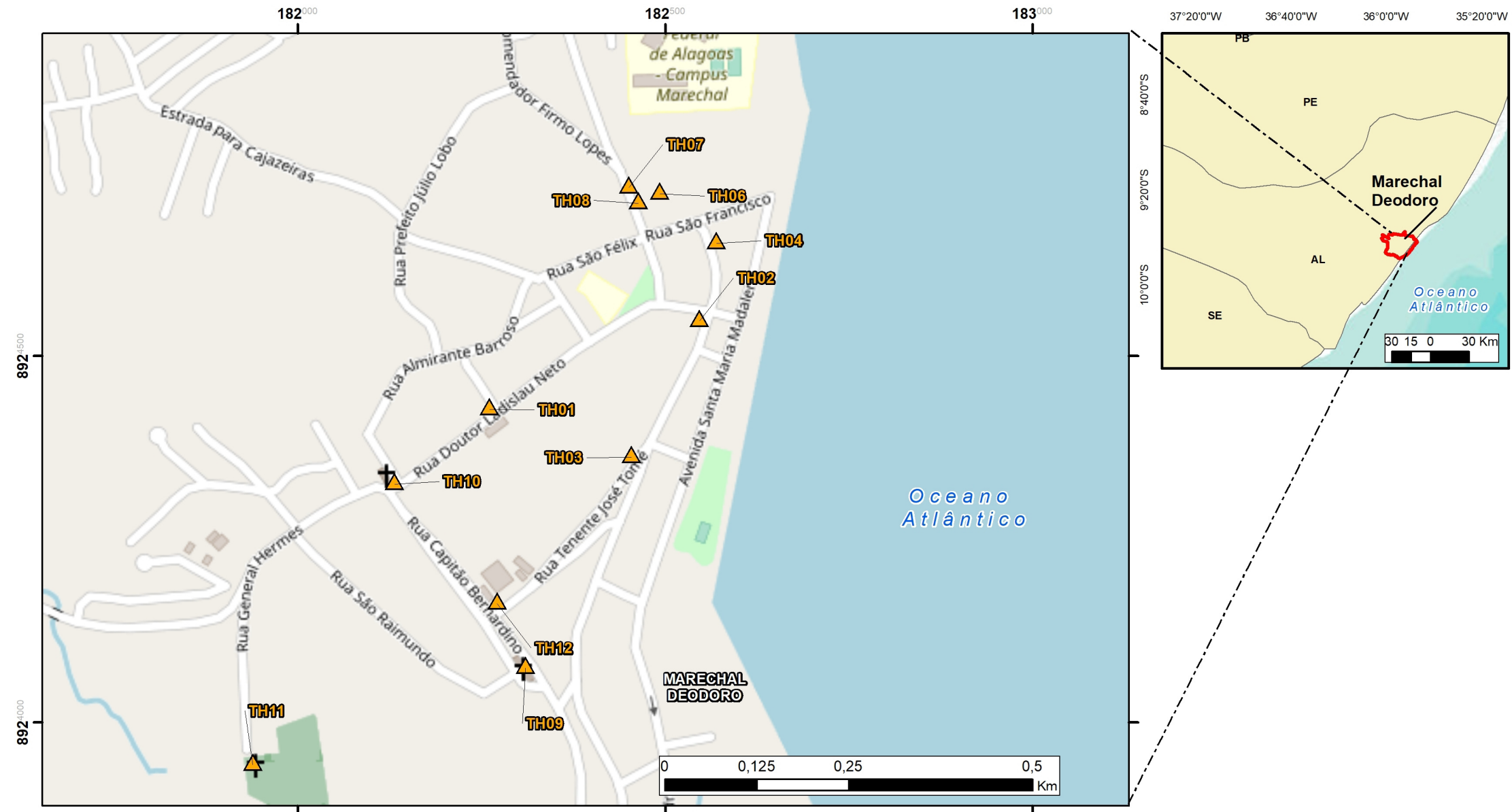
Legenda

- ▲ Patrimônio histórico
- ▭ Área de estudo
- ▭ Limite municipal



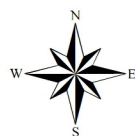
Mapa de Patrimônio Histórico

Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum Horizontal SIRGAS2000
Meridiano Central: 33° WGR
Fonte dos dados: (IBGE, Ministério do Meio Ambiente, Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico/IPHAN, Service Layer Credits: Esri.)
Elaboração: Jennifer Miranda - 2019



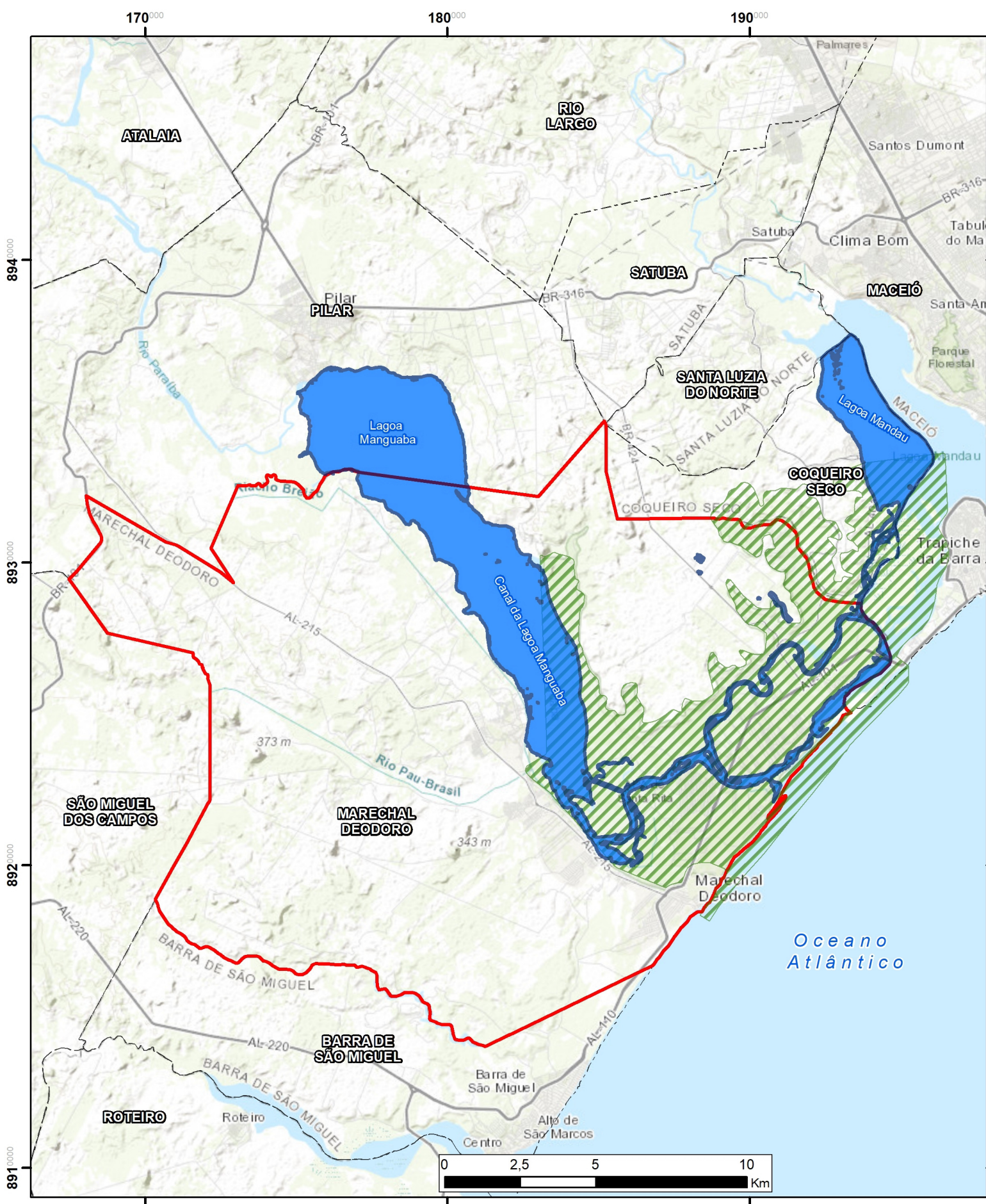
Legenda

- ▲ Patrimônio Histórico Tombado
- Área de estudo
- Limite municipal



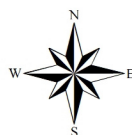
Mapa de Patrimônios Históricos Tombados no Centro Histórico do município de Marechal Deodoro

Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum Horizontal SIRGAS2000
Meridiano Central: 33° WGR
Fonte dos dados: (IBGE, Ministério do Meio
Ambiente, Sistema de Gerenciamento do
Patrimônio Arqueológico/IPHAN,
Service Layer Credits: Esri.)
Elaboração: Jennifer Miranda - 2019



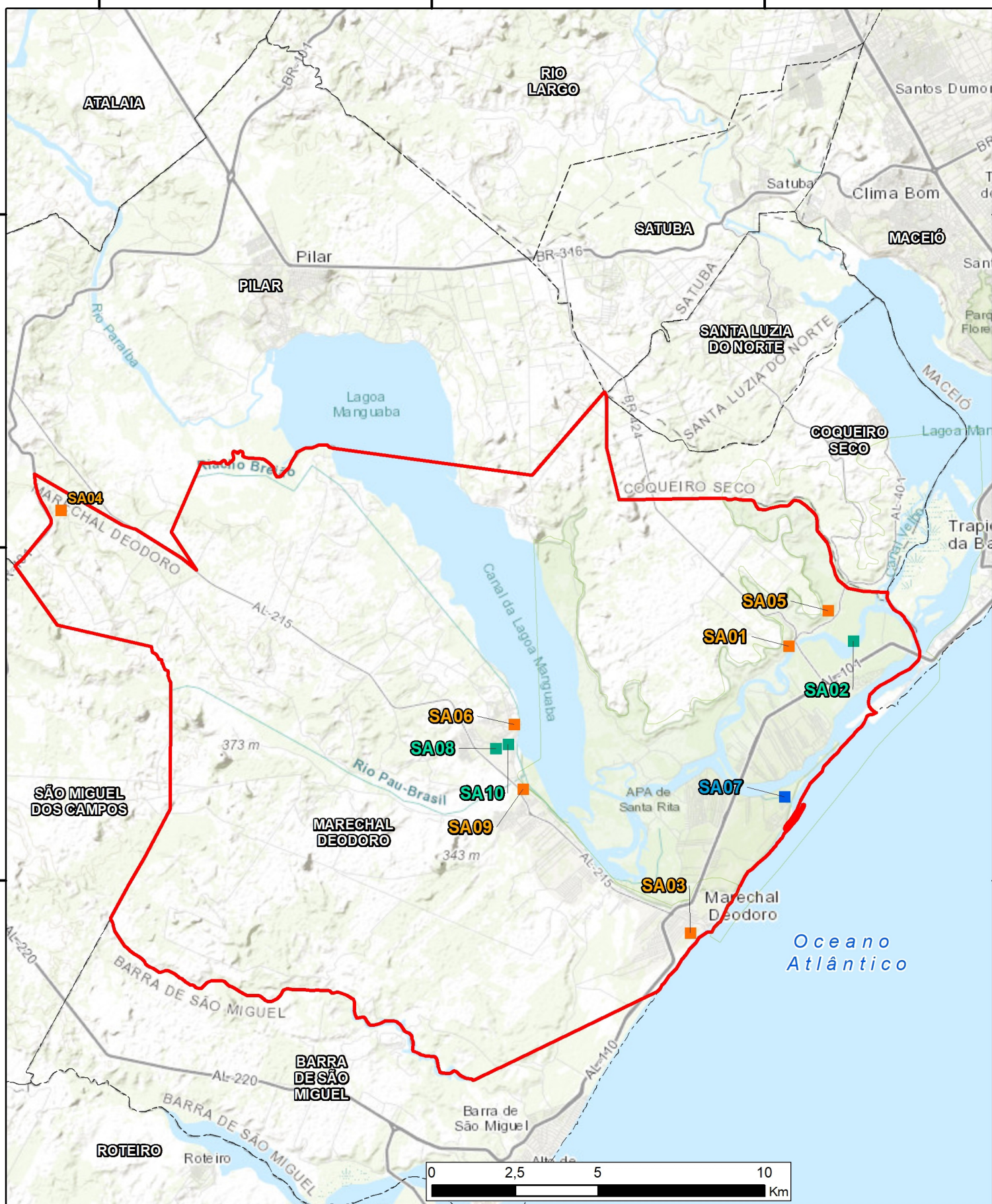
Legenda

- Patrimônio Natural
- Área de Proteção Ambiental Santa Rita
- Área de estudo
- Limite municipal



Mapa de Patrimônio Natural

Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum Horizontal SIRGAS2000
 Meridiano Central: 33° WGR
 Fonte dos dados: (IBGE, Ministério do Meio Ambiente, Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico/IPHAN, Service Layer Credits: Esri.)
 Elaboração: Jennifer Miranda - 2019

170⁰⁰⁰180⁰⁰⁰190⁰⁰⁰894⁰⁰⁰⁰893⁰⁰⁰⁰892⁰⁰⁰⁰

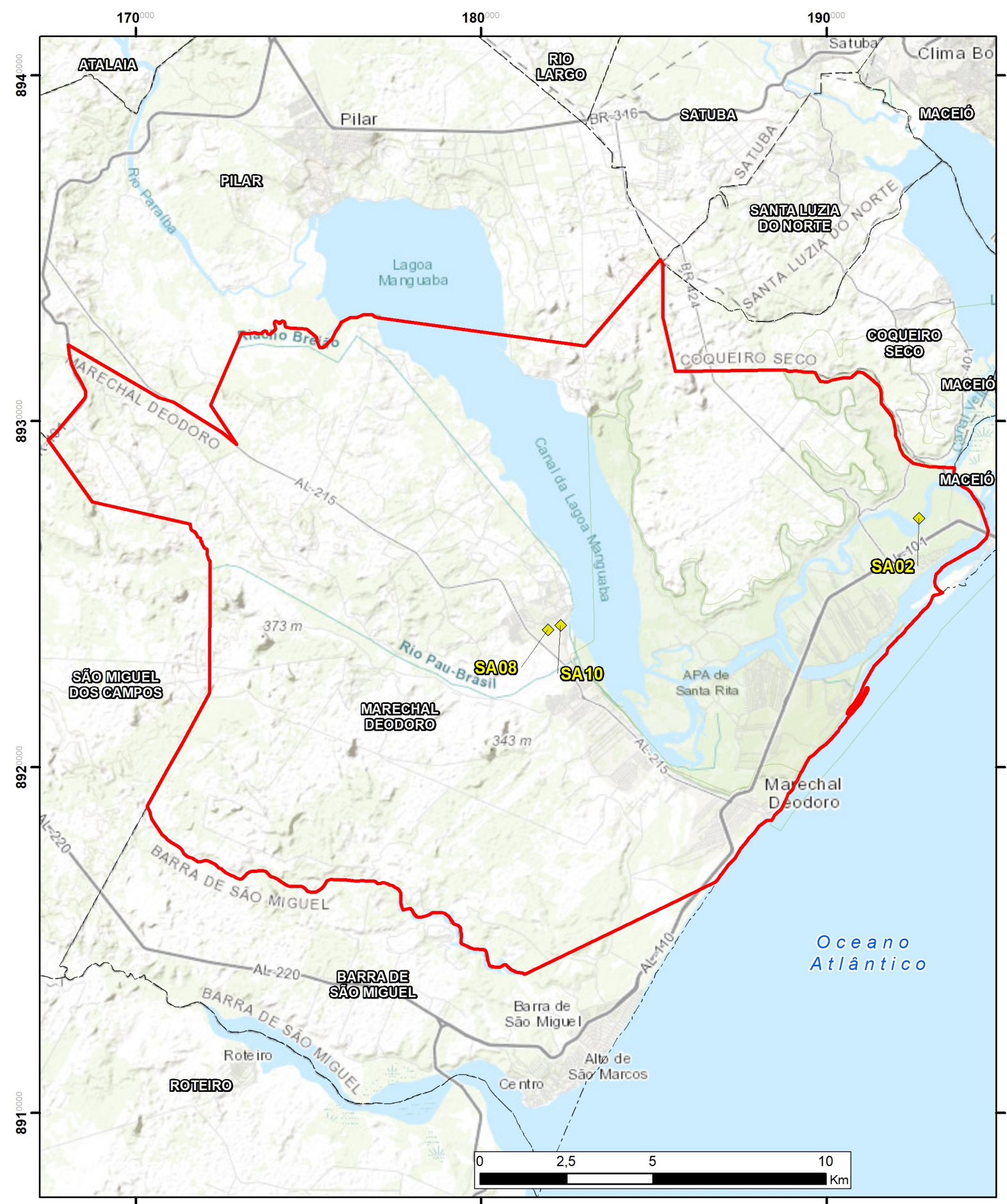
Legenda

- Histórico
- Pré-colonial
- Pré-colonial e Histórico
- Área de estudo
- Limite municipal



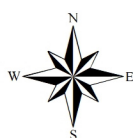
Mapa de Classificação de Sítio Arqueológico

Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum Horizontal SIRGAS2000
Meridiano Central: 33° WGR
Fonte dos dados: (IBGE, Ministério do Meio Ambiente, Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico/IPHAN, Service Layer Credits: Esri.)
Elaboração: Jennifer Miranda - 2019



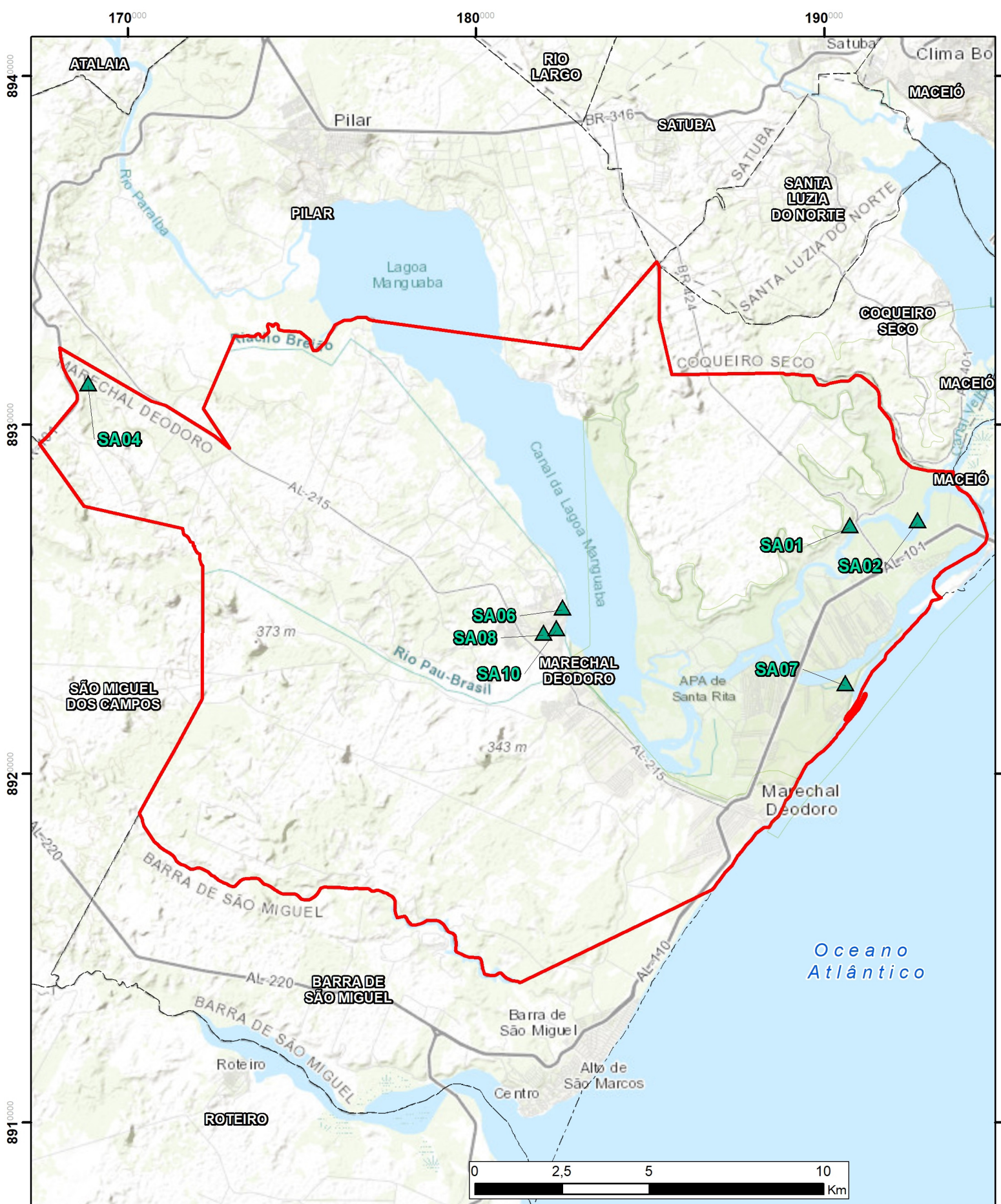
Legenda

- ◆ Sítios arqueológicos com vestígios líticos
- Área de estudo
- Limite municipal



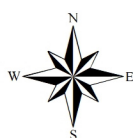
Mapa de Sítios Arqueológicos com Vestígios Líticos

Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum Horizontal SIRGAS2000
 Meridiano Central: 33° WGR
 Fonte dos dados: (IBGE, Ministério do Meio Ambiente, Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico/IPHAN, Service Layer Credits: Esri.)
 Elaboração: Jennifer Miranda - 2019



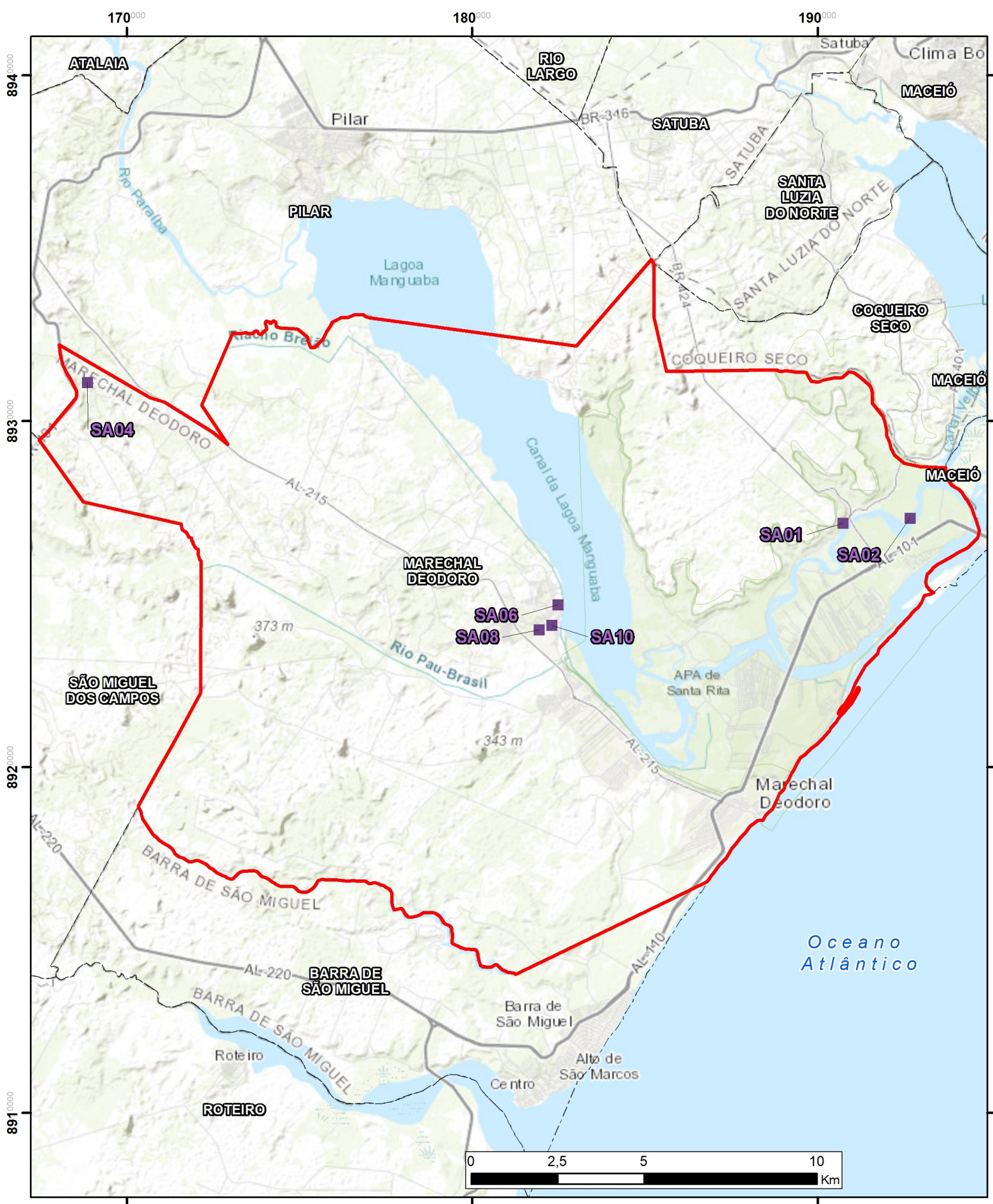
Legenda

-  Sítios arqueológicos com vestígios cerâmicos
-  Área de estudo
-  Limite municipal



Mapa de Sítios Arqueológicos com Vestígios Cerâmicos

Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum Horizontal SIRGAS2000
 Meridiano Central: 33° WGR
 Fonte dos dados: (IBGE, Ministério do Meio Ambiente, Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico/IPHAN, Service Layer Credits: Esri.)
 Elaboração: Jennifer Miranda - 2019



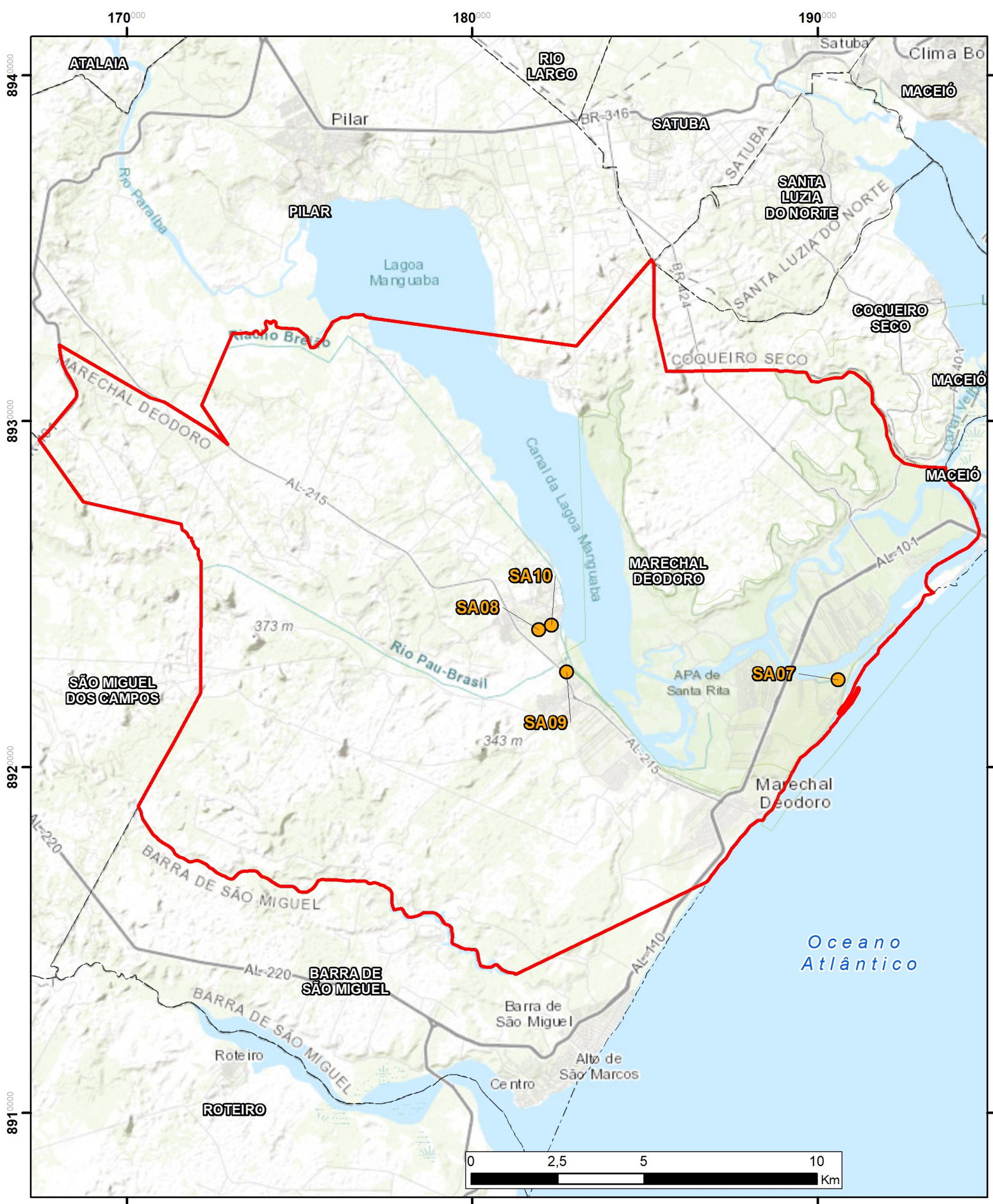
Legenda

- Sítios arqueológicos com vestígios de louça
- Área de estudo
- Limite municipal



Mapa de Sítios Arqueológicos com Vestígios de Louça

Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum Horizontal SIRGAS2000
 Meridiano Central: 33° WGR
 Fonte dos dados: (IBGE, Ministério do Meio Ambiente, Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico/IPHAN, Service Layer Credits: Esri.)
 Elaboração: Jennifer Miranda - 2019



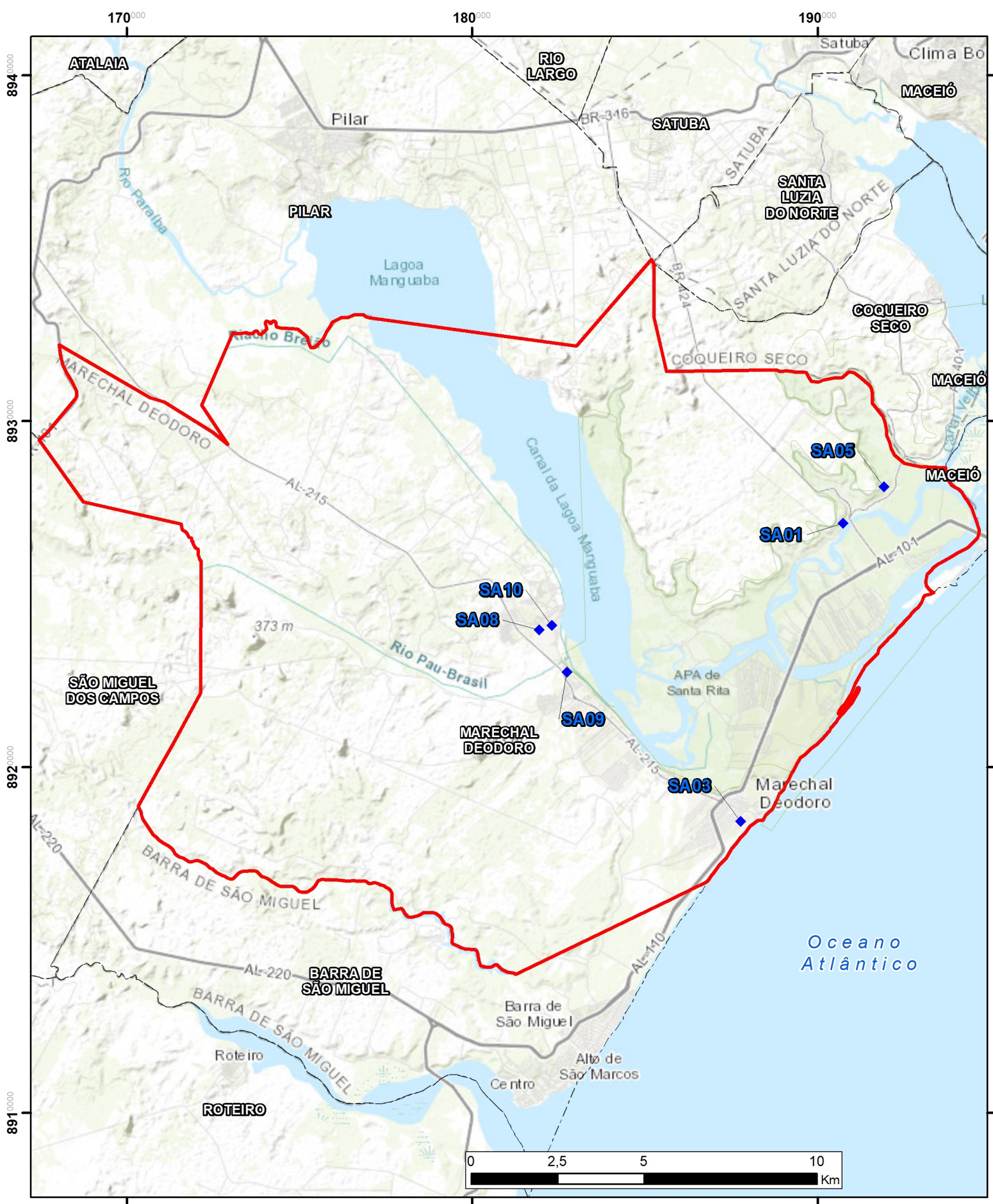
Legenda

- Sítios arqueológicos com vestígios ósseos
- Área de estudo
- Limite municipal



Mapa de Sítios Arqueológicos com Vestígios Ósseos

Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum Horizontal SIRGAS2000
 Meridiano Central: 33° WGR
 Fonte dos dados: (IBGE, Ministério do Meio Ambiente, Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico/IPHAN, Service Layer Credits: Esri.)
 Elaboração: Jennifer Miranda - 2019



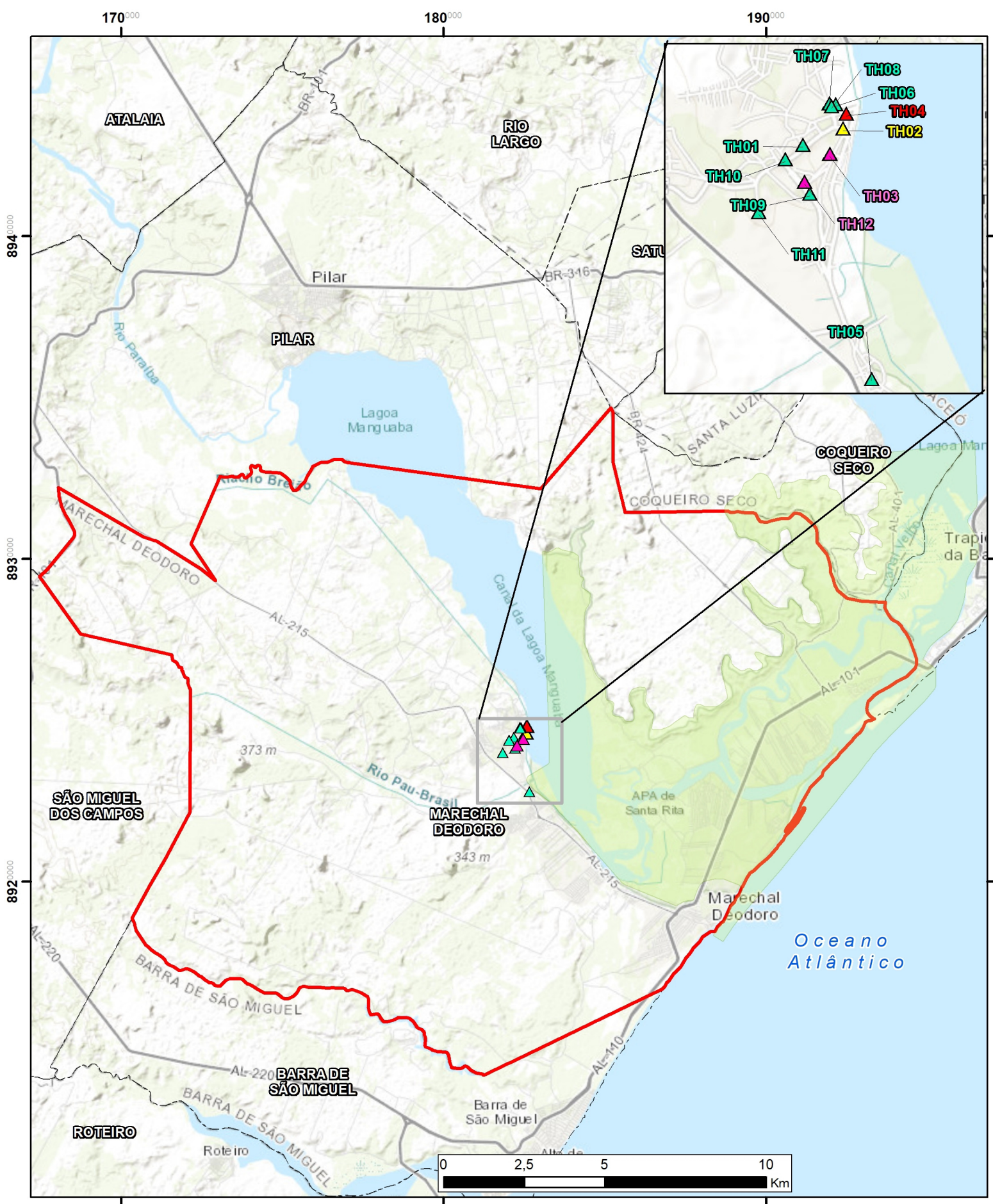
Legenda

- ◆ Sítios arqueológicos com vestígios de edificações
- ▭ Área de estudo
- - - Limite municipal



Mapa de Sítios Arqueológicos com Vestígios de Edificações

Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum Horizontal SIRGAS2000
 Meridiano Central: 33° WGR
 Fonte dos dados: (IBGE, Ministério do Meio Ambiente, Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico/IPHAN, Service Layer Credits: Esri.)
 Elaboração: Jennifer Miranda - 2019



Legenda

Patrimônio Histórico Tombado

- ▲ Administrativo/Governamental
- ▲ Armazém
- ▲ Habitação
- ▲ Religiosa

Patrimônio Natural

- Área de Proteção Ambiental Santa Rita

- Área de estudo
- Limite municipal



Mapa de Patrimônio Históricos Tombados por Tipo de Edificação

Projeção Universal Transversa de Mercator

Datum Horizontal SIRGAS2000

Meridiano Central: 33° WGR

Fonte dos dados: (IBGE, Ministério do Meio

Ambiente, Sistema de Gerenciamento do

Patrimônio Arqueológico/IPHAN,

Service Layer Credits: Esri.)

Elaboração: Jennifer Miranda - 2019

